



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

CAMPUS DE LARANJEIRAS DO SUL

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MARCIA LUIZA FELIPPINI

**ANÁLISE DE PROJETOS FINANCIADOS PELO PROGRAMA NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS TERRITÓRIOS RURAIS (PRONAT):
O CASO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU-PR NO PERÍODO
2003 A 2015**

LARANJEIRAS DO SUL

2016

MARCIA LUIZA FELIPPINI

**ANÁLISE DE PROJETOS FINANCIADOS PELO PROGRAMA NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS TERRITÓRIOS RURAIS (PRONAT):
O CASO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU-PR NO PERÍODO
2003 A 2015**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para aprovação na disciplina Monografia II.

Orientadora: Prof. Dr^a Janete Stoffel
Co-Orientador: Me Marcos Roberto Pires Gregolin

LARANJEIRAS DO SUL

2016

, Felippini, Marcia Luiza

ANÁLISE DE PROJETOS FINANCIADOS PELO PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS TERRITÓRIOS RURAIS (PRONAT): O CASO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU-PR NO PERÍODO 2003 A 2015/ Felippini, Marcia Luiza . -- 2016.

96 f.:il.

Orientadora: Janete Stoffel.

Co-orientador: Marcos Roberto Pires Gregolin.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Ciências Econômicas , Laranjeiras do Sul, PR, 2016.

1. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E ATORES SOCIAIS . I. Stoffel, Janete, orient. II. Gregolin, Marcos Roberto Pires, co-orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.



Serviço Público Federal
 Universidade Federal da Fronteira Sul
 Curso de graduação em Ciências Econômicas



Ministério da Educação
 Universidade Federal da
 Fronteira Sul

Reitoria
 Avenida Getúlio Vargas, 609
 Edifício Engemed, 2º Andar
 Chapecó - Santa Catarina
 Brasil - CEP 89.812-000
 (49)2049-1400

www.uffs.edu.br
 contato@uffs.edu.br

Campus Laranjeiras do Sul
 Rua Oscar Pereira Guedes, 01
 Vila Alberti - Laranjeiras do Sul
 - Paraná - CEP 85303-820
 (42) 3635-8650

ATA DE DEFESA PÚBLICA DO
 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 5 dias do mês de DEZEMBRO de 2016, às 16:30 horas, em sessão pública na sala AUDITÓRIO BLOCO A do Campus Laranjeiras do Sul da UFFS, na presença da Banca Examinadora presidida pelo(a) Professor(a) Orientador(a):

JANE E SODRÉ

e composta pelos Professores(as) Examinadores(as):

- MÁRCIO MORAES RUSKOSKI e
- CRISTINA STORMER DOS SANTOS,

o(a) aluno(a) MARCIA LUIZ FELI PINI

apresentou o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: Análise de Projetos financiados pelo PROPAR: O CASO DO TCRRI-SOAR DO CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL - PR NO PERÍODO 2003-2015

como requisito curricular indispensável para a integralização do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas. Após reunião em sessão reservada, a Banca Examinadora deliberou e decidiu pela PROVA do referido trabalho, divulgando o resultado formalmente ao aluno e demais presentes e eu, na qualidade de Presidente da Banca, lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos demais examinadores e pelo aluno.

[Assinatura]
 Presidente da Banca Examinadora e Professor(a) Orientador(a)

[Assinatura]
 Examinador(a) 01

Cristina Stormer
 Examinador(a) 02

Marcia R. Felippini
 Aluno(a)

Dedico este trabalho a todos os que sempre me ampararam, em especial ao meu pai Itacir e minha mãe Ana, pelo amor, incentivo e apoio incondicional. Aos meus irmãos que sempre me ajudaram no que foi necessário, sem medir esforços. Aos meus sobrinhos que alegam meus dias com os seus sorrisos. Ao meu querido Luiz Carlos Javorski pelo carinho, paciência e incentivo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela minha vida, família e amigos!

A Universidade Federal da Fronteira Sul, pela oportunidade de um estudo com qualidade.

Aos professores da UFFS pela competência, pelo ensino repassado de maneira atenciosa.

A minha excelente orientadora Janete Stoffel, pelo carinho, pelas suas correções e incentivos.

Ao meu Co-Orientador Marcos Roberto Pires Gregolin pela ajuda e apoio.

Ao NEDET pela oportunidade de fazer parte desta grande equipe.

Ao CONDETEC por abrir as portas para esta pesquisa, aos meus entrevistados pela gentileza de colaborar com este estudo.

A minha querida banca pelas suas contribuições.

E por fim agradeço aos amigos que a UFFS me proporcionou, em especial as minhas amigas Andrea, Maria Helena, Vanuza e Daniele que foram grandes companheiras de trabalhos e amigas para todas as horas.

RESUMO

O PRONAT possui sete ações orçamentárias, destas ações, alguns autores consideram a mais importante o Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF), pois este tem como finalidade o apoio financeiro para a implementação de projetos que visem o desenvolvimento local sustentável e o fortalecimento da agricultura familiar. Estes projetos territoriais são formulados e implementados por entidades parceiras do Colegiado Territorial, valorizando a autogestão e a promoção do planejamento. O presente trabalho possui como objetivo geral analisar como foram gerenciados os projetos financiados pelo PRONAT (Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais) no território Cantuquiriguaçu e referendados pelo Conselho de Desenvolvimento do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu- PR (CONDETEC) no período de 2003 a 2015. Para tal, seus objetivos específicos são: a) Abordar teoricamente o papel do Estado no desenvolvimento de regiões a partir da implementação de políticas públicas regionais e territoriais; b) Identificar os projetos referendados pelo CONDETEC no período de 2003 a 2015; c) Analisar o gerenciamento e a adequação de projetos executados, e referendados pelo CONDETEC, em relação aos objetivos estabelecidos pelo PRONAT. Em termos de operacionalização da pesquisa, como procedimento de coleta de dados foram realizadas uma pesquisa bibliográfica e documental e um estudo de caso. Foram verificadas as informações dos projetos financiados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu entre os anos de 2003 a 2015, essas informações estão disponíveis no Sistema de Gestão Estratégica da Secretaria de Desenvolvimento Territorial/MDA. Para que se possam distinguir os projetos deliberados pelo CONDETEC daqueles que chegaram aos municípios por meio da ação de parlamentares foram consultadas as atas e demais documentos internos do conselho. Buscou-se nas atas e demais documentos do CONDETEC quais foram os projetos deliberados em cada ano, quem foram os seus responsáveis, como se deu o debate em torno da proposta. Por meio dessa coleta de dados se pode: i) classificar os projetos como deliberados e não deliberados pelo CONDETEC; ii) dentre os projetos deliberados, classificá-los em grupos temáticos: Grupo do leite, Grupo capacitação, Grupo agroindustrialização/comercialização, de cada um dos grupos foram pesquisados dois projetos, escolhidos pelo critério acessibilidade. A partir desse delineamento foram realizadas sete entrevistas com as pessoas identificadas como atores locais do Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu e com uma pessoa de cada PROINF estudado, sendo estudados seis projetos. Constatou-se que entre 2003 a 2015 o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu recebeu recursos do PROINF por meio de 192 projetos de investimentos, totalizando um montante de R\$ 32.191.363,40 (em valores nominais). Desse total, somente 61 projetos foram discutidos e aprovados pelo CONDETEC, ao passo que os outros 131 projetos foram implementados, acredita-se, por via de emendas parlamentares. Estes resultados demonstram certa fragilidade no papel deliberativo do CONDETEC para atingir os objetivos do PRONAT. Apontando uma baixa injeção de recursos por meio da gestão social no território, necessitando de melhoras, tanto no aumento do aporte de recursos ou na melhor gestão/viabilização dos projetos, quanto na articulação da esfera municipal, estadual e federal, na real autonomia dos conselhos.

Palavras-chave: Estado. PROINF. CONDETEC.

ABSTRACT

PRONAT has seven budgetary actions, from these actions, some authors consider the most important one as the Support to Rural Territory Infrastructure and Services Project (PROINF, from the Brazilian Portuguese initials), because this one has as purpose the financial support to the implementation of projects that aim the local sustainable development and the familiar agriculture strengthening. These territorial projects are formulated and implemented by Territorial Collegiate' partner entities, valuing the self-management and the planning promotion. The present task has as general objective analyse how were managed the financial projects by PRONAT on the territory of Cantuquiriguaçu and ratified by the Council of Development of the Territory of Citizenship Cantuquiriguaçu – PR (CONDETEC) in the period of 2003 to 2015. For such, its specific objective are: a) Approach theoretically the job of the State on the development of regions starting on the implementation of regional and territorial public policy; b) Identify the ratified projects by CONDETEC on the period of 2003 to 2015; c) Analyse the management and the adequacy of the executed projects, and ratified by the CONDETEC, regarding the settled down projects by PRONAT (Rural Territory Sustainable Development Program, from the Brazilian Portuguese). In terms of research operationalisation, as data pick-up proceeding were realized a bibliographic and documental research and a case study. It were verified the informations about the financed projects by the Agrary Development Ministry (MDA, from the Brazilian Portuguese initials) at the Territory of Citizenship Cantuquiriguaçu between the years of 2003 to 2015, these informations are available at the Strategical Management System from SDT/MDA. In order that it can be distinguished the deliberated by CONDETEC projects from that ones that arrived to the towns by the action of parliamentaries were consulted the minutes and all the others Council' internal documents. It were searched in the minutes and all the others CONDETEC documents which were the deliberated projects in each year, who were their responsables, how had been made the debate around the proposal. In order of this data pick-up, it can: i) classify the projects as deliberated or not deliberated by CONDETEC; ii) among the deliberated projects, classify them in thematic groups: Milk Group, Capacitance Group, Agroindustrial/Comercialization Group. From each group, it were researched two projects, choosed by the accessibility criterion. From this delineation, it were realized seven interviews with the people, identified as local actors of the Cantuquiriguaçu Citizenship Territory and with one person of each studied PROINF, being studied six projects. It was ascertain that between the years of 2003 to 2015, the Cantuquiriguaçu Citizenship Territory received resources from PROINF by the 192 investments projects, amounting to a yield of R\$ 32.191.363,40 (in nominal values). From this total, only 61 projects were discussed and approved by CONDETEC, whereas that others 131 projects were implemented, as what is deemed, as a result of parlamental amendments. These results shows certain fragility on the CONDETEC deliberative part. Pointing a resources fall of shots by the social management on the territory, needing some improves, as in the resources contribution increase or in the projects better management/viabilization, as in the municipal, state and federal shpere articulation, in the real Council autonomy.

Keywords: State. PROINF. CONDETEC

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Tipologia da PNDR no ano de 2010, no Brasil.....	24
Figura 2 - Mapa dos Territórios Rurais, no Brasil, em 2013	30
Figura 3 - Territórios da Cidadania, no Brasil, em 2013.	31
Figura 4- Mapa do território da Cidadania Cantuquiriguaçu, no Brasil, em 2016.	34
Figura 5- Comparação do IDHM de 2000 e 2010 dos municípios que compõem o território da Cidadania Cantuquiriguaçu.....	35
Figura 6- Procedimentos de análise dos dados no Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu, em 2016.....	44
Figura 7- Número de projetos deliberados pelo CONDETEC, entre 2003 e 2015, por município do Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu	48
Figura 8- Número de projetos que os municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu receberam através de emendas parlamentares, entre 2003 e 2015.....	49
Figura 9- Localização dos municípios do território Cantuquiriguaçu em que foram pesquisados os projetos, em 2016.	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ações orçamentárias do PRONAT, previstas no PPA 2008-2011, a nível nacional	28
Quadro 2 - Tipos de Entidades participantes do Território Cantuquiriguaçu, em 2016.	37
Quadro 3 - Alternância da presidência/coordenação do CONDETEC entre os anos de 2004 a 2016 no Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu.....	38
Quadro 4 - Montante dos recursos destinados pelo MDA, número de projetos deliberados e valor executado no Território da Cantuquiriguaçu, no período de 2003 a 2016.	47
Quadro 5- Projetos deliberados pelo CONDETEC no Período de 2003 a 2015 divididos em grupos temáticos, no território da Cidadania Cantuquiriguaçu.....	50
Quadro 6 - Identificação dos atores locais entrevistados no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, em 2016.	52
Quadro 7 - Características dos entrevistados que são responsáveis pelos empreendimentos coletivos do território da cidadania Cantuquiriguaçu, em 2016.	61
Quadro 8- Identificação do projeto Cooperativa Dos Produtores de Leite de Virmond (COLERVI), em 2016.....	62
Quadro 9- Identificação do projeto que Cooperativa de Produtores de Leite de Laranjeiras do Sul (COLEUS), em 2016.	63
Quadro 10- Identificação do projeto Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO), em 2016.	65
Quadro 11- Identificação do projeto Casa Familiar Rural de Nova Laranjeiras, em 2016.....	66
Quadro 12- Identificação do projeto Chalé do produtor em Candói, em 2016.....	67
Quadro 13- Identificação do projeto Cooperativa Regional de Produção, Agroindustrialização e Comercialização de Agricultores Familiares de Nova Laranjeiras (MONJOLO), em 2016.	68
Quadro 14- Opiniões dos responsáveis pelos empreendimentos do PRONAT por grupo, em 2016.....	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAMCOP - Associação das Câmaras Municipais do Centro Oeste do Paraná

APPA - Associação Paranaense de Pequenos Agricultores

ARCAFAR - Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil

CACICOPAR - Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais de Centro Oeste do Paraná

CANTU - Associação dos Municípios CANTUQUIRIGUAÇU

CEAGRO - Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe

CGU - CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

CNDR - Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONDETEC - Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu

CONSELHO R. DE APAES - Conselho Regional de Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais

COORLAF - Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar

COPEL - Companhia Paranaense de Energia

CREHNOR- Cooperativa de crédito rural de pequenos agricultores e da reforma agrária do Centro - Oeste do Paraná

CRESOL - Cooperativa Central Base de Serviços com Interação Solidária

ECOSOC - Conselho Econômico e Social das Nações Unidas

EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural;

ENGIE - Engie Brasil Energia.

FETAEP - Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do PR

FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

FCO - Fundo de Desenvolvimento para o Centro Oeste

FDA - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia

FNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste

FNO - Fundo de Desenvolvimento do Norte

GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITCG - Instituto de Terras Cartografia e Geociências
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIN - Ministério da Integração Nacional
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
MST - Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NRE – Núcleo Regional de Educação
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
ONU- Organização das Nações Unidas
PDFF- Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
PIB - Produto Interno Bruto
PPA - Plano Plurianual
PROMESO- Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais
PNDR- Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PROINF- Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT - Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PTC - Programa Território da Cidadania
PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAB - Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná;
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SGE - Sistema de Gestão Estratégia
S.I.A - Serviço de Inteligência em Agronegócios
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SPR - Secretaria de Programas Regionais
SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE - Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
SUFRAMA- Superintendência da Zona Franca de Manaus

TRACTEBEL - Tractebel Energia S.A

UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul

UNICAFES - União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Paraná

UNICENTRO - Universidade do Centro Oeste do Paraná

UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 OBJETIVO GERAL.....	16
1.1.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	16
1.2 JUSTIFICATIVA.....	17
2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E ATORES SOCIAIS	18
2.1 DEBATE TEÓRICO SOBRE A INTERVENÇÃO DO ESTADO ATRAVÉS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	18
2.1.1 Políticas Regionais.....	22
2.1.2 Políticas Territoriais.....	25
2.2 PROGRAMAS TERRITORIAIS	27
2.2.1 Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais.....	27
2.2.2 Programa Territórios da Cidadania.....	30
2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O TERRITÓRIO DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU-PR.....	32
2.3.1 Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu (CONDETEC)	36
3 METODOLOGIA	40
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	40
3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETAS DE DADOS	42
3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS	44
3.4 LIMITES DO MÉTODO	45
4 ANÁLISE DE PROJETOS FINANCIADOS PELO PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS TERRITÓRIOS RURAIS (PRONAT)	46
4.1 O PRONAT NA VISÃO DOS ATORES LOCAIS DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU	51

4.1.1 Manifestações dos entrevistados.....	53
4.2 PRONAT NA VISÃO DOS RESPONSÁVEIS PELOS EMPREENDIMENTOS COLETIVOS DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU.....	59
4.2.1 Grupo do leite	62
4.2.2 Grupo capacitação	65
4.2.3 Grupo agroindustrialização/comercialização.....	67
4.3 GERENCIAMENTO E A ADEQUAÇÃO DE PROJETOS EXECUTADOS EM RELAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTABELECIDOS PELO PRONAT	71
5 CONCLUSÃO	74
REFERÊNCIAS.....	76
ANEXO 1 – Roteiro de entrevistas aplicado junto aos responsáveis pelos empreendimentos coletivos do PRONAT.	83
ANEXO 2 – Roteiro de entrevistas para atores locais na área de desenvolvimento territorial.	86
ANEXO 3- Lista de projetos apresentados pelo Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu no período de 2003 a 2015 para o MDA.....	88

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade social e regional, são temáticas debatidas exaustivamente na academia e também em ambientes informais, pode ser considerada por interlocutores pouco minuciosos como um fenômeno recente. Contudo Souza (2009) considera que no Brasil, tanto as desigualdades sociais como as regionais resultam da maneira como o país foi colonizado e do seu processo escravocrata. Processo que fez com que as desigualdades regionais tivessem um aumento desde o início da colonização, havendo uma tendência à concentração econômica no Brasil como um exemplo destas desigualdades e do crescimento concentrado no país.

Em termos econômicos durante a maior parte da história os conceitos de crescimento e desenvolvimento foram utilizados como sinônimos. Isto pode ser observado nas diversas correntes econômicas cujas teorias foram apresentadas até o final do século XX (FURTADO, 1983; PAIVA, 2008; DALLABRIDA, 2010; SIEDENBERG, 2012).

No caso brasileiro, as consequências de considerar crescimento como sinônimo de desenvolvimento ainda são evidentes, considerando que as políticas públicas tinham como foco prioritário maiores níveis de crescimento (quantitativamente) ao invés de desenvolvimento (qualitativamente). Conforme Diniz (2013) os desafios e oportunidades das diferenças regionais existentes no país servem de ilustração.

Entretanto, apesar de muitas correntes econômicas tratarem o desenvolvimento como sinônimo do crescimento, autores como Furtado (1983) já argumentavam que o desenvolvimento primordialmente deveria superar a ideia única do crescimento. Sachs (2008, p.13), associa ao desenvolvimento a igualdade, equidade e solidariedade, afirmando que “o crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos”.

Defendendo novos olhares sobre o desenvolvimento, Sen (2000) propôs que o desenvolvimento deixasse de ser medido pelo Produto Interno Bruto (PIB) e que passasse a ser analisado nas dimensões de saúde, educação e renda. O autor trouxe outra importante abordagem para o desenvolvimento discutindo este em termos de liberdade, mencionando a importância do acesso aos direitos básicos por parte das pessoas para que elas possam acessar maiores níveis de desenvolvimento. O acesso por parte das pessoas à saúde, educação, direito a propriedade, segurança, liberdade de expressão, são registrados como fundamentais para que o desenvolvimento possa ser uma realidade.

O desenvolvimento de uma região ou de um território, na compreensão de Boisier (1996) depende da existência e condições de articulação de seis elementos: a) os atores; b) as instituições; c) a cultura; d) os procedimentos; e) os recursos; f) o entorno. Para este autor “o desenvolvimento resultará de uma interação densa e inteligentemente articulada, mediante um projeto coletivo ou um projeto político regional, que possibilitem a geração de processos de desenvolvimento” (BOISIER, 1996, p.133). Assim, para que o desenvolvimento ocorra é necessário que estes elementos, caso não estejam articulados por sua própria conta o sejam por indução, o que pode acontecer por meio de políticas públicas.

Isto posto, para que se alcance o desenvolvimento, no caso do Brasil, é preciso que se enfrente e supere os desafios existentes, procurando alcançar melhores resultados conforme a realidade de cada espaço, região ou território. As políticas tanto regionais como territoriais têm o intuito de diminuir as desigualdades espaciais, melhorar a condição financeira e social da população, e conseqüentemente a qualidade de vida, contribuindo para que os cidadãos brasileiros usufruam dos direitos garantidos pela Constituição Federal, de 1988.

A partir do contexto apresentado, este trabalho possui como tema: Análise de projetos captados no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) e referendados pelo Colegiado Territorial (CONDETEC) no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu (PR) no período de 2003 a 2015.

Sobre a origem do Território Cantuquiriguaçu, Coca e Fernandes (2009) apontam que no ano de 1984 houve um esforço de organização dos municípios desta região que culminou na criação da atual Associação dos Municípios Cantuquiriguaçu. Segundo a fonte citada, outro processo significativo ocorreu por volta de 2001 quando algumas lideranças destes municípios se reuniram com o intuito de discutir ações objetivando a diminuição das desigualdades no território. Ao longo de dois anos foram levantadas informações aprofundadas sobre o território, bem como foram capacitados atores sociais e agentes de desenvolvimento, resultando assim no fortalecimento do tecido social e no aprimoramento das aptidões dos gestores públicos municipais.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2009), a partir de 2003, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) integrante do Ministério do Desenvolvimento Agrário implantou o PRONAT. Este pretende promover os atores sociais na organização e administração do desenvolvimento de seus territórios. Assim, busca fortalecer a gestão social e a expansão das redes sociais de cooperação, articulando políticas públicas federais, estaduais e municipais. No ano de 2003, demandas foram apresentadas ao Ministério

de Desenvolvimento Agrário (MDA) que reconheceu a região como um território de identidade rural, incluindo assim a antes região Cantuquiriguaçu no programa nacional de desenvolvimento sustentável de territórios rurais.

Para que as ações ministeriais fossem mais direcionadas aos territórios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil o governo federal em 2008 criou o programa Territórios da Cidadania (PTC). Neste ano o Território da Cantuquiriguaçu passou do status de Território Rural, objeto de atuação prioritária do MDA, para ser um Território da Cidadania, atendido prioritariamente por diversos ministérios e órgãos de governo¹. O Território da Cidadania Cantuquiriguaçu (PR) é constituído por vinte municípios: Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond (PORTAL DA CIDADANIA, 2013).

No Território da Cidadania Cantuquiriguaçu existe o CONDETEC, sendo uma das suas funções articular os interesses da sociedade com a disponibilidade de recursos. Quando o conselho analisa e referenda projetos apresentados pela sociedade esta articulação acontece. Diante disso, surge como questão de pesquisa: Como foram gerenciados projetos financiados pelo PRONAT no território Cantuquiriguaçu e referendados pelo CONDETEC no período de 2003 a 2015 e estes atendem aos objetivos do PRONAT?

1.1 OBJETIVO GERAL

Analisar como foram gerenciados projetos financiados pelo PRONAT no território Cantuquiriguaçu e referendados pelo CONDETEC no período de 2003 a 2015.

1.1.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Abordar teoricamente o papel do Estado no desenvolvimento de regiões a partir da implementação de políticas públicas regionais e territoriais;
- b) Identificar os projetos referendados pelo CONDETEC no período de 2003 a 2015;
- c) Analisar o gerenciamento e a adequação de projetos executados e referendados pelo CONDETEC, em relação aos objetivos estabelecidos pelo PRONAT.

¹ A diferença na constituição do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu e da Associação dos Municípios, consiste que no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu não está incluído o município de Palmital. A Associação e Municípios é basicamente uma articulação de Prefeitos enquanto que no Território devem participar todos os representantes da sociedade organizada.

1.2 JUSTIFICATIVA

Este trabalho justifica-se por abordar aspectos relativos às ações implementadas a partir de projetos do CONDETEC, que captaram recursos no período de 2003 a 2015, mostrando características de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial, utilizando programas que são organizados para alcançar o desenvolvimento, como: o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais e o Programa territórios da Cidadania. Ao enfatizar a contribuição de diferentes autores, acredita-se que esta contribuição proporcionará um melhor entendimento sobre o tema.

Quanto ao aspecto empírico, está associado aos benefícios para a sociedade que observa em que medida os projetos do território financiados pelo PRONAT² contribuem efetivamente para a mudança das condições sociais e econômicas no Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu. Bem como, pode contribuir na qualificação desses programas, ao mostrar a gestão do território, a partir dos projetos que são elaborados neste território.

A realização de pesquisa com essa temática surgiu do interesse a partir do contato mais aprofundado com o assunto via projeto de pesquisa do CNPq, no qual a pesquisadora foi bolsista. A partir disso, foi dada ênfase na análise dos projetos estudados, extraindo os caminhos que foram seguidos para aqueles projetos que tiveram continuidade, verificando quais foram suas maiores dificuldades desde realização do projeto até a implementação, com ênfase no Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu, espaço em que a acadêmica está inserida profissional e pessoalmente.

Além desta introdução, este trabalho apresenta no capítulo 2 o referencial teórico sobre Desenvolvimento Territorial: Articulação de políticas públicas e atores sociais; no capítulo 3 está apresentada a metodologia; no capítulo 4 os resultados e discussões sobre a análise de projetos financiados pelo PRONAT e no capítulo 5 a conclusão e por fim as referências bibliográficas utilizadas neste trabalho.

² Os projetos que são financiados pelo PRONAT, são primeiramente discutidos dentro do colegiado responsável pelo território, neste caso, o CONDETEC em que referenda/legaliza ou não o projeto conforme os votos que este obteve. Ao atenderem as exigências do programa, os projetos são financiados através de recursos financeiros pelo PRONAT.

2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E ATORES SOCIAIS

Neste capítulo são abordadas temáticas como a intervenção estatal, as políticas de desenvolvimento regional e territorial, explicando sobre o PRONAT, PTC e o CONDETEC.

2.1 DEBATE TEÓRICO SOBRE A INTERVENÇÃO DO ESTADO ATRAVÉS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Em relação a intervenção estatal, conforme Corazza (1986), Adam Smith e John Maynard Keynes possuem um posicionamento contrário. Smith considera a tese de um estado mínimo em que o mercado se regula sozinho, já Keynes evidencia a importância do papel do Estado.

Adam Smith ficou conhecido ao publicar “A Riqueza das Nações” em 1776, segundo Corazza (1986) Smith considerava que para o aumento da riqueza nacional são mais importantes a divisão do trabalho e a acumulação de capital, do que a intervenção estatal. Conforme este autor, para Smith, a mão invisível atuava no equilíbrio do interesse individual com o interesse social. Sendo que o Estado tinha como papel a não imposição ao livre desenvolvimento das forças que operam no mercado.

Ao fim do século XIX e início do século XX ocorreu um acentuado processo de construção de cartéis e monopólios. Silva (2010) mostra que devido a isso, houve um questionamento sobre o papel da “mão invisível” que Adam Smith afirmava existir, em que o mercado se regula sozinho através da oferta e da demanda. Até o ano de 1920 o Estado tinha como principais funções a justiça e a segurança, porém com a crise de 1929 e a grande depressão dos anos 1930, houve um elevado nível de desemprego nos países capitalistas, e o Estado passou a investir na atividade econômica em outros setores, como rodovias, ferrovias, eletricidade, saneamento e obras públicas.

No ano de 1932 tem-se acentuado nível de desemprego nas principais economias capitalistas, Keynes (1996) então se separa da ortodoxia³ que também era representada pela

³ Pode ser compreendida como teoria econômica ortodoxa “a teoria econômica clássica, neoclássica e até certo ponto a teoria econômica keynesiana. À esta teoria ortodoxa opõem-se as teorias econômicas críticas do sistema capitalista: a marxista, a neo-keynesiana-neo-marxista, e as diversas formas de que se revestiu a teoria estruturalista latino-americana” (BRESSER-PEREIRA, 1974, p. 01). A Política ortodoxa pressupõe “o bom funcionamento do mercado. [...] Ortodoxia é geralmente sinal de boa política econômica em condições normais

Lei de Say⁴ segundo a qual não poderia ocorrer escassez de poder de compra no sistema econômico. Após uma publicação fracassada em 1930, Keynes procura explicações para o desemprego e fundamentos para a intervenção estatal como geradora de demanda para garantir níveis elevados do emprego, começando a explicar sobre as determinantes da Demanda e a Oferta Agregada, também alvo de muita crítica, surgindo em 1936 a Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.

De acordo com Silva (2010), John Maynard Keynes ao desenvolver a Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, reforçou a importância de o Estado aumentar seus gastos públicos, sua participação na produção nacional e também sua participação em leis que regularizam a atividade econômica. Segundo Alves e Veríssimo (2010), Keynes evidencia que a ação do Estado é essencial na economia capitalista, pois contrariando a ideia de Smith, o mercado não se regula sozinho na sua concepção. Devendo o Estado se responsabilizar na organização dos investimentos, através de uma política de regulação que minimize a instabilidade.

De acordo com Greumaud *et. al.* (2011) ao contrário da teoria clássica (teoria que Adam Smith defendia) em que o mercado estaria trabalhando em pleno emprego, e as forças do próprio mercado regulariam o ponto de equilíbrio, Keynes em sua obra sobre a Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda, demonstrou que apenas as forças do mercado não são capazes de conduzir uma economia ao pleno emprego. Na concepção de Keynes o Estado surgiu como uma intenção de aplicar políticas públicas como instrumentos anticíclicos em cenários de crise econômica (SILVA, 2010).

Perafán (2007) mostra que Keynes teve um papel muito importante, pois em 1936, ao reforçar a importância do pleno emprego por meio do gasto público apropriado, do investimento e das políticas monetária e fiscal, fez com que economistas seguidores de Keynes realizassem as primeiras teorias da economia do desenvolvimento. Ressalta-se que Keynes não formulou uma teoria do desenvolvimento, contudo sua contribuição à economia em geral ajudou a pensar no desenvolvimento posteriormente.

De acordo com Coelho & Granziera (2009) um dos autores que seguiram argumentos keynesianos foi Celso Furtado, este concordava com Keynes que deveria manter-se sustentada a demanda agregada. Também considerava que o Estado era essencial para regulação do

de funcionamento da economia, quando o mercado tem condições de realizar seu papel” (BRESSER-PEREIRA, 1993, p. 01).

⁴ A teoria de Jean Baptist Say que ficou mais conhecida foi sobre a superprodução, em que dizia que a oferta cria sua própria demanda, conhecida como Lei de Say (BRUE, 2006).

mercado, sendo que esta intervenção, para Furtado, deveria ser de maneira democrática, ou seja, considerava importante a participação da população nas decisões.

Furtado (1974) pondera sobre a discussão que havia entre os autores em relação ao desenvolvimento econômico, considerando um mito, sendo o desenvolvimento econômico inatingível, centralizando em objetivos intangíveis como são os investimentos, as exportações, o crescimento. Evitando assim as atenções ao diagnóstico das necessidades primordiais da coletividade e ao rendimento no desenvolvimento da ciência.

Já sobre os pontos centrais da teoria do desenvolvimento, os quais são as relações entre acumulação e progresso técnico, Furtado (1976) relata que estes somente poderão ser identificados tendo-se uma análise global do processo de acumulação. Tendo o Estado nesse caso, papel de desenvolver a estrutura social, bem como, evidencia o crescente papel do estado no processo de socialização através das instituições de ensino.

Celso Furtado e Raul Prebisch dedicaram seus estudos à compreensão dos motivos pelos quais algumas regiões no mundo eram desenvolvidas enquanto o Brasil e a América Latina não conseguiam este resultado (CEPAL, 2015). Definições como subdesenvolvimento, economias atrasadas, países periféricos foram algumas daquelas que ocuparam as obras durante boa parte do século XX. Estes autores participaram da constituição da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL⁵).

Em relação a CEPAL, Dallabrida (2010) menciona que os objetivos eram a realização de estudos visando o desenvolvimento da região e a iniciativa de constituição inspirava-se nos Estados Unidos que tinham destinado grandes volumes de recursos para recuperação da Europa, o que também era almejado pelos países da América Latina.

Já a partir das discussões teóricas desenvolvidas no âmbito da CEPAL o papel do Estado na promoção do desenvolvimento era abordado. Ainda que no decorrer deste tempo o desenvolvimento fosse entendido como sinônimo de crescimento, as discussões teóricas avançaram em termos dos questionamentos sobre os motivos que levavam ao subdesenvolvimento ou ao não desenvolvimento. Furtado defendia que os investimentos fossem realizados pelo Estado (via empresas estatais), de forma estratégica e priorizando a atuação no setor público (COELHO e GRANZIERA orgs., 2009).

Para a formulação de sua teoria do subdesenvolvimento, Celso Furtado percorre as teorias ortodoxas do desenvolvimento para a construção de uma concepção própria. Em que,

⁵ A CEPAL foi criada em 25 de fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) e tem sua sede em Santiago, Chile. É uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas (ONU) (CEPAL, 2015).

segundo Borja (2013) sua teoria passa por distintos momentos, os quais são: “formação da teoria do subdesenvolvimento (1945-1961); difusão e crítica da teoria do subdesenvolvimento (1962-1974); e a reformulação da teoria do subdesenvolvimento (1975-1989)” (BORJA, 2013, p. 36). Sendo que a autora Pereira resume as principais ideias da Teoria do Subdesenvolvimento em:

- 1º) O subdesenvolvimento é uma estrutura produtiva historicamente determinada pela evolução do capitalismo europeu;
- 2º) As raízes estruturais do subdesenvolvimento, devem ser buscadas no encadeamento histórico dos fatores que determinam a dependência;
- 3º) Para superar o subdesenvolvimento, exige-se planejamento macroeconômico e intervenção estatal;
- 4º) Mercado interno e industrialização, conduzida por um critério social, geram desenvolvimento;
- 5º) Para que ocorra industrialização, e logo, desenvolvimento, modificações na estrutura política e econômica dos países periféricos devem ocorrer;
- 6º) Desenvolvimento é sinônimo de liberdade, cidadania e evolução social;
- 7º) A globalização agrava o quadro de dependência e de subdesenvolvimento, basta ver a situação brasileira atual (PEREIRA, 2005, p. 08).

Ainda antes da CEPAL, em sua obra sobre a formação econômica do Brasil, Furtado (1991) contribuía para a explicação dos motivos pelos quais no país os resultados em termos de desenvolvimento eram atrasados. Estas foram razões pelas quais esse economista ficou conhecido como desenvolvimentista. Dentre as propostas que remetiam ao Estado o compromisso para reduzir os níveis de subdesenvolvimento estavam: a) a participação do estado na economia por meio de investimentos estratégicos no setor produtivo via empresas estatais; b) planejamento e distribuição regional e setorial dos investimentos; c) a submissão da política monetária ao desenvolvimento; d) a promoção da distribuição de renda mais equitativa com o fim de dinamizar o setor de mercado interno; e) o controle do afluxo de capital estrangeiro, não deixando que a dependência financeira atingisse a autonomia na gestão dos problemas econômicos cruciais (DINIZ, 2009; DALLABRIDA, 2010).

A partir da experiência de Celso Furtado e também da CEPAL iniciam os debates em termos da necessidade de políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento regional. Considerando que as diferenças regionais no Brasil sempre foram acentuadas (FURTADO, 1991; DINIZ, 2013).

Para os autores que teorizam o desenvolvimento, seja ele regional ou territorial, que a ação do estado via políticas públicas é fundamental. E em relação à importância das políticas públicas para combater o subdesenvolvimento e auxiliar na dinamização das regiões, cabe mencionar o que é relatado por Resende (2014), segundo o qual o ciclo de uma política pública é dividido em cinco etapas: i) análise (agenda-setting); ii) formulação (design); iii)

escolha (tomada de decisão); iv) implementação; e v) avaliação de resultados. Antes da adoção e implantação de políticas públicas é necessário que sejam efetuados diagnósticos que identifiquem a região no contexto local, regional ou nacional posicionando-a no contexto mesorregional, estadual ou nacional, além de ser necessária a identificação das hierarquias existentes, para que as propostas ilustrem as necessidades da região (BRANDÃO, 2004).

No contexto de desigualdades regionais que foram se constituindo a partir da formação econômica do Brasil, o debate sobre a promoção de estratégias que estimulem o desenvolvimento regional ou territorial é importante. Este debate pressupõe conhecer quais são as contribuições que cada um dos enfoques apresenta para os espaços em que ocorrem. Nas próximas duas seções as estratégias para estas propostas de desenvolvimento são apresentadas.

2.1.1 Políticas Regionais

Para compreender as políticas regionais é importante realizar a distinção entre plano, programa e projeto, cabe mencionar que plano é algo mais amplo, o qual abrange estudos necessários para a identificação dos pontos a serem avançados, dos programas e projetos necessários, dos objetivos, das estratégias e metas de um governo, Ministério ou Secretaria; programa é algo que indica um conjunto de projetos cujos resultados permitem alcançar o objetivo maior de uma política pública; e projeto é o menor elemento do processo de planejamento, sendo um instrumento técnico-administrativo de execução de empreendimentos específicos (TEIXEIRA, 2010).

Para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico a CEPAL possui como intuito assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho ampliou-se para os países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável (CEPAL, 2015).

Segundo IPEA (2012) o crescimento econômico brasileiro até meados da década de 1950 provocou desigualdades regionais bastante profundas, tendo em vista que as atividades econômicas concentravam-se especialmente nas regiões Sul e Sudeste e na faixa litorânea. A criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) , em 1957, pode ser considerada uma das primeiras ações para o combate às distorções do crescimento desigual no Brasil, com ênfase no desenvolvimento regional.

Um dos resultados da criação do GTDN foi a criação, em 1959, da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Além dessa superintendência também foram constituídas em 1966 a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e em 1967 a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO). Com base em IPEA (2012) o objetivo dos programas de desenvolvimento regional era principalmente reduzir os desequilíbrios inter e intrarregionais. Estas superintendências regionais de desenvolvimento foram criadas nos anos 1970 com a função de amenizar as desigualdades existentes nas diferentes regiões do país e para atender mais adequadamente às especificidades regionais.

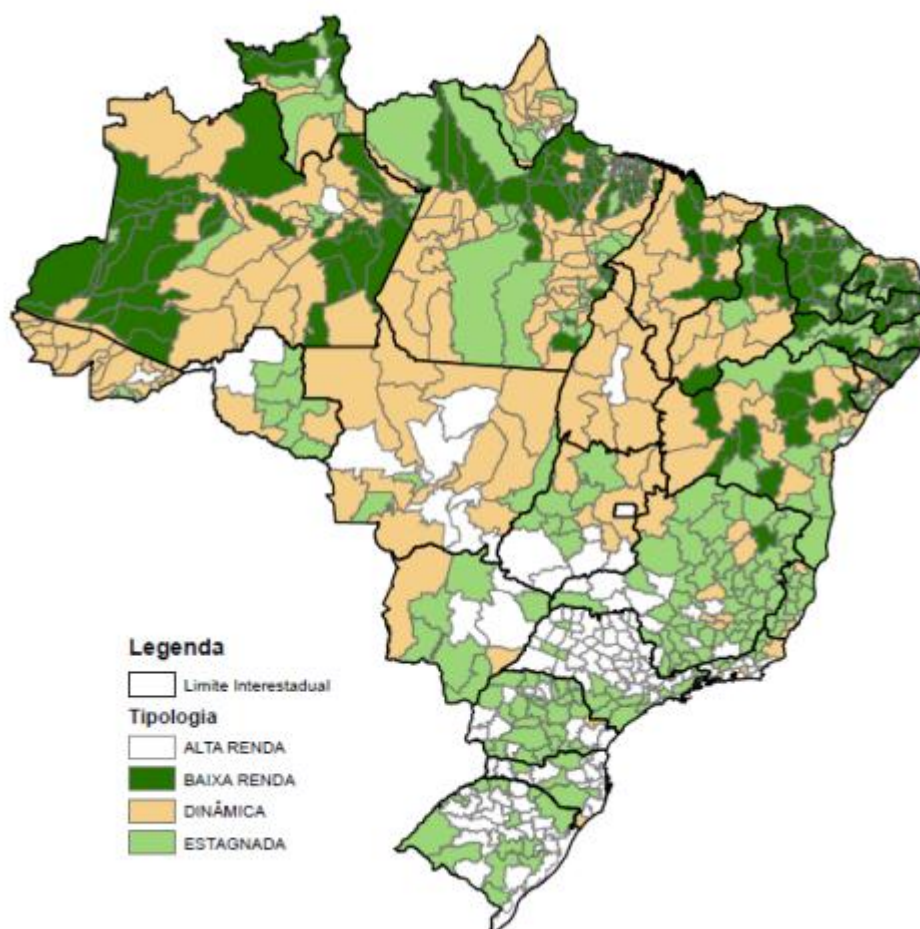
A partir da Constituição Federal de 1988 foram institucionalizados fundos constitucionais de financiamento, como o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FNE); o Fundo de Desenvolvimento para o Centro Oeste (FCO) e o Fundo de Desenvolvimento do Norte (FNO), e mais recentemente foi constituído o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA). Estes fundos são responsáveis pela aprovação de projetos e destinação dos recursos, conforme diretrizes e orientações estabelecidas em seus conselhos deliberativos e pelo Ministério da Integração Nacional (IPEA, 2012).

Com o foco na redução das desigualdades regionais o Ministério da Integração Nacional (constituído em 2003) tem entre suas competências a formulação e condução da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), devendo para tal estabelecer políticas, programas e projetos voltados para as diferentes regiões do país.

A I PNDR, lançada em 2003 e institucionalizada em 2007 foi incluída no Plano Plurianual de 2004 a 2007 e tinha como propósito ser uma política de Estado e não de governo. O contexto teórico no qual esta política se baseia é na Teoria do Desenvolvimento Endógeno, a partir da qual devem ser compreendidas as diferenças e particularidades de cada região, potencialidades e limites para então buscar alternativas adequadas às suas realidades. Neste contexto a combinação das ações do Estado via políticas públicas devem ser efetuadas com a articulação dos recursos locais de forma a provocar a mobilização e dinamismo das regiões (OLIVEIRA E LIMA, 2012).

Abaixo segue a figura 1 que demonstra a tipologia da PNDR no ano de 2010. Nesta figura dividem-se as regiões conforme as suas características, sejam de alta renda; baixa renda; região dinâmica ou região estagnada para o ano de 2010.

Figura 1- Tipologia da PNDR no ano de 2010, no Brasil



Fonte: Ministério da Integração Nacional, 2013.

A I PNDR, coordenada pelo Ministério da Integração Nacional e executada pela Secretaria de Programas Regionais (SPR) e identificada como sendo uma política nacional, do governo federal. Esta política foi constituída principalmente por três programas, cujas prioridades principais são a redução de desigualdades regionais: o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO), o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido e o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) (MIN, 2009).

De acordo com o MIN (2010), o PROMESO com início em 2000, estimula a capacitação de pessoas e a organização com base no associativismo e cooperativismo, destinando-se na criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável das Mesorregiões. O PROMESO reúne um aglomerado de ações voltadas para a redução das desigualdades intra e inter-regionais brasileiras em espaços selecionados (mesorregiões diferenciadas), maximizando a utilização das potencialidades endógenas.

O PDFF foi criado com a função de consolidar o desenvolvimento das regiões de fronteira e de seus subespaços, ligados em três grandes territórios denominados arcos (Norte, Sul e Central). No programa estão inclusos 11 Estados, 588 municípios e uma população de aproximadamente 10 milhões de pessoas. A importância estratégica da faixa de fronteira torna este programa importante, tendo em vista que dentre os doze países da América do Sul, o Brasil faz fronteira com dez. O foco do programa está na estruturação física, social e econômica, com destaque nas potencialidades locais e na articulação com os países da América do Sul com os quais o país compartilha fronteiras (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2015).

Entre os anos de 2012 e 2013 houve um processo para a reformulação da PNDR II envolvendo aproximadamente 13 mil pessoas em 27 Conferências Estaduais, cinco Macrorregionais e uma Conferência Nacional. Esta reformulação propôs à PNDR II a solução de falhas deixadas pela PNDR I e reconhecê-la como uma política de Estado e não mais de governo (ALVES & NETO, 2014).

Diante das avaliações referentes à I PNDR, no PPA 2012 a 2015 são definidos os princípios balizadores da II PNDR, sendo estes: a) transparência nos objetivos, nos processos e resultados; b) monitoramento e avaliação das políticas; c) competitividade equidade; d) participação da sociedade civil; e) respeito e valorização da diversidade territorial e do meio ambiente; f) combinação entre políticas ‘de baixo para cima’ e políticas ‘de cima para baixo’ e atenção às políticas transversais; g) parceria público-privada; respeito aos princípios e pactos federativos, a fim de possibilitar a participação efetiva das várias escalas de governo na execução da PNDR (CNDR, 2012, p. 31-32). Em relação aos resultados desta política poucas são as informações localizadas, podendo ser apontado que na mudança entre o governo de Luís Inácio Lula da Silva para Dilma Rousef, ainda que o partido tenha se mantido a política não se manteve.

2.1.2 Políticas Territoriais

Vieira *et al* (2014) mostram que a autora Bertha Becker buscou entender a territorialidade como produto de relações políticas em diversas escalas. Ou seja, desde aquelas induzidas pelo Estado e as grandes corporações até os movimentos de organização e resistência sociais. Para isso, mostrou ser fundamental o conhecimento detalhado do território, que possibilita a criação de diferentes prioridades políticas.

No IPEA (2009) é relatado que nos anos 1970, estende-se um debate referente ao perfil das políticas a serem empregadas para o desenvolvimento de um determinado local. Foram levadas em conta experiências europeias e norte-americanas, adentrando que o desenvolvimento de um espaço depende parcialmente do grau de organização de sua sociedade em relação aos objetivos que lhes são comuns. Estas experiências criaram um espaço para a chamada abordagem territorialista. Para isso, usaram como referência os estudos de uma nova realidade territorial, da Terceira Itália, nela se manifestavam altas taxas do emprego industrial e um ótimo desempenho das exportações, os seus resultados eram provenientes de articulações entre as empresas internas à própria região.

De acordo com o IICA (2010) as políticas de desenvolvimento territorial começaram a ocupar um espaço no Brasil, somente a partir da Constituição Federal de 1988, devido ao processo da direção à descentralização das políticas públicas. Com o destaque no âmbito municipal e o incentivo para a participação da sociedade civil, dos atores locais, ajudando no fortalecimento das políticas públicas territoriais.

A discussão a respeito do desenvolvimento territorial passou a destacar a importância dos agentes locais, sendo incentivadas experiências de desenvolvimento territorial, buscando repetir as experiências europeias. Este entendimento chegou ao Brasil, segundo o IPEA (2009) ao longo dos anos 1990, sendo que as políticas públicas iniciaram sobre esta reflexão especialmente no governo Lula.

A ideia era que a lógica de atuações coletivas deveria também ser adotada nas políticas públicas que envolvem transmissão de recursos, sendo que o direcionamento e a utilização dos mesmos deveriam envolver a lógica local, a partir de uma perspectiva de descentralização de decisões. Então, especialmente no âmbito rural, caso se tenha uma concepção de desenvolvimento que se centre na melhora das condições de vida das comunidades e numa maior inserção dos grupos excluídos, indica-se a importância de que as políticas adotadas partam de um “pacto territorial”, mediado e impulsionado a partir da articulação de atores chave – cooperativas, organizações de produtores, associações empresariais, sindicatos, poder público, igrejas, bancos etc (IPEA, 2009, p.28).

Contudo, Brandão (2004) aponta que a emergência da territorialização das intervenções públicas é vista como algo que possa superar todos os problemas do desenvolvimento. Pretende-se que todos os atores sociais, econômicos e políticos estejam cada vez mais organizados em um determinado recorte territorial, buscando uma opção por substituir o Estado por uma nova compreensão de forças sociais e políticas que passa a ser chamada de território. Assim, o território passa a ser como um grande regulador autômato de relações, dotado da propriedade de sintetizar e encarnar projetos sociais e políticos, ou seja,

sugere-se que o mesmo tenha poder de decisão. Contudo nem sempre esse desejo de organização coletiva é alcançado.

Segundo o IPEA (2009) no Brasil as políticas territoriais criaram ações com a visão do combate a pobreza em locais enfraquecidos do país. A partir disso, surgem programas territoriais com este foco, ou seja, voltados para a diminuição da pobreza no país.

2.2 PROGRAMAS TERRITORIAIS

Na concepção de Navarro (2001) o desenvolvimento rural pode ser analisado posteriormente aos programas já realizados pelo Estado, para que assim, possa ser alterado conforme as suas especificidades.

Um dos programas territoriais que alcançou mais êxito no Brasil foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), sendo que o PRONAF Infraestrutura, segundo o IPEA (2009) apresentou algumas similaridades com a experiência europeia, envolvendo um raciocínio municipal. Para a liberação dos recursos os municípios deveriam possuir Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, bem como, deveriam formular projetos que atendessem ao que estava estabelecido no programa.

Para o IPEA (2009) foi considerado uma evolução intermunicipal a criação dos territórios rurais executados pela SDT do MDA. Após esta criação, resultou no Programa de Territórios da Cidadania, este voltado ao combate à pobreza, articulando ações de um conjunto de ministérios, ou seja, é um programa mais amplo.

A seguir são evidenciados dois programas territoriais: o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais e após o Programa Territórios da Cidadania, estes devido ao fato de se enquadrarem como programas territoriais no território estudado.

2.2.1 Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

O PRONAT, com início em 2003 foi instituído com vistas à redução das desigualdades regionais e sociais, com a finalidade de integrar os territórios rurais ao processo de desenvolvimento nacional. As principais bases deste programa são a participação e o controle social (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2015). Participação pode ser considerada como o desejo de que a sociedade de fato esteja representada e participe discutindo e buscando soluções sobre os problemas que existem. O controle social é uma expectativa de que a sociedade exerça controle sobre ela própria, cuidando de como são

gastos e aplicados os recursos financeiros, evitando a corrupção e fortalecendo a cidadania (CGU, 2012).

Dentre as atribuições deste programa estão a valorização da produção e a geração de ocupações, trabalho e renda da agricultura familiar, atuando de forma complementar as ações de incentivo ao cooperativismo. As ações do programa estão direcionadas à capacitação, associativismo e cooperativismo que visem à dinamização das economias locais e apoiem a organização da infraestrutura, voltadas especialmente ao universo da agricultura familiar (FAVARETO, 2009).

São considerados como objetivos do PRONAT:

Promover o planejamento, a implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, bem como o fortalecimento institucional e a dinamização de sua economia; Articular governos municipais, estaduais e federal e organizações não governamentais, a fim de superar a fragmentação das diversas ações voltadas para o desenvolvimento rural e mobilizar os atores locais na construção de planos que aproveitem as potencialidades locais na integração econômica de diferentes atividades produtivas (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2015, p. 260).

Para atender estes objetivos, foram estipuladas no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 sete ações orçamentárias do PRONAT, estas ações estão dispostas no quadro 1.

Quadro 1 - Ações orçamentárias do PRONAT, previstas no PPA 2008-2011, a nível nacional

Ação Orçamentária	Denominação	Objetivos
102C	Elaboração dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)	Consiste em desenvolver e consolidar competências locais para a concepção, implementação e gestão de planos de desenvolvimento rural sustentável.
2A99	Apoio à Gestão dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)	Consolidar, em médio prazo, o processo de planejamento e gestão dos territórios rurais apoiados pelo PRONAT por intermédio do apoio à consolidação e ao fortalecimento dos Colegiados Territoriais e dos arranjos institucionais necessários à implementação consistente e articulada dos PTDRS e respectivos projetos territoriais.
5160	Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-Árido do Nordeste (Projeto Dom Hélder Câmara)	Melhorar as condições socioeconômicas dos beneficiários da reforma agrária e pequenos proprietários de terra na periferia das zonas semiáridas da região nordeste.
6466	Capacitação de Agentes de Desenvolvimento	Apoiar o desenvolvimento humano pelo aprimoramento das capacidades dos agentes de desenvolvimento, líderes locais, representantes institucionais e conselheiros; bem como envolver instituições para a participação nas diversas etapas do processo técnico, social e político de construção e gestão dos planos territoriais de desenvolvimento e dos projetos econômicos, sociais e institucionais decorrentes.
8394	Fomento aos	Proporcionar apoio ao cooperativismo da agricultura familiar

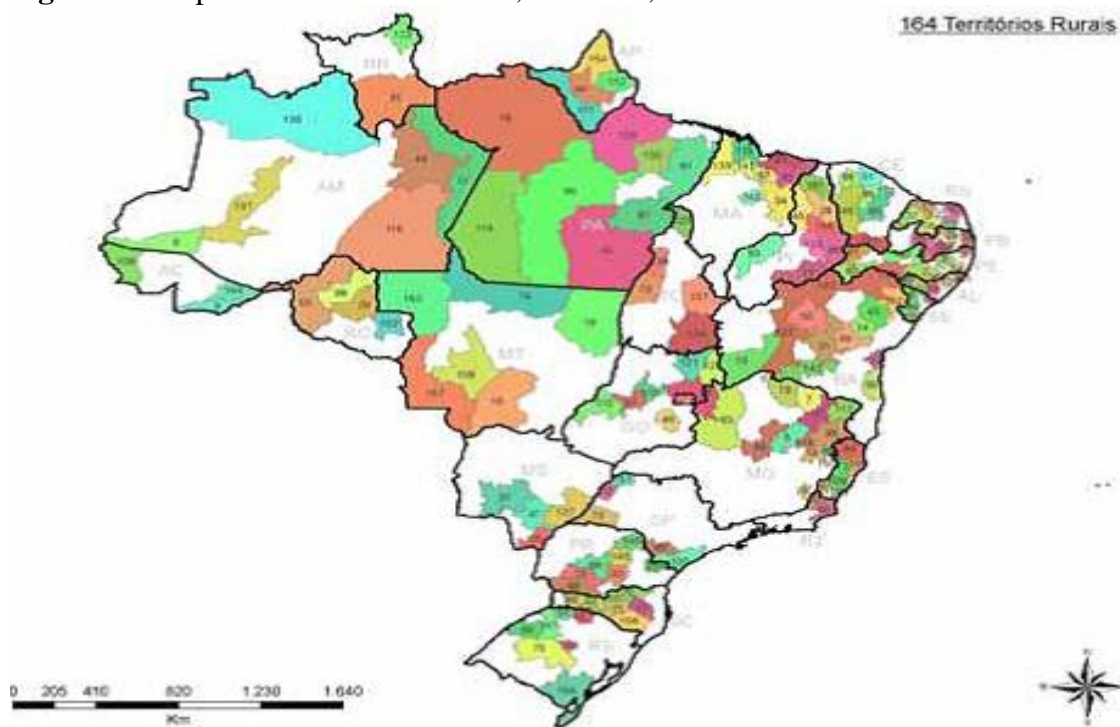
	Empreendimentos Associativos e Cooperativos da Agricultura Familiar e Assentamentos da Reforma Agrária.	em relação à qualificação dos seus empreendimentos, promoção de seus produtos, capacitação de técnicos, dirigentes e associados, gestão de cooperativas.
8991	Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF).	Antiga linha projetos e serviços municipais do Pronaf. Tem como finalidade o apoio financeiro para que o município implante projetos que visem o desenvolvimento local sustentável e o fortalecimento da agricultura familiar. Estes são projetos territoriais formulados a partir do PTDRS e implementados por entidades parceiras do Colegiado Territorial.
2272	Gestão e administração do programa.	Trata-se de uma Ação Orçamentária direcionada às atividades internas da SDT/MDA na administração do programa

Fonte: Elaboração dos autores a partir de IICA, 2011.

Dentre as ações citadas, o PROINF, pode ser considerado como uma das principais ações orçamentárias do PRONAT. Isto é evidenciado por Leite e Júnior (2012), os quais falam que o PROINF e as emendas parlamentares são responsáveis por mais de 80% dos recursos contratados no período de 2003 a 2008 no Brasil. As emendas parlamentares surgem através da necessidade de projetos que o poder público municipal considera importante ao seu município. Buscam através dos deputados o recurso para financiar o projeto, estes pedem os recursos nos ministérios. Geralmente procuram onde a tramitação é mais fácil e onde tem recurso para ação semelhante, o MDA, muitas vezes, foi onde encontraram uma grande facilidade em liberar recursos financeiros para os municípios.

Na figura 2, é demonstrado o mapa dos territórios rurais existentes no Brasil, totalizando 164 territórios rurais. Neste sentido, conforme Gregolin *et al* (2015) para que os territórios possam se inserir no PRONAT, são considerados alguns critérios, como: a quantidade máxima de 80 habitantes por Km², articulação e representação consolidada da sociedade civil e do poder público, presença de um conselho estadual que analise assuntos voltados ao meio rural, como: agricultura familiar e sustentabilidade. Depois da inserção do território no PRONAT, as ações que são desenvolvidas pela SDT nos territórios possuem recursos provenientes do Orçamento Geral da União, em que as instituições integrantes dos Colegiados Territoriais entregam projetos para chamadas específicas.

Figura 2 - Mapa dos Territórios Rurais, no Brasil, em 2013



Fonte: IICA, 2013.

A partir da implementação dos colegiados territoriais houve algumas mudanças ao se comparar com as políticas para o desenvolvimento rural no Brasil. Segundo Favareto (2013) entre as mudanças está: a escala das ações passou a ser intermunicipal, a qual antes era no âmbito municipal. Contudo muitas vezes, percebe-se que os projetos continuam sendo municipalizados. Outra mudança que Favareto considera, é o fato de haver uma maior abrangência das organizações da sociedade civil. No entanto, mostra que a intersectorialidade, praticamente é inexistente nos colegiados territoriais.

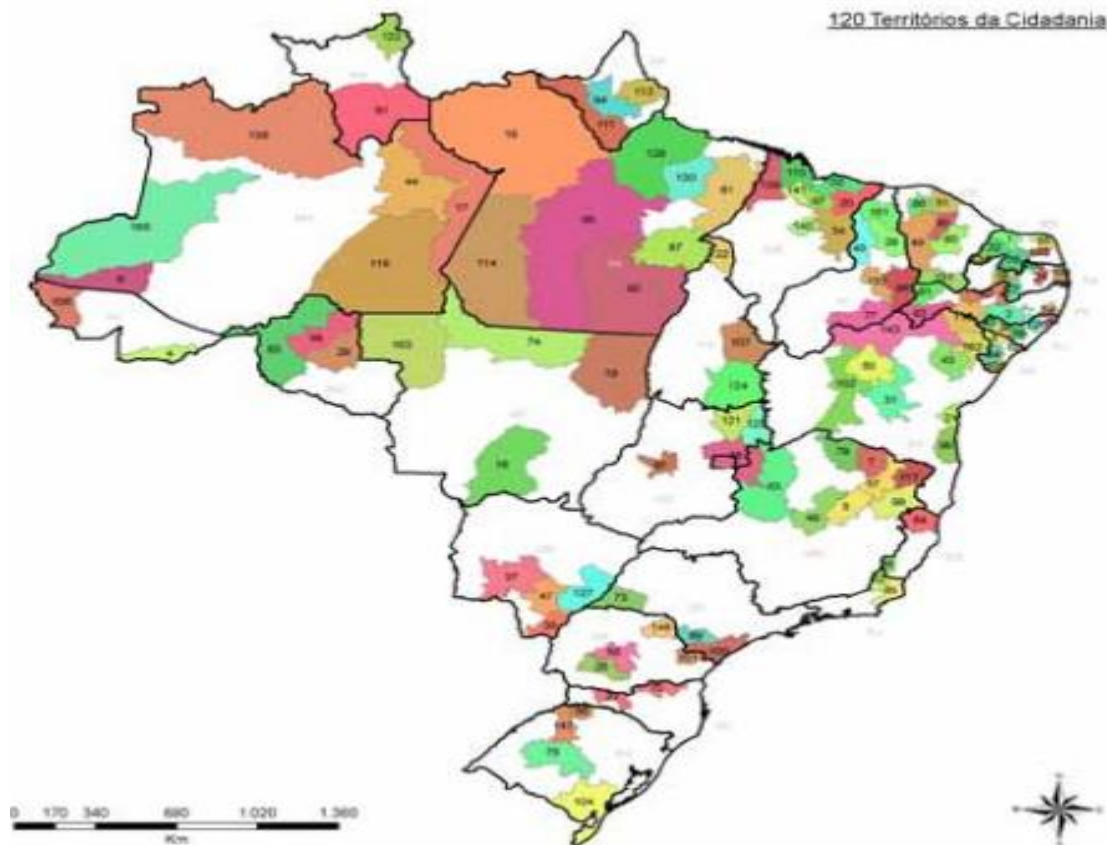
No âmbito do PRONAT, surge o Programa territórios da cidadania (PTC), este coordenado pela Casa Civil do Governo Federal, com ações de 19 ministérios (IICA, 2010).

2.2.2 Programa Territórios da Cidadania

A criação do programa Territórios da Cidadania surge associada a ideia dos Territórios de Identidade e dos Territórios Rurais. Em 2008, a partir da constatação de que em diversos territórios rurais haviam também problemas de desenvolvimento no meio urbano, foi criado o Programa Territórios da Cidadania (PTC). Conforme o Portal Brasil (2015) este programa conta com 120 Territórios da Cidadania constituídos em todo o país. Esta se constituiu em uma das estratégias do Governo Federal para promover o desenvolvimento territorial em

regiões de pequena força econômica, em que os problemas eram observados tanto no meio rural quanto no urbano. A partir da figura 3 é possível identificar os 120 Territórios da Cidadania constituídos em 2008 no Brasil.

Figura 3 - Territórios da Cidadania, no Brasil, em 2013.



Fonte: IICA, 2013.

Segundo o Ministério do Planejamento (2010) os Territórios da Cidadania interagem com 22 ministérios e outros órgãos do Governo Federal, como estados, municípios e sociedade civil, nele o Estado e sociedade planejam e promovem a gestão das políticas públicas. Buscando uma solução de enfrentamento à pobreza a partir de quatro objetivos específicos: inclusão produtiva das populações pobres dos territórios; busca da universalização de programas básicos de cidadania no meio rural; planejamento e integração de políticas públicas; ampliação da participação social (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2010).

Segundo Dallabrida (2014) o PTC possui como finalidades a promoção do desenvolvimento econômico e também generalizar programas básicos de cidadania utilizando uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Realizando ações associadas ao

desenvolvimento social, à logística sustentável da produção, à saúde, saneamento e acesso à água, educação, cultura, infraestrutura e ações fundiárias.

Devido ao fato de prezar pelo desenvolvimento econômico, os territórios da cidadania foram implantados em áreas economicamente enfraquecidas, com IDH baixo, maior número de beneficiários do programa Bolsa Família e com maior concentração de agricultores familiares, assentados, quilombolas e povos indígenas (CARVALHO & DAVID, 2011). O Território da Cidadania Cantuquiriguaçu possui um alto percentual de população rural, sendo 46,21% de habitantes. Este território da Cidadania possui uma terra indígena regularizada, esta denominada Rio das Cobras localizada nos municípios de Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu. Possui uma comunidade quilombola localizada no município de Candói e o número de famílias assentadas pela Reforma Agrária é de 4,437 (IBGE, 2010; FUNAI, 2016; INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS, 2016; PORTAL DOS NEDET, 2016).

Conforme Favareto (2009) o PTC é importante, contudo, seu caráter ainda muito recente torna impossível dizer se ele trata apenas de uma concentração de programas no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, ou se ele cederá lugar a uma realização de ampliação de políticas. Dallabrida (2014), por sua vez relata que a categoria definida por desenvolvimento territorial ainda não é totalmente aceita pela academia, sendo necessário um entendimento complementar sobre desenvolvimento local ou regional. E que a realização de programas de alusão, como o PTC, encara ainda muitos desafios.

A partir do contexto apresentado nesta seção sobre o programa territórios da Cidadania está esboçada a seguir a contextualização sobre o território da cidadania Cantuquiriguaçu-PR.

2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O TERRITÓRIO DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU-PR

A origem do território da cidadania da Cantuquiriguaçu remonta à Associação dos Municípios Cantuquiriguaçu, uma das entidades governamentais que compõem o CONDETEC, a qual foi fundada em 08 de agosto de 1984. Foram responsáveis pela sua fundação os prefeitos Valmir Gomes da Rocha Loures e João Ceccura, estes de Laranjeiras do Sul e Palmital. Os mesmos designaram com o nome Cantuquiriguaçu devido à presença dos rios Cantu, Piquiri e Iguaçu, os quais fazem margem com a região. Em 2016 a associação dos municípios Cantuquiriguaçu conta com vinte e um municípios filiados a ela, sendo: Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvras, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do

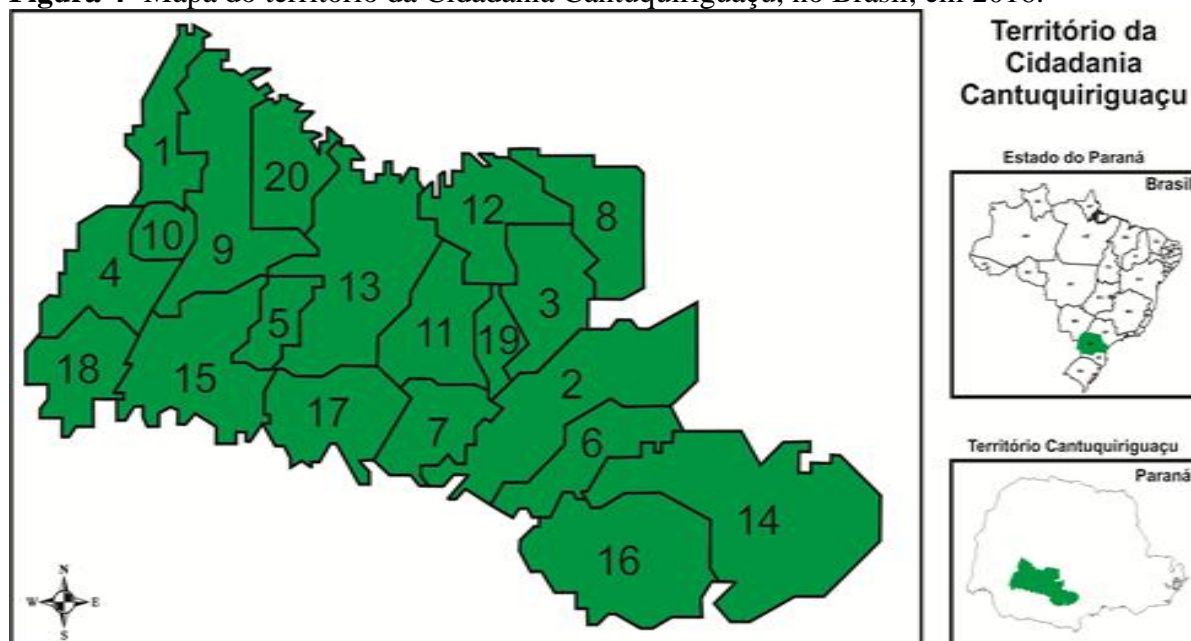
Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Palmital, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond (PORTAL DA CIDADANIA, 2013).

Entretanto, o município de Palmital, filiado à referida associação não faz parte da regionalização do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu (CANTUQUIRIGUAÇU, 2012).

Em termos de localização, o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, localiza-se nas mesorregiões Centro-Sul Paranaense e Oeste Paranaense. Possui uma população total de 232.519 habitantes, destes 125.060 moram em áreas urbanas e 107.459 em áreas rurais. Desta população total, o número de famílias assentadas pela Reforma Agrária é de 4,437. E o número de estabelecimentos da agricultura familiar é de 21,177, sendo o pessoal ocupado na agricultura familiar 60,433 (IBGE, 2010; PORTAL DOS NEDET, 2016).

Na Figura 4 é possível visualizar no mapa do Estado do Paraná a localização do Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu.

Figura 4- Mapa do território da Cidadania Cantuquiriguaçu, no Brasil, em 2016.



(1) Campo Bonito; (2) Candói; (3) Cantagalo; (4) Catanduvas; (5) Espigão Alto do Iguaçu; (6) Foz do Jordão; (7) Porto Barreiro; (8) Goioxim; (9) Guaraniaçu; (10) Ibema; (11) Laranjeiras do Sul; (12) Marquinho; (13) Nova Laranjeiras; (14) Pinhão; (15) Quedas do Iguaçu; (16) Reserva do Iguaçu; (17) Rio Bonito do Iguaçu; (18) Três Barras do Paraná; (19) Virmond e (20) Diamante do Sul

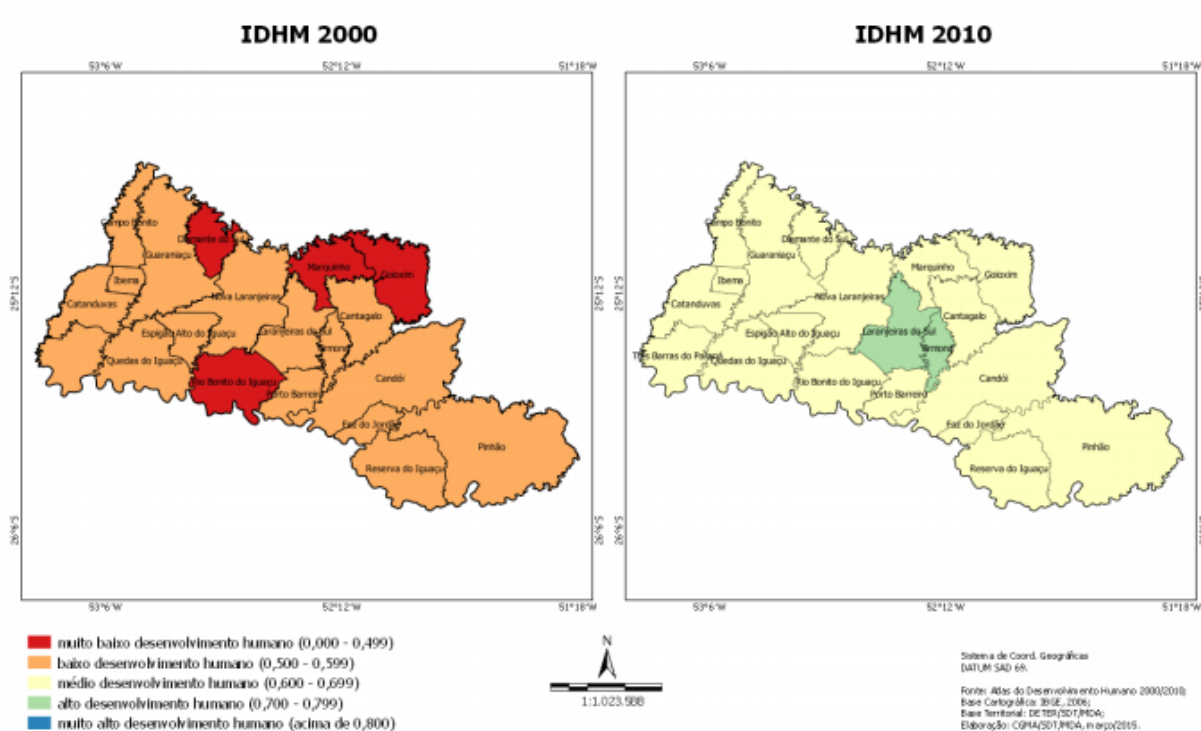
Fonte: Elaborado por Gregolin, 2016.

No território da Cidadania Cantuquiriguaçu possui uma terra indígena regularizada, esta denominada Rio das Cobras localizada nos municípios de Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu, conta com uma superfície de 18.681,9806 ha e possui outra terra indígena declarada em Laranjeiras do Sul, denominada Boa Vista (PR), com uma superfície de 7.336,3308 ha. Neste território também possui uma comunidade quilombola localizada no município de Candói (FUNAI, 2016; ITCG, 2016).

Entre as atividades econômicas do território da Cidadania Cantuquiriguaçu em relação ao Estado do Paraná “a agropecuária é uma atividade de destaque no Território da Cantuquiriguaçu, tendo sua participação do valor adicionado bruto em aproximadamente 27%, para o Estado do Paraná, esta mesma atividade tem participação de quase 8,5%” (CANQUERINO *et al*, 2015, p. 04). Este dado mostra a importância dessa atividade no território da cidadania Cantuquiriguaçu.

Abaixo, tem-se o mapa do território da Cidadania Cantuquiriguaçu que evidencia a comparação do IDHM dos Censos Demográficos do IBGE de 2000 e 2010.

Figura 5- Comparação do IDHM de 2000 e 2010 dos municípios que compõem o território da Cidadania Cantuquiriguaçu



Fonte: PORTAL DOS NEDET, 2016.

Este mapa evidencia uma melhora do IDHM dos municípios que compõem o território da Cidadania Cantuquiriguaçu, melhora esta melhor visualizada nos municípios de Rio Bonito do Iguaçu, Diamante do Sul, Goioxim e Marquinho que passaram do ano de 2000 de um IDHM considerado muito baixo (0,000-0,499) para um médio desenvolvimento humano (0,600-0,699) em 2010. E o restante dos municípios de um baixo desenvolvimento humano (0,500-0,599) no ano de 2010 para um médio desenvolvimento humano, com exceção de Laranjeiras do Sul e Virmond que em 2010 passaram a ser considerados com um alto desenvolvimento humano (0,700-0,799).

O território da Cidadania Cantuquiriguaçu conta com CONDETEC, este possui como objetivos: a) Promover o desenvolvimento regional, através de ações, programas e projetos; b) Articular as políticas públicas no Território através da integração das instituições; c) Estimular os mecanismos de participação e controle social (CANTUQUIRIGUAÇU, 2012). A seguir se encontra de forma mais detalhada a história e o papel deste conselho.

2.3.1 Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu (CONDETEC⁶)

O Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu tem como uma de suas funções, articular a sociedade organizada para que participe das discussões a respeito do desenvolvimento do território.

O CONDETEC, conforme consta no Art 6º do seu regimento, tem como atribuições organizar a realização de projetos coletivos, mantendo discussões referentes a melhorias para o território, sobre os recursos a serem implementados. Tem ainda como atribuições aprovar e alterar o Regimento do CONDETEC, a criação e extinção de Câmaras Setoriais. E com esta atuação os objetivos finais são o alcance efetivo do desenvolvimento do território (CONDETEC, 2016).

A estrutura organizacional estabelecida no Regimento do Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu – CONDETEC (2010) é constituída de Núcleo Diretivo; Plenária; Núcleo Técnico; Câmaras Setoriais. O núcleo diretivo é a coordenação do CONDETEC, composta por Coordenação Geral, Vice-Coordenação, Secretário(a) e Vice-Secretário(a). A plenária deve ser composta por representação de entidades governamentais e da sociedade civil organizada abrangendo os 20 municípios que compõem a região.

O núcleo técnico é composto de grupo de assessores, secretaria executiva e articulação territorial⁷ e tem como atribuição essencial oferecer o apoio técnico e administrativo às atividades do CONDETEC. As câmaras setoriais, por sua vez, constituem-se de órgão auxiliar do conselho, podendo ser permanentes ou provisórias (CANTUQUIRIGUAÇU, 2010). Em relação ao núcleo diretivo cabe ressaltar que a gestão é paritária e rotativa, sendo que há um acordo registrado em regimento de que a coordenação do Conselho seja alternadamente assumida por entidade governamental e não governamental, sendo o mandato de gestão estipulado para dois anos. No que tange às entidades que fazem parte do CONDETEC há aquelas que são governamentais e as não governamentais. No Quadro 2 elas estão listadas:

⁶ Nos registros do CONDETEC não é mencionada a identificação Território da Cidadania em sua denominação.

⁷ O articulador territorial tem como função auxiliar no processo de desenvolvimento e na gestão do Conselho, este deverá ser escolhido pela Plenária (CONDETEC, 2010).

Quadro 2 - Tipos de Entidades participantes do Território Cantuquiriguaçu, em 2016.

Tipos de entidades	Nome das entidades
Governamentais	CANTU - Associação dos Municípios CANTUQUIRIGUAÇU; ACAMCOP - Associação das Câmaras Municipais do Centro Oeste do Paraná; COPEL - Companhia Paranaense de Energia; EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural; NRE – Núcleo Regional de Educação; SEAB - Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná; UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul; UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná; UNICENTRO – Universidade do Centro Oeste do Paraná; INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
Não governamentais	APPA – Associação Paranaense de Pequenos Agricultores; CACICOPAR – Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais de Centro Oeste do PR; CEAGRO – Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia; CONSELHO R. DE APAES – Conselho Regional de APAES; COORLAF - Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar; CRESOL – Cooperativa Central Base de Serviços com Interação Solidária; FETAEP – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do PR; FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar; INDÍGENAS- Comunidades Indígenas Rio das Cobras e Boa Vista; MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores; MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; OAB – Ordem dos Advogados do Brasil; TRACTEBEL ⁸ - Tractebel Energia S.A; UNICAFES- União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Paraná; LAGOS E COLINAS- Agência de Desenvolvimento Turístico Lagos & Colinas; S.I.A- Serviço de Inteligência em Agronegócios; CREHNOR- Cooperativa de crédito rural de pequenos agricultores e da reforma agrária do Centro-Oeste do Paraná; COLETIVO R.M.VIA CAMPESINA- Coletivo regional de mulheres da Via Campesina; ARCAFAR- Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil; Associação dos QUILOMBOLAS- Associação Quilombola Pró-Reintegração Invernada Paiol de Telha; SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; SENAR- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

Fonte: Arquivos Internos do CONDETEC. Organização: NEDET, 2016.

As instituições não governamentais possuem maior quantidade de cadeiras dentro do conselho (sendo 22 cadeiras) do que as instituições governamentais (sendo 18 cadeiras). É distribuída apenas uma cadeira por instituição, tanto para as instituições governamentais quanto as não governamentais. Dentre os 20 municípios, a Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu pode selecionar 09 para representá-la no CONDETEC.

Em relação às reuniões que devem ser realizadas está previsto em seu regimento, no seu §3º e § 4º que:

⁸ A TRACTEBEL foi incorporada pela multinacional Engie e a partir de então denomina-se de Engie Brasil Energia.

§ 3º As Reuniões Ordinárias serão realizadas a cada trimestre, tendo como objetivos avaliar programas e atividades, discutir e encaminhar o processo de gestão do Conselho, bem como proporcionar espaço para manifestações de outras entidades e órgãos governamentais. § 4º As Reuniões Extraordinárias serão realizadas conforme necessidades e por convocação do núcleo diretivo ou por 1/3 dos conselheiros, para tratar assuntos específicos relacionados a sua convocação (CONDETEC, 2016, s.p).

As reuniões do CONDETEC devem ser realizadas respeitando o regimento que estabelecem a sua periodicidade, sendo as Reuniões Ordinárias a cada trimestre e as Reuniões Extraordinárias conforme a sua necessidade.

A seguir, no quadro 3 é apresentada a lista de presidência/ coordenação do CONDETEC, demonstrando a alternância regimental e informando o período da gestão que pelo regimento do CONDETEC é de dois anos, conforme observado nas atas no CONDETEC.

Quadro 3 - Alternância da presidência/coordenação do CONDETEC entre os anos de 2004 a 2016 no Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu

Data de posse	Coordenador	Vice-coordenador
26/03/2004	Sandra G. Pinto	Joaquim Grzybowski
07/2004	Joaquim Grzybowski	
2006	João Costa	Altair dos Passos
11/04/2008	Altair dos Passos	
14/11/2008	João Costa	Altair dos Passos
09/12/2008	João Costa	Vitor de Moraes
2009	João Costa	Alaercio Geremia
09/03/2011	Elemar Cezimbra	Ana Maria Ferreira Ribas
10/05/2013	Marcio Ramos	Isaias do Amaral Neves
11/03/2016	Valter Israel da Silva	Luiz Leite Elemar Cezimbra

Fonte: Elaboração dos autores a partir das atas do CONDETEC, 2016.

Em 12 de Março de 2004 foi realizada a Constituição do Conselho, Ivone Kerber, secretária de educação de Porto Barreiro, começou a discutir a composição do CONDETEC das entidades. Logo após, em 26 de Março de 2004 foi eleita a primeira presidente do CONDETEC, Sandra G. Pinto. Em 2009 começam a chamar a figura de presidente do Conselho como coordenador. Com a atualização do regimento em 2016 passou-se a contar com a atuação de dois vice coordenadores.

Na coordenação do CONDETEC, já atuaram entidades governamentais (sendo a maioria) e não governamentais. Exemplos de entidades que já foram representadas por conselheiros: prefeitura municipal, UFFS, Emater, MPA, Rureco.

O CONDETEC passou por três fases desde seu início. A primeira fase caracteriza o conselho como “pró-ativo, com elementos facilitados tanto nacionais quanto de gestão interna

do conselho; um segundo período de desmobilização, principalmente sob os efeitos da esfera federal; e o momento onde o NEDET se insere marcado por esses elementos de desmobilização” (SANTOS *et al*, 2016, no prelo). Estas fases refletem nos projetos e discussões realizados pelo CONDETEC.

A partir do contexto apresentado nesta seção sobre a atuação do CONDETEC no território da Cidadania Cantuquiriguaçu o próximo item contém a metodologia empregada no estudo aqui relatado.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo é evidenciada a metodologia empregada neste trabalho, apresentando o delineamento da pesquisa; os procedimentos de coletas de dados; o ambiente de estudo e por fim, os procedimentos de análise de dados.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A pesquisa se caracteriza quanto aos fins como descritiva, pois de acordo com Gil (2008) tais pesquisas têm como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou grupo, bem como a preocupação com a atuação prática do estudo. Cervo *et al* (2007) ressaltam que a pesquisa descritiva é considerada mais ampla e completa, pois procura observar, registrar e analisar os fatos sem fazer alterações neles, procurando abordar dados e problemas que merecem ser estudados. Sob a mesma ótica, Oliveira (2007) considera a pesquisa descritiva como ampla e aprofundada “[...] permitindo uma análise do problema de pesquisa em relação aos aspectos sociais, econômicos, políticos, percepções de diferentes grupos, comunidades, entre outros aspectos” (OLIVEIRA, 2007, p.68).

Quanto aos meios de investigação, infere-se que a pesquisa deu-se por meio de um estudo de caso, que inicialmente utilizou-se de recursos bibliográficos, depois análise documental e entrevistas. A opção pelo estudo de caso deu-se em função do conhecimento prévio sobre o número de projetos financiados no território e constatou-se a impossibilidade em realizar uma pesquisa aprofundada em todos eles. Segundo Vergara (2004) o estudo de caso é limitado a uma ou poucas unidades, podendo ser para empresas, órgãos públicos ou pessoas. Para Gil (2010) o estudo de caso deve possibilitar um conhecimento vasto e minucioso, que será alcançado através de um estudo intenso no caso desejado.

Para Yin (2001) uma pesquisa com estudo de caso pode englobar tanto estudos de caso caracterizados como únicos quanto estudos de casos múltiplos. Para a distinção dos dois, pode-se verificar quando o foco da investigação possui questões do tipo “como” em mais de uma cidade, provavelmente será um estudo de casos múltiplos, sendo que estes estudos consomem mais tempo e são mais caros. Na utilização de projetos de casos múltiplos deve seguir uma lógica de replicação, ou seja, prever resultados semelhantes (uma replicação literal); ou produzir resultados (uma replicação teórica) previstos no início da investigação. No caso deste estudo, devido ao fato de possuir mais de um projeto analisado e estes serem

em diferentes cidades, na perspectiva de Yin (2001) se enquadra em estudos de casos múltiplos.

Foi realizado um estudo bibliográfico, este desenvolvido com apoio de obras que já foram produzidos, como livros e artigos científicos (GIL, 2008). Este estudo classifica-se como documental, pois segundo Vergara (2004), foi realizado um estudo em fontes primárias, mais especificamente em atas do CONDETEC e no sistema de acesso de informação da SDT/MDA, os quais estão disponíveis para consultas públicas. Gil (2010) também expõe que a fonte documental é quando o material consultado é interno para a organização. Oliveira (2007) acrescenta que a pesquisa documental aciona um cuidado maior, uma vez que os documentos não passaram por um tratamento científico, ou seja, são dados originais, sendo o pesquisador quem os examinará.

Em relação aos dados dos projetos que foram executados no período de 2003 a 2015 no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu pela SDT/MDA, estes foram acessados através do Portal dos NEDET⁹ em que o acesso foi restrito, através de senha do portal dos NEDETS. Já com a pesquisa nas atas foram verificados os projetos em que eram discutidos nas reuniões e quais dentre eles foram aprovados pelo CONDETEC. Outra informação que as atas remeteram foi quem eram os atores sociais participativos do CONDETEC, bem como, quem levou os projetos para a apresentação neste conselho.

Posterior à análise documental foram realizadas entrevistas com os agentes ligados a implementação das propostas. De acordo com Yin (2001), as entrevistas representam uma fonte de clareza para os estudos de caso, portanto a maioria destas refere-se a questões humanas. Por meio das entrevistas foi possível conhecer as minúcias a respeito do processo de articulação dos projetos, de sua implementação, do estágio de operacionalização das propostas, além dos pontos fracos e fortes de cada um dos projetos pesquisados.

Este estudo é de caráter predominantemente qualitativo, conforme Oliveira (2007) pesquisa qualitativa pode ser entendida como um processo de análise da realidade, dispondo de métodos para que o estudo seja entendido de maneira precisa.

⁹ Os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETS) “são unidades administrativas com função de apoiar ações de extensão e de assessoramento técnico aos Colegiados Territoriais e demais atores dos territórios rurais” (PORTAL DOS NEDET, 2016, s. p).

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETAS DE DADOS

Como procedimento para a coleta de dados foram utilizados os recursos de um estudo de caso, pesquisa bibliográfica e documental. Foi realizado um estudo bibliográfico em obras que tratam do tema, procurando demonstrar como a intervenção do Estado através de programas territoriais se deu no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. E ao adotar o procedimento da pesquisa documental, de acordo com Gil (2008) se utiliza de materiais que não receberam um tratamento aprofundado. Para o seu desenvolvimento, são necessários exploração de fontes documentais, as quais são numerosas.

Lakatos e Marconi (2003) enfatizam que a pesquisa documental tem como característica que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, denominando-se de fontes primárias. Para isso, foram verificadas as informações dos projetos financiados pelo MDA no Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu entre os anos de 2003 a 2015. Essas informações estão disponíveis no Sistema de Gestão Estratégica da SDT/MDA. Para que se possam distinguir os projetos deliberados pelo CONDETEC daqueles que chegaram aos municípios por meio da ação de parlamentares foram consultadas as atas e demais documentos internos do conselho. Conforme Gil (2008) a consulta em registros escritos é uma estratégia muito útil para as pesquisas de cunho social. Buscou-se em todas as atas do CONDETEC e demais documentos do CONDETEC quais foram os projetos deliberados em cada ano, quem foram os seus responsáveis, como se deu o debate em torno da proposta e também outras informações importantes que podem se revelar ao longo da pesquisa.

Por meio dessa coleta de dados se pode: i) classificar os projetos como deliberados e não deliberados pelo CONDETEC; ii) dentre os projetos deliberados, classificá-los em grupos temáticos. Tal classificação foi realizada para poder constatar por meio da análise dos documentos a seguinte tese: os projetos financiados pela SDT no território em sua maioria não foram deliberados pelo CONDETEC e os deliberados pelo conselho podem ser classificados em três grandes grupos: Grupo do leite, Grupo capacitação, Grupo agroindustrialização/comercialização.

O Grupo Leite é composto por projetos que se relacionam com a cadeia produtiva da bovinocultura de leite. Neste grupo estão inclusos projetos que atendem desde o transporte, armazenamento e comercialização do leite. O Grupo Capacitação é composto por projetos de estruturação das casas familiares rurais e demais iniciativas que promovem a formação do segmento da agricultura familiar. O Grupo agroindustrialização/comercialização é composto por projetos que financiaram iniciativas de agroindustrialização (excluindo as do leite) e

também centros de comercialização. De cada um dos grupos foram escolhidos dois projetos, utilizando o critério de acessibilidade ou conveniência foram selecionados aqueles cujos gestores se demonstrarem mais acessíveis à realização do estudo.

A partir desse delineamento foram realizadas sete entrevistas com as pessoas identificadas como atores locais do Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu e com uma pessoa de cada PROINF estudado. As entrevistas foram realizadas no mês de agosto, setembro e outubro de 2016.

Como instrumentos de pesquisa foram realizadas entrevistas estruturadas com os atores sociais identificados através das atas. Em relação a composição das questões, estas foram adaptadas pela autora Oliveira (2014), que investigou se os empreendimentos coletivos financiados pelo PRONAT atendem os objetivos pré-estabelecidos na proposta inicial no Território Meio Oeste Contestado (SC), também analisou a abrangência desses projetos, suas populações beneficiárias e correlação com o tema da pobreza rural. Estas questões podem ser visualizadas nos Anexos 1 e 2.

Entrevistas são definidas por Gil (2008) como muito eficientes para a obtenção de dados em profundidade referente ao comportamento humano e como uma maneira de interação social. As entrevistas caracterizam-se ainda pela obtenção de um maior número de respostas se for comparado ao questionário. Com o roteiro de entrevistas foram buscadas informações quanto à identificação dos entrevistados, bem como a caracterização dos projetos analisados e em relação às políticas públicas territoriais como os entrevistados consideram seu papel para o território Cantuquiriguaçu.

Antes da aplicação das entrevistas, foi realizado um pré-teste com atores sociais do CONDETER no território da Cidadania Paraná- Centro com o intuito de identificar se existiam problemas com a ferramenta, tais como dificuldades na compreensão das questões, na duração do tempo da entrevista. Com o pré-teste foi possível a elaboração de ajustes no questionário de modo a deixá-lo pronto para aplicação aos sujeitos do Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu.

O ambiente deste estudo, geograficamente situa-se no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, composto por 20 municípios e reconhecido pelo MDA como um Território Rural de Identidade em (2003) e posteriormente reconhecido como um Território da Cidadania (2008). Em âmbito institucional este estudo destaca a atuação do CONDETEC, o qual se caracteriza como um órgão Gestor do Território da Cidadania da CANTUQUIRIGUAÇU. Este tem caráter propositivo, consultivo, normativo e deliberativo,

criado pela vontade das entidades governamentais e não governamentais. Esta pesquisa procura analisar a gestão de projetos cuja implementação foi efetuada com recursos aprovados pelo referido conselho, buscando ainda analisar a adequação dos projetos aos objetivos do PRONAT.

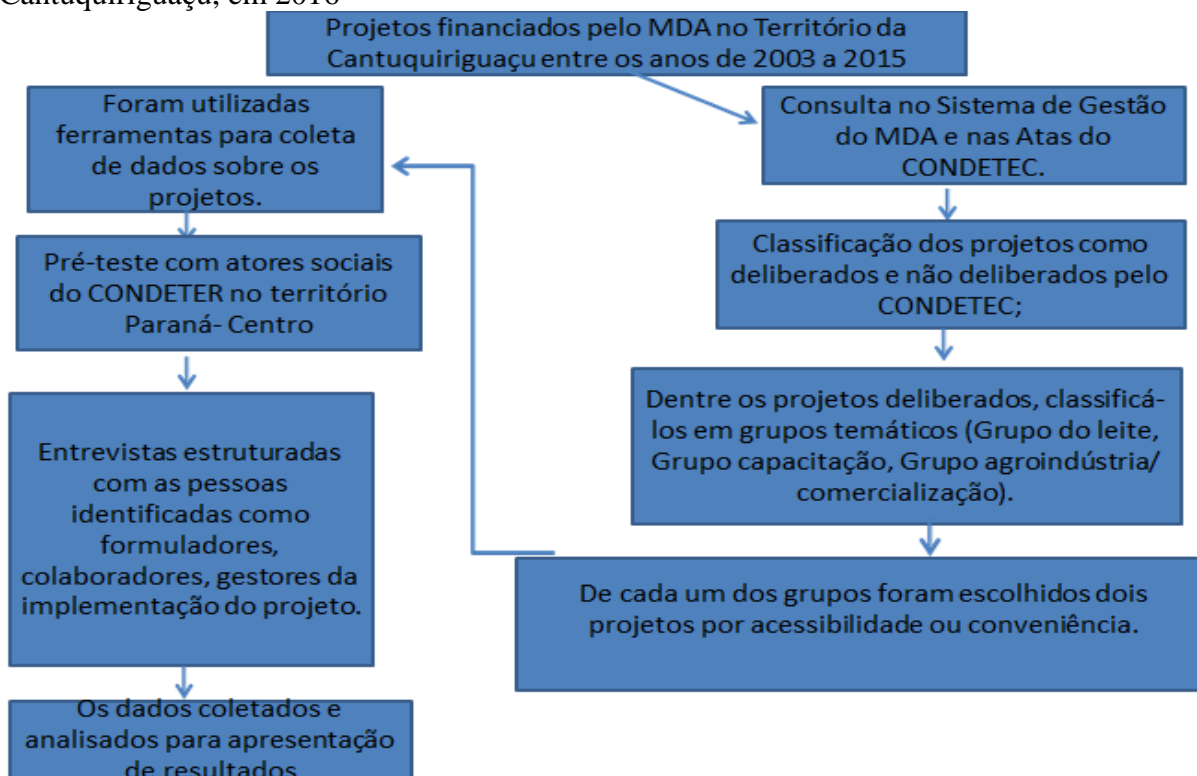
3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

O procedimento utilizado nesse estudo se caracteriza como predominantemente qualitativo. Oliveira (2007) considera que para uma pesquisa qualitativa seja realizada, os pesquisadores devem estar cientes de buscarem estudos que possam descrever de maneira aprofundada.

De acordo com Gerhardt e Silveira (2009) a pesquisa qualitativa se preocupa com o aprofundamento da compreensão de um grupo social ou de uma organização, etc. Através da pesquisa qualitativa se busca explicar o porquê das coisas, e como não podem ser quantificados os resultados, concentra-se na compreensão e explicação da ação das relações sociais.

A Figura 6 mostra os procedimentos realizados para análise dos dados desta pesquisa.

Figura 6- Procedimentos de análise dos dados no Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu, em 2016



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

Inicialmente foi realizada uma sistematização dos projetos que foram deliberados pelo CONDETEC, para após verificar quais se enquadram no Grupo do leite, Grupo capacitação, Grupo agroindustrialização/comercialização. De cada um dos grupos foram pesquisados dois projetos, estes selecionados pelo critério da acessibilidade. A partir desses projetos encontrados, foram identificados através das atas, das entrevistas com os atores locais, quem eram as pessoas formuladoras, colaboradoras, gestoras da implementação do projeto. Buscando realizar entrevistas com estes atores e obter as informações necessárias para as análises desejadas.

3.4 LIMITES DO MÉTODO

São considerados como limites desse método, a dificuldade em se pesquisar todos os projetos no período de 2003 a 2015. Outro limite foi em relação ao conteúdo das atas, pois em algumas reuniões que foram apresentados e aprovados os projetos faltavam muitas informações necessárias para a pesquisa.

As entrevistas foram consideradas como uma dificuldade, devido ao fato, de muitas vezes, não conseguir entrar em contato com os entrevistados, ou pelo fato destes desmarcarem, não possuírem uma data prevista para que esta se realizasse, bem como, pela distância do pesquisador ao entrevistado. Em alguns casos, por se tratar de meses próximos às eleições municipais e alguns entrevistados serem candidatos foi necessário aguardar passar por esse período eleitoral. Esta demora atrasou e dificultou o aprofundamento de algumas análises.

Outro limite do trabalho é de que ao utilizar as entrevistas precisa-se trabalhar com o que foi fornecido de informação por parte do(s) entrevistado(s). Assim, parte-se do princípio de que as informações fornecidas nas entrevistas são verossímeis e que as conclusões também o sejam.

4 ANÁLISE DE PROJETOS FINANCIADOS PELO PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS TERRITÓRIOS RURAIS (PRONAT)

Este estudo se propôs a responder o seguinte problema de pesquisa: Como foram gerenciados os projetos financiados pelo PRONAT no território Cantuquiriguaçu e referendados pelo CONDETEC no período de 2003 a 2015 e estes atendem aos objetivos do PRONAT? Para isso, utilizou-se o seguinte objetivo Geral: Analisar como foram gerenciados os projetos financiados pelo PRONAT no território Cantuquiriguaçu e referendados pelo CONDETEC no período de 2003 a 2015.

Para alcançar este objetivo, temos os seguintes objetivos específicos: i) abordar teoricamente o papel do Estado no desenvolvimento de regiões a partir da implementação de políticas públicas regionais e territoriais. Este objetivo já foi respondido no capítulo 2 deste trabalho ao realizar o debate teórico sobre a intervenção do estado através de políticas regionais e territoriais, utilizando a abordagem de diferentes autores.

No capítulo atual a proposição é responder o segundo e o terceiro objetivos específicos: ii) Identificar os projetos referendados pelo Conselho de Desenvolvimento do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu- PR (CONDETEC) no período de 2003 a 2015; iii) Analisar o gerenciamento e a adequação de projetos executados, e referendados pelo CONDETEC, em relação aos objetivos estabelecidos pelo PRONAT. Para responder tais objetivos, neste capítulo tem-se a sistematização das entrevistas realizadas com os atores locais e com os responsáveis pelos empreendimentos que foram beneficiados pelo PRONAT.

O CONDETEC tem como uma de suas funções o apoio e aprovação de projetos que estejam ligados ao desenvolvimento do Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu. A partir disso, foram apresentados e debatidos projetos dos municípios que compõem o Território, conforme já citados no item 2.3, alguns destes deliberados e encaminhados para a obtenção de recursos pelo Conselho, outros se acredita que foram implantados através de recursos oriundos de emendas parlamentares.

Conforme os procedimentos de coletas de dados citados no item 3.2, foram verificadas as informações dos projetos financiados pelo MDA no Território da Cantuquiriguaçu entre os anos de 2003 a 2015 no Sistema de Gestão Estratégica da SDT/MDA. Bem como em atas do CONDETEC, para distinguir os projetos deliberados pelo Conselho daqueles que chegaram aos municípios por meio da ação de parlamentares. Contatou-se que o Território em questão

recebeu recursos do PROINF¹⁰ por meio de 192 projetos, destes 61 foram discutidos e aprovados pelo CONDETEC. O detalhamento destes projetos se encontra no anexo 3, sendo que nesta pesquisa foram estudados seis projetos dentre os 61 discutidos e deliberados pelo CONDETEC.

No Quadro 4 constam informações sobre estes projetos que foram discutidos e aprovados pelo CONDETEC e cujo levantamento foi realizado em pesquisa elaborada pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial da Cantuquiriguaçu. Onde tenta-se avaliar a disponibilização de recursos para o território por meio dos editais ao longo do tempo e o montante contratado pelo ministério em projetos deliberados pelo CONDETEC. No quadro constam dados sobre projetos apresentados no período de 2003 a 2016 ao CONDETEC, número de projetos deliberados e valores executados.

Quadro 4 - Montante dos recursos destinados pelo MDA, número de projetos deliberados e valor executado no Território da Cantuquiriguaçu, no período de 2003 a 2016.

Ano/Edital	Valor Destinado em Edital	Nº de Projetos Deliberados	Valor deliberado e executado (recurso MDA e Contrapartida)
2003/2004	Sem valor definido	12	R\$ 822.255,64
2005	Informação indisponível	16	R\$ 995.700,84
2006	Informação indisponível	10	R\$ 1.588.902,40
2007	Sem valor definido	3	R\$ 555.402,76
2008	Sem valor definido	8	R\$ 1.056.286,05
2009	R\$ 1.200.000,00	7	R\$ 1.243.576,89
2010	R\$ 875.000,00	2	R\$ 561.315,65
2011	R\$ 350.000,00	1	R\$ 155.429,56
2012	R\$ 350.000,00	1	R\$ 408.200,00
2013	R\$ 425.000,00	0	R\$ 0,00
2014	R\$ 425.000,00	1	R\$ 275.204,00
2015	R\$ 450.000,00	0	R\$ 0,00
2015	R\$ 550.000,00		
2016	R\$ 120.000,00	1	121.440,00
2016	R\$ 120.000,00	0	R\$ 0,00

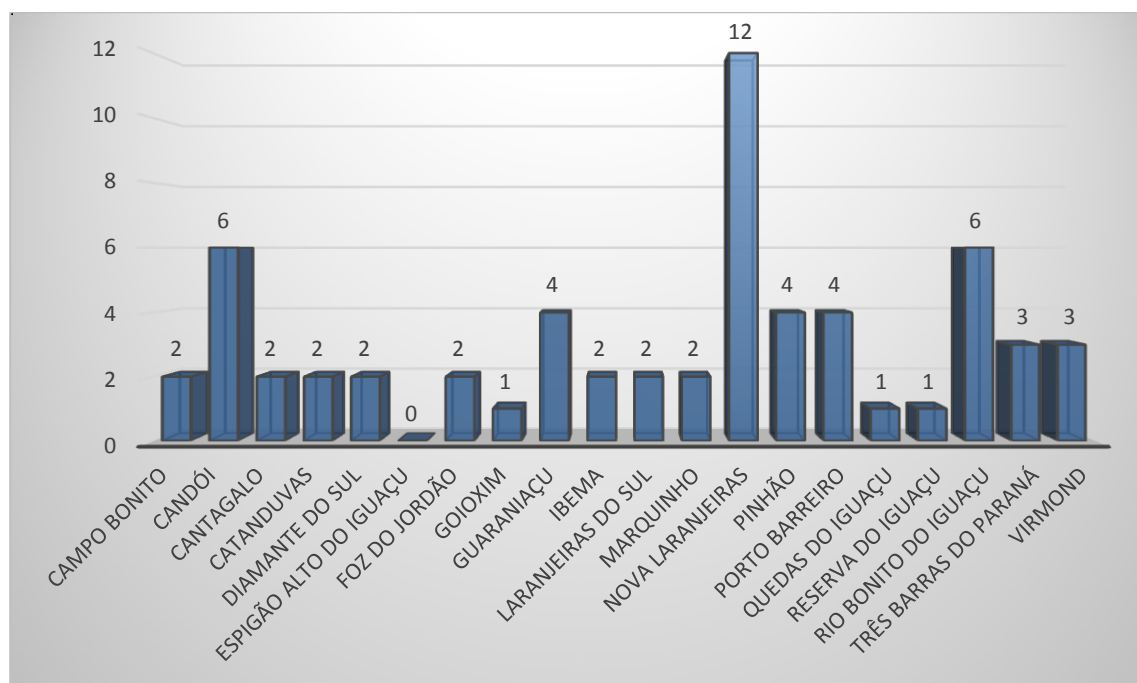
Fonte: Arquivos internos do NEDET, 2016

¹⁰ Este estudo foi realizado anteriormente pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial.

A partir do Quadro 4 percebe-se que os anos de 2003 a 2009 constituem o período no qual maior quantidade de projetos foram deliberados pelo CONDETEC na Cantuquiriguaçu. A partir do ano de 2010 observa-se uma diminuição no número de projetos deliberados, e em alguns anos nenhum foi deliberado, tais como em 2013 e 2015. Esta ausência de deliberação ocorreu devido a diminuição de recursos financeiros via edital.

No gráfico 6 é apresentado o número de projetos deliberados pelo CONDETEC no período de 2003 a 2015, estando a informação detalhada para cada um dos 20 municípios do Território.

Figura 7- Número de projetos deliberados pelo CONDETEC, entre 2003 e 2015, por município do Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu



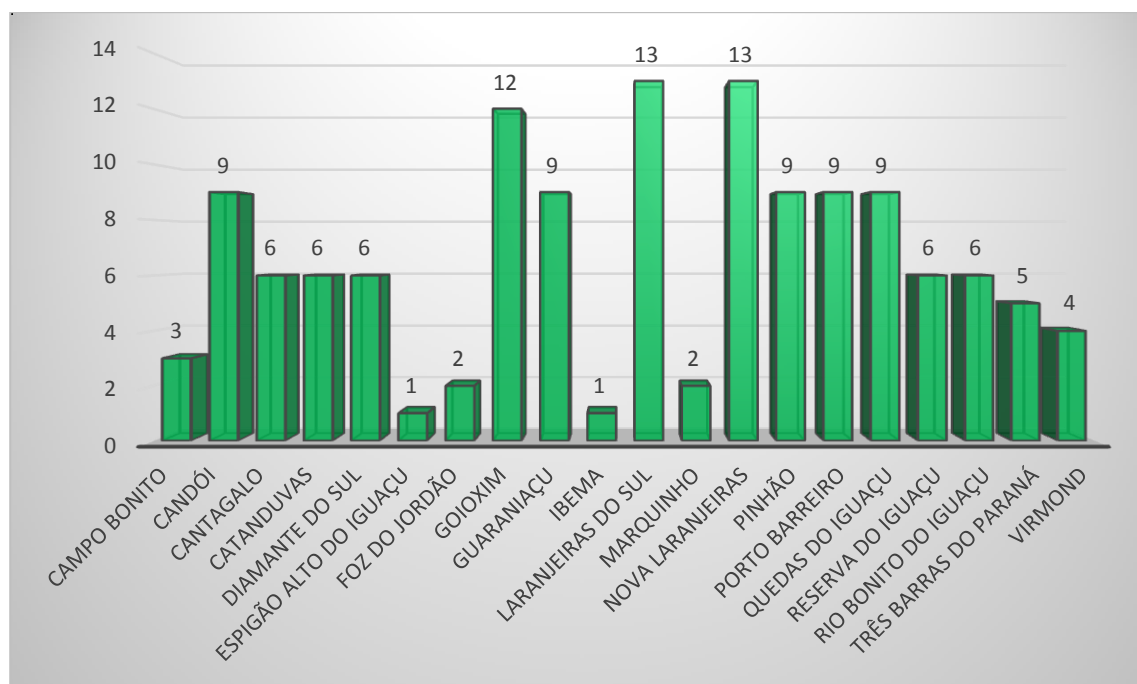
Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

Dos 61 projetos que foram deliberados pelo CONDETEC, o município que mais recebeu projetos deliberados pelo CONDETEC no território Cantuquiriguaçu foi Nova Laranjeiras com um total de 12 projetos (R\$ 1.769.348,88), e também captou o maior volume de recursos seguido Rio Bonito do Iguaçu (R\$ 983.516,50) e Candói (R\$ 885.567,40) com 06 projetos cada. Os municípios que tiveram menos projetos deliberados foram Espigão Alto do Iguaçu com nenhum projeto, Reserva do Iguaçu (R\$ 60.632,96), Quedas do Iguaçu (R\$ 39.596,64) e Goioxim (R\$ 44.000,00) com apenas 01 projeto.

Durante as entrevistas procurou-se conhecer os motivos para que os dois maiores municípios (em número de habitantes), Laranjeiras do Sul e Quedas do Iguaçu¹¹ apresentaram apenas 2 e 1 projeto, respectivamente. O entrevistado 13 relatou que no início das atividades do CONDETEC, a opção deste colegiado foi de que seria dado privilégio para projetos oriundos das prefeituras dos municípios de menor porte. Eram considerados de maior porte os municípios com mais de 10.000 habitantes e de menor porte, menos de 10.000 habitantes. Uma vez que a contrapartida dos projetos era um valor menor, correspondendo a 3% para pequenos municípios e 20% para municípios que tivessem maior número de habitantes. Esta contrapartida em geral era paga pelas entidades que apresentavam os projetos, pois as prefeituras nem sempre dispunham destes recursos.

Na Figura 8 estão apresentadas informações sobre o número de projetos implantados nos municípios do Território a partir de emendas parlamentares, não tendo estes projetos sido deliberados e aprovados no CONDETEC.

Figura 8- Número de projetos que os municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu receberam através de emendas parlamentares, entre 2003 e 2015



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

O gráfico da Figura 8 indica que 131 projetos implantados nos municípios do Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu, receberam os recursos via emendas parlamentares. As emendas parlamentares são uma forma pela qual os políticos podem utilizar

¹¹ Os dois municípios que possuem o maior número de habitantes no território da Cidadania Cantuquiriguaçu são: Laranjeiras do Sul que possui em 2016 uma população estimada de 32.228 habitantes e Quedas do Iguaçu 33.265 habitantes (IBGE, 2016).

os projetos e seus beneficiados como espaço de articulação política. Socialmente esta medida acaba por eliminar uma discussão que envolva a sociedade via CONDETEC.

Os municípios que mais receberam recursos financeiros para executar os projetos, via emendas parlamentares, foram: Nova Laranjeiras e Laranjeiras do Sul com 13 projetos cada, seguidos de Goioxim com 12 projetos. Os municípios que tiveram menos projetos através de emendas foram Espigão Alto do Iguaçu e Ibema com apenas 01 projeto cada.

Por meio deste dado pode-se afirmar que quando o objetivo do projeto está ligado aos interesses dos municípios, que é o caso da emenda parlamentar, o percentual da contrapartida não é um agravante, e isto pode ser evidenciado ao perceber o grande número de emendas encaminhadas aos municípios de Laranjeiras do Sul, Pinhão e Quedas do Iguaçu. Outro destaque que pode ser dado é o fato de os municípios pequenos serem menos eficientes, no geral, no quesito proposição de projetos ao orçamento da união, pois, excluindo Nova Laranjeiras, boa parte dos pequenos municípios contrataram ao longo do período analisado um projeto (Espigão Alto do Iguaçu e Ibema) dois projetos (Foz do Jordão e Marquinho) e três projetos (Campo Bonito). Esta situação pode ser explicada pelo fato dos gestores destes municípios não possuírem uma boa articulação parlamentar, ou por possuírem carências de um departamento de elaboração de projetos.

No estudo aqui realizado interessa conhecer melhor projetos que tenham sido deliberados e aprovados no âmbito do CONDETEC, pois entende-se como fundamental a participação e o controle social para que os projetos implementados tenham maiores chances de sucesso. A partir dos 61 projetos deliberados pelo CONDETEC foi realizada uma divisão entre os grupos, para verificar qual o número de projetos que se encaixam nos grupos Grupo do leite, Grupo capacitação, Grupo agroindustrialização/comercialização.

Quadro 5- Projetos deliberados pelo CONDETEC no Período de 2003 a 2015 divididos em grupos temáticos, no território da Cidadania Cantuquiriguaçu.

Grupos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total (grupo)
Leite	5		2	5					1					13
Capacitação	1					3	5	2						11
Agroindústria/Comercialização			1	2	1		1			1		1		7
Ater	6		6	1										13
Outros				1	1	1	1							4
Misto			7	1	1	4								13
Total (ano)	12		16	10	3	8	7	2	1	1		1	0	61

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Conforme os dados do Quadro 5 o número total de projetos deliberados pelo CONDETEC foi de 61 projetos, destes 13 projetos estão vinculados ao grupo do leite, 11 para o grupo capacitação e 7 ao grupo Agroindústria/Comercialização.

Não foram pesquisados o grupo ATER pelo fato deste grupo ser composto por projetos que financiaram a estruturação de entidades prestadoras de serviço de ATER, sendo elas, cooperativas, prefeituras e ONGS. Basicamente foi financiada a aquisição de carros, computadores GPS entre outros, dificultando a estimativa do real efeito destes projetos. O grupo misto não foi pesquisado porque englobava uma mistura de grupos, dificultando também o real efeito de cada item que compôs o projeto.

Devido ao fato dos atores locais participarem da aprovação dos projetos, a apresentação das entrevistas inicia-se com estes, para verificar suas opiniões e após estas especificar os projetos estudados. Estas entrevistas com os atores locais estão sistematizadas a seguir.

4.1 O PRONAT NA VISÃO DOS ATORES LOCAIS DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU

Foram entrevistados sete atores locais do território da Cidadania Cantuquiriguaçu utilizando o Anexo 2. O objetivo destas perguntas foi verificar a opinião dos entrevistados em relação aos projetos financiados pelo PRONAT e sobre as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial no Território em questão.

Como o CONDETEC é a entidade responsável pela gestão da política de Desenvolvimento Territorial no Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu, foram entrevistadas pessoas consideradas como atores locais. Estas participam ou participaram por aproximadamente 05 anos (cada uma) na discussão do desenvolvimento do território, dentre as ações, da apresentação e aprovação de projetos. Estes atores locais foram identificados através das atas do CONDETEC, nas quais foram evidenciadas as discussões e a presença dos participantes.

No quadro 6 constam informações sobre os atores locais, atuantes no CONDETEC e que foram entrevistados nesta pesquisa. No quadro constam formação/escolaridade, a função que desempenha ou desempenhava no CONDETEC, período de tempo de vinculação com o Território da Cantuquiriguaçu/ ou com as políticas públicas de desenvolvimento territorial.

Quadro 6 - Identificação dos atores locais entrevistados no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, em 2016.

Município de residência atual	Formação/escolaridade	Função que desempenha/desempenhava no CONDETEC	Tempo de vinculação com o Território/ ou às políticas públicas de desenvolvimento territorial
Brasília	Ensino Superior	Representante do CEAGRO e MST	5 anos
Laranjeiras do Sul	Mestrado	Representante da UFFS	19 anos
Laranjeiras do Sul	Mestrando	Representante da UNICAFES	12 anos
Laranjeiras do Sul	Ensino Superior	Representante da Prefeitura	13 anos
Laranjeiras do Sul	Ensino médio incompleto	Articulador territorial	9 anos
Laranjeiras do Sul	Mestrado	Representante da UFFS	4 anos

Fonte: Elaboração dos autores, 2016.

A partir do quadro 6 se percebe que a maioria dos entrevistados é residente do município de Laranjeiras do Sul, município este em que fica situado o CONDETEC. Esta característica facilitou a localização para a participação destes atores locais na presente pesquisa. Apenas um dos entrevistados atualmente reside em Brasília/DF. No caso dos residentes em Laranjeiras do Sul as entrevistas foram feitas pessoalmente e no caso do residente em Brasília este respondeu as questões via e-mail.

Outra informação importante que nos remete este quadro é a escolaridade dos entrevistados, sendo que somente um destes, não possui ensino superior. Os atores locais foram escolhidos por possuir grande período de tempo como membros do Conselho, como representantes das câmaras setoriais do CONDETEC, membros do núcleo dirigente ou com o papel de articulador territorial, por isto a escolha destes atores locais. Contudo, evidenciou-se através das atas uma grande rotatividade de pessoas que participam do CONDETEC. Esta rotatividade pode ser devido a diminuição de recursos financeiros, ou por se tratar dos participantes serem ligados às entidades governamental/não governamental, em que muitas vezes não recebem a liberação para poder participar ativamente do CONDETEC. Isto é evidente nos cargos de confiança de prefeituras municipais, pois com a mudança dos prefeitos, as pessoas que trabalham de maneira não concursada, também acabam sendo alteradas.

Percebe-se através das atas que a participação no CONDETEC de municípios mais distantes da sede em Laranjeiras do Sul é menor comparando aos municípios que estão no entorno de Laranjeiras do Sul, os quais participam mais rotineiramente do CONDETEC.

4.1.1 Manifestações dos entrevistados

Ao entrevistar os atores locais sobre os Territórios Rurais/Territórios da Cidadania, foi perguntado se os territórios rurais têm sido alvo de benefícios satisfatórios através de políticas públicas pelo atual Governo Dilma. Dentre as respostas foi afirmado que “O Governo Federal (Dilma) adotou muitos cortes nas políticas públicas e diminuiu o aporte de recursos voltados aos Territórios Rurais; além disso, durante o governo interino (Temer) foi extinto o Ministério do Desenvolvimento Agrário” (ENTREVISTADO 02). O entrevistado 04 acredita que houve benefícios satisfatórios, “mas diminuíram as políticas em relação ao governo Lula, foram criadas poucas condições” (ENTREVISTADO 04). Já o entrevistado 05 considera que não foi satisfatório “Existiu um esforço, mas não foi satisfatório”.

O entrevistado 06 considera que não se teve benefícios satisfatórios no governo Dilma “Desde a constituição dos Territórios até 2011 se teve um avanço significativo, a partir de 2016 com o governo Dilma teve um esfriamento, enfraquecimento, pessoas se desmotivando, propostas com longo prazo, mas avançou pouco, foram diminuídos os recursos e os atores locais diminuíram sua participação”. O entrevistado 08 acredita que os Territórios Rurais/Territórios da Cidadania não tenham tido benefícios satisfatórios através de políticas públicas pelo Governo Dilma, pois para ele não evoluiu na expectativa que se esperavam, não colocaram técnicos que pudessem colaborar nos projetos, “mandam apenas um papel com investimentos e o território tem que se adequar a este papel”. Considera que para identificar melhorias econômicas e sociais no território deve haver ações continuadas.

O entrevistado 09 também considera que no governo Dilma não se identificou melhorias nos territórios, que as políticas foram bastante pontuais, pois se teve uma precarização, quando vinha dinheiro para a obra, não vinha pra operacionalização. Acredita que algum ente federal, estadual, ou outro tenha que assumir, o território tinha que ser o quarto poder, mas faltaram recursos para que estes comandassem, pois o território funcionou com apenas projetos temporários (que duram apenas certo tempo), devendo haver projetos permanentes (contínuos).

Os territórios rurais começaram efetivamente a ter benefícios com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010), em que foram criados os programas de grande

importância para os territórios, o PRONAT (no ano de 2003) e o PTC (no ano de 2008). Neste período do governo Lula foi dada importância aos colegiados territoriais para fomentar ações voltadas ao desenvolvimento. Já no governo Dilma Vana Rousseff (2011 a agosto de 2016) acabaram sendo enfraquecidos os territórios rurais. As entrevistas efetuadas nos permitem apontar para o fato de que além da diminuição de recursos financeiros para os territórios o seu poder parece ter diminuído.

São diretrizes propostas pelo MDA [...] priorizar a redução das desigualdades econômicas e sociais, atuando preferencialmente em espaços de elevada concentração de agricultores familiares (MDA, 2005, p. 13). Para os entrevistados 02, 04, 05, 06, 08 isso ocorre na prática no Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu, pois acreditam que houve uma redução das desigualdades tanto sociais e econômicas para os agricultores familiares. Já para o entrevistado 09 “Em certo modo sim, mas não pelas políticas do governo e mais pela resistência e luta pela terra”.

Esta proposta de redução das desigualdades econômicas e sociais foi uma tentativa que ocorreu no território da Cidadania Cantuquiriguaçu. Isto é possível observar a partir dos projetos PROINF que foram realizados, estes em sua maior parte priorizam agricultores familiares. Contudo, não se pode afirmar que realmente ocorreu esta redução no Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu, pois alguns destes PROINF não tiveram seus objetivos alcançados.

Quando os atores locais foram indagados sobre se o PRONAT tem provocado um fortalecimento e uma dinamização da economia nos Territórios Rurais, os entrevistados 02, 05 e 06 responderam de maneira positiva “Sim, embora os recursos financeiros investidos sejam insignificantes diante da necessidade dos territórios rurais, têm provocado a dinamização da economia junto às comunidades de agricultores familiares” (ENTREVISTADO 02). O entrevistado 05 considera como um esforço, mas paliativo. Já os Entrevistados 04 e 08 tem uma resposta negativa “o PRONAT muito pouco, de fato foi o Pronaf e o Programa de Aquisição de alimentos que geraram mais efeitos, o PRONAT teve assistência técnica precária sem duração, sem continuidade” (ENTREVISTADO 04). O entrevistado 08 considera que não, mas elenca outro motivo “Não, tem dinheiro, mas não é bem utilizado” (ENTREVISTADO 08). Para o entrevistado 09 “Foi muito pequeno, teve um caráter pedagógico, mas não deu conta, não conseguiu, foi algo inicial, não teve implementação, em alguns casos, por exemplo, na educação com as casas familiares deu certo”.

Estes entrevistados consideram o PRONAT como algo inicial para fortalecer a economia dos Territórios Rurais, uns acreditam que seja a falta de recursos financeiros que minimiza seus efeitos, outros acreditam que a aplicação destes recursos financeiros que não é adequada para a sua melhor atuação. Nas entrevistas a maioria dos atores locais citou exemplos de projetos que não deram certo, os quais nem chegaram a ser inaugurados¹² e elogiaram as casas familiares rurais como iniciativas que tiveram resultados positivos.

O PRONAT provocou um fortalecimento e uma dinamização da economia nos Territórios Rurais, pois ao apoiar os conselhos do território como fonte de aprovação de projetos, como meio de discussão, se fomentou ou pretendeu fomentar, o debate entre várias entidades e municípios. Fato este que não ocorreria antes deste conselho, o qual começou a possuir mais autonomia frente às questões do território e pensar no beneficiamento de pessoas marginalizadas neste território.

Em relação à opinião sobre os projetos financiados pelo PRONAT, quais seriam os seus benefícios, “Os principais benefícios dos projetos financiados pelo PRONAT estão relacionados à formação profissional e ao fortalecimento das cadeias produtivas no território” (ENTREVISTADO 02). Para o entrevistado 04 os projetos “tiveram benefícios pequenos, o volume de recursos deles foi pequeno”. Já para o entrevistado 06 “deveria haver mais fiscalização na execução e a elaboração do recurso teria que ser pra um ente do território (agência, associação) para que esta fosse administrar e gerir esse recurso territorial e não uma prefeitura”. Este entrevistado acredita que com as prefeituras ocorre o problema da descontinuidade por parte da gestão seguinte.

Para o entrevistado 05 houve benefícios na questão de “discutir a estruturação, tentativas de organizar e levantar quais seriam os limites na continuidade destes projetos”. Já para o entrevistado 08 os benefícios dos projetos foram em relação à discussão dos projetos pela sociedade, contudo no que foi proposto pelas entidades, não se teve o êxito esperado, pois onde não houve união das entidades, acabou enfraquecendo o projeto. Para o entrevistado 09 os maiores benefícios foram observados nos projetos com foco na educação como as casas familiares e o CEAGRO.

Os atores locais apontaram que os benefícios propiciados pelos projetos financiados pelo PRONAT foram os debates entre diferentes entidades, as quais possuem diferentes

¹² Os mais citados foram a implantação de mini usina de óleo vegetal no município de Porto Barreiro e a construção da central de comercialização conhecida como “Igrejão” no município de Nova Laranjeiras. Para estes projetos vieram os recursos para as obras, equipamentos, estas obras foram construídas, mas não entraram em atividades.

visões, bem como, para fomentar a busca de diferentes melhorias através de recursos financeiros.

Em relação as dificuldade destes projetos, o entrevistado 04 considera que os aqueles voltados para a agricultura familiar possuem como dificuldades que “não vem acompanhados de análise de diagnóstico, são muito pontuais, aos comparar com o agronegócio o valor é insignificativo, uma ótica de assistência social não considerando que o pequeno possa se desenvolver”. Nesta mesma ótica o entrevistado 05 considera que na elaboração do projeto “a dificuldade era a equipe técnica para ver as possibilidades e gargalos, para ver as disputas de mercado”. Outra dificuldade que o entrevistado sente é na hora da gestão dos projetos, não havendo pessoas especializadas para isto. Para o entrevistado 06 “a elaboração do projeto precisa de um corpo técnico financiado pelo governo, tem que ter viabilidade técnica e econômica, corpo técnico profissional mínimo financiado pelo governo” (ENTREVISTADO 06). Na questão de elaboração e acompanhamento dos projetos, deve haver uma interface com os atores locais e buscar deixar de lado a rivalidade política.

Para o entrevistado 08 as dificuldades dos projetos já iniciam na sua elaboração “Já começam na elaboração, quem elabora os projetos não tem formação e capacidade efetiva, e ainda hoje isso acontece”. Considera que a UFFS tem um papel importante dentro desse processo, pois ao formar alunos capacitados para a gestão, isso tende a melhorar. O entrevistado 09 “Considera que o mais fácil era aprovação do projeto, o mais difícil é a operacionalização para o acompanhamento. As prefeituras traziam alguém pra acompanhar, mas não era sempre” (ENTREVISTADO 09). Quando o entrevistado se refere ao acompanhamento de prefeituras se refere aos técnicos agrícolas para acompanhar os produtores.

Ainda em relação às dificuldades destes projetos, pelo o que foi evidenciado nas atas e nas entrevistas, estas iniciam com a participação das prefeituras, que buscam benefícios apenas para o seu município e não pensam no território como um todo, bem como realizam os projetos sem ter sido feito antes um diagnóstico, um estudo de viabilidade, pois não possuem pessoas capacitadas para elaborar o projeto. Após a implantação necessita-se do local que normalmente é cedido pela prefeitura, mas dependendo do local nem sempre este é o melhor ponto para a instalação do empreendimento. Quando começam a funcionar os projetos, encontram dificuldades nas pessoas para trabalhar, bem como, se não conseguirem um apoio da gestão municipal acabam não conseguindo se manter no mercado. Os prefeitos também têm uma visão de que se foi feito no mandato anterior de gestão (principalmente quando a

gestão era de partido distinto), a atual gestão não precisa dar continuidade, ou seja, predomina ainda uma visão restrita que pensa apenas na rivalidade política.

Quando os atores locais foram questionados sobre o PRONAT, entrevistado 02 coloca como “críticas: baixo investimento do governo federal. Sugestões: necessidade de maior avaliação e monitoramento dos projetos implantados, e apoio à gestão dos mesmos para evitar que projetos sejam abandonados por desvio da finalidade ou por inviabilidade econômica”. O entrevistado 04 relata que o PRONAT deveria ser reformulado e deveria vir com um volume maior de recursos financeiros. O PRONAT deveria vir acompanhado de uma estrutura institucional com um começo, meio e fim e não por um tempo indeterminado. O entrevistado 05 considera o PRONAT como um instrumento pedagógico, em que poderiam ser potencializados outros programas a ajudar o PRONAT. Considera um problema a questão das trocas de gestão dos políticos nas prefeituras em relação ao programa, pois ao mudar a gestão ocorre um desatrelamento à administração pública. Nas falas dos entrevistados 04 e 05 está explícito o problema da descontinuidade deste programa, o que só pode ser melhorado se for uma política de Estado e não de governo. Até o momento estas políticas infelizmente se caracterizam como de Governo e não de Estado, visto que ficou evidente que no Governo Lula o volume de recursos financeiros foi muito maior do que nos governos seguintes.

O entrevistado 06 evidencia que o PRONAT é “Positivo, muito bom, devido alguns problemas no formato dele e efetivação de recursos, ele deveria ser reformulado, com certeza é muito positivo, cria-se fórum de discussões, identifica-se problemas comuns, une-se forças pra defender seu território” (ENTREVISTADO 06). Ao verificar como foi a atuação do programa no território percebe-se que o PRONAT teve a maioria das dificuldades justamente por não seguir o seu formato. Conforme as suas ações orçamentárias (quadro 01) ele visa desenvolver e consolidar as competências locais e com os projetos PROINF tem como finalidade o apoio financeiro para que o município implante projetos que visem o desenvolvimento local sustentável. O maior problema deste programa é a descontinuidade das suas ações.

A opinião do entrevistado 08 é que quando o PRONAT veio “achei que ia ser algo diferente, que ia nascer daqui pra lá, nos primeiros anos não aconteceu, e com os territórios da cidadania também decepcionou”. Em relação aos projetos o entrevistado relata “que os projetos eram cada um por si, não agregava vários municípios, havendo brigas internas, assim saiam fragilizados, acredito que as casas familiares rurais foram as que mais deram certo” (ENTREVISTADO 08). Para este entrevistado foram usados os recursos financeiros pra

outras finalidades, bem como este relata a disputa de interesses, cada um defendia o seu projeto sem pensar se naquele município seria o melhor lugar para sua implantação. Com a fala deste entrevistado verifica-se que um ponto crítico é a dificuldade de fazer todos pensarem coletivamente. Em que o individualismo permaneceu predominando, apesar dos esforços políticos do Programa.

Para o entrevistado 09 “teve importância de o governo investir, deve-se tornar uma política permanente, com um recurso mais significativo”. O volume de recursos deve ser maior para os territórios que possuem uma vulnerabilidade econômica elevada comparada aos outros. Ainda acrescenta que o programa deveria vir condicionado com profissionais que pudessem fazer um diagnóstico da realidade do território, usando o apoio de Universidades e vinculado aos movimentos sociais. As propostas de projetos devem melhorar a realidade, sem que sejam genéricas e não levam em conta a realidade local.

O PRONAT através de suas ações orçamentárias citadas no quadro 1 foi uma proposta que tinha todas as chances de dar certo no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu e promover a dinamização deste. Contudo há problemas não esperados e não previstos, um destes é a contradição. O PRONAT valoriza a gestão social, mas os PROINFs que não são aprovados, na maioria das vezes, também foram demandados através de emendas parlamentares, impossibilitando a autonomia do conselho de desenvolvimento. Outra questão que foi destacada pelos atores locais é o volume reduzido de recursos financeiros. Entretanto cabe questionar se estes são realmente os empecilhos principais? Ou se encontra na má distribuição, na gestão, na falta de apoio das prefeituras? Pois alguns projetos foram aprovados, receberam recursos, mas sequer começaram a funcionar ou funcionam de maneira precária.

Quando lhes perguntado qual a importância das políticas públicas de desenvolvimento territorial (para o município ou para o Território), o entrevistado 02 mencionou que “Apoio à infraestrutura de comunidades rurais que foram abandonadas por políticas públicas históricas, as quais sempre apoiaram grandes empreendimentos e latifundiários e inviabilizavam o desenvolvimento econômico da maioria rural (agricultura familiar)”. O entrevistado 04 considera que são importantes a setores sociais empobrecidos para melhorar a questão da evasão da juventude, mantendo as pessoas mais velhas no campo e concentração de terra, mas isso somente será resolvido com políticas públicas permanentes. O entrevistado 06 acredita que “Sim, são importantes. Neste governo ajudaram a desenvolver e fortalecer a agricultura familiar como um todo. Tem programas sociais (cita o Plano Brasil sem Miséria) que são

excelentes, que tem que ser aprimorados para avançar ainda mais, para distribuição de renda e se tornarem produtivas”.

Para o entrevistado 05 são importantes as políticas de desenvolvimento territorial, pois o objetivo era se somar as outras políticas, mas o território poderia entrar com recursos para potencializar. Há muita rotatividade de pessoas no CONDETEC. Em relação a participação do território houve brigas entre prefeituras por questão de individualismo, havendo um grande desinteresse, é uma questão estrutural.

Já para o entrevistado 08 “Acredito que essas regiões têm que ter uma política consistente, [...] porque é comum ver o desvio de recursos e uma capacitação dos atores, pra serem os multiplicadores, independente da questão ideológico e partidária”. O entrevistado 09 considera extremamente importante e não pode vir de forma precária e sim que venha pra que aquela política se emancipe. Que dê conta de que o camponês possa investir e fazer o giro de capital, melhorando a qualidade de vida, produção, estocagem comercialização, todo o ciclo. Agregando renda no que produz. Ou seja, o entrevistado considera a falta de continuidade dos programas e de apoio aos locais que já foram realizadas ações como o principal empecilho para ter mudanças positivas.

As políticas de desenvolvimento territorial são de extrema importância para se chegar ao desenvolvimento e superar a pobreza e a desigualdade que existem no território. Contudo se esta continuar sendo de governo, as ações serão muitas vezes, apenas uma tentativa de tal superação, pois sem continuidade, sem ser uma política de estado, se estará sem garantia nenhuma das ações do dia de amanhã. Ainda não se conseguiu fazer com que as lideranças e instituições dos 20 municípios pensem coletivamente e não individualmente.

Os atores locais apontam uma dificuldade na elaboração dos projetos, para ver se este realmente é viável ou não, que falta apoio técnico e financeiro para depois de implementado o projeto. Para conhecer melhor como alguns projetos que foram implementados foram pesquisados com mais detalhamento três grupos de projetos deliberados pelo CONDETEC e implementados na região. Na próxima seção estão explanadas as entrevistas realizadas com os responsáveis pelos empreendimentos do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu.

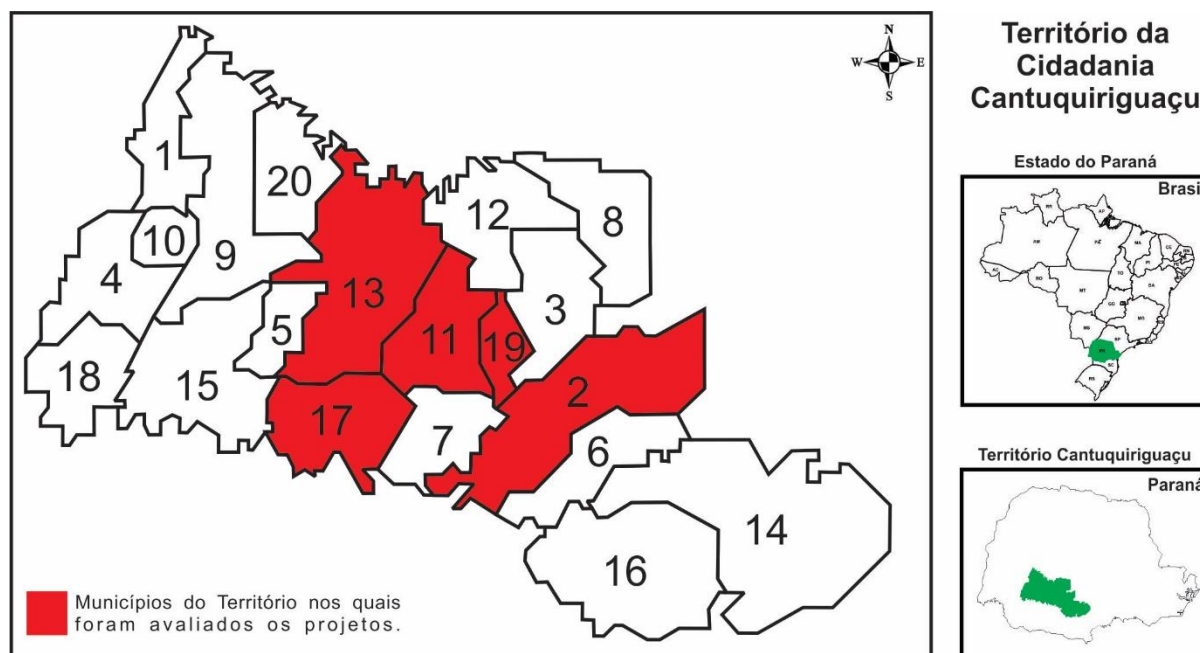
4.2 PRONAT NA VISÃO DOS RESPONSÁVEIS PELOS EMPREENDIMENTOS COLETIVOS DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU

Neste tópico se encontram os resultados obtidos através das entrevistas efetuadas com gestores de empreendimentos, divididos em grupos já elencados anteriormente na metodologia: Grupo do leite, Grupo capacitação, Grupo agroindústria/comercialização. Em

cada grupo, foram entrevistados gestores de dois projetos financiados pelo PROINF, nestes buscou-se entrevistar uma pessoa que estivesse vinculada ao empreendimento. Foram realizadas seis entrevistas com os responsáveis pelos empreendimentos do território da Cidadania Cantuquiriguaçu utilizando as questões do anexo 1. O objetivo destas perguntas foi verificar com os entrevistados como foi a implementação, e como está o gerenciamento e a adequação destes projetos que foram deliberados no âmbito do CONDETEC e executados através de recursos do PRONAT.

Na Figura 9 consta a localização dos municípios do Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu em que foram pesquisados os projetos, estes sendo: Candói, Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras, Rio Bonito do Iguaçu, Virmond.

Figura 9- Localização dos municípios do território Cantuquiriguaçu em que foram pesquisados os projetos, em 2016.



(1) Campo Bonito; (2) Candói; (3) Cantagalo; (4) Catanduvas; (5) Espigão Alto do Iguaçu; (6) Foz do Jordão; (7) Porto Barreiro; (8) Goioxim; (9) Guaraniçu; (10) Ibema; (11) Laranjeiras do Sul; (12) Marquinho; (13) Nova Laranjeiras; (14) Pinhão; (15) Quedas do Iguaçu; (16) Reserva do Iguaçu; (17) Rio Bonito do Iguaçu; (18) Três Barras do Paraná; (19) Virmond e (20) Diamante do Sul

Fonte: Elaboração dos autores, 2016.

Nestes municípios foram entrevistadas duas pessoas responsáveis pelos empreendimentos distribuídos em cada grupo. No Grupo do leite foi entrevistada uma pessoa do município de Laranjeiras do Sul e outra de Virmond. No Grupo capacitação foi entrevistada uma pessoa de Rio Bonito do Iguaçu e outra de Nova Laranjeiras. No Grupo agroindustrialização/ comercialização foi entrevistada uma pessoa de Candói e outra de Nova

Laranjeiras. Estes projetos foram escolhidos por se enquadrarem nos grupos já elencados e pelo critério de acessibilidade para realizar as entrevistas.

A seguir se encontra o quadro 7, neste é apresentada uma caracterização dos entrevistados que são responsáveis pelos empreendimentos coletivos do Território da cidadania Cantuquiriguaçu, conforme seu número de entrevista, município, sua formação/escolaridade. Conforme a função que desempenha ou desempenhava no CONDETEC e o período de tempo de vinculação com o Território/ ou com às políticas públicas de desenvolvimento territorial.

Quadro 7 - Características dos entrevistados que são responsáveis pelos empreendimentos coletivos do território da cidadania Cantuquiriguaçu, em 2016.

Município	Escolaridade	Participa ou participou das discussões do CONDETEC? Se sim, há quanto tempo?	Já colaborou com alguma ação do território Cantuquiriguaçu?
Virmond	Fundamental incompleto	Não	Não
Rio Bonito do Iguaçu	Pós-graduação	Sim. Participa há 13 anos.	Sim
Candói	Pós-graduação	Sim. Participa há 01 ano.	Sim
Laranjeiras do Sul	Fundamental	Sim. Participa há 04 anos.	Sim
Nova Laranjeiras	Graduação	Sim. Participa há 01 ano.	Não
Nova Laranjeiras	Graduação	Sim. Participa há 13 anos.	Sim

Fonte: Elaboração dos autores, 2016.

Dentre os responsáveis pelos empreendimentos coletivos do território da cidadania Cantuquiriguaçu, se percebe que os entrevistados na sua maioria possuem graduação (apenas dois entrevistados estudaram até o ensino fundamental). Outra informação que o quadro 7 nos remete, é que os entrevistados possuem uma participação pouco ativa no CONDETEC, apenas dois entrevistados participam por um período maior de tempo e os outros quatro entrevistados ou começaram há pouco tempo ou já participaram e não quiseram continuar (caso do entrevistado 10) ou ainda não participaram de nenhuma reunião.

A seguir estão apresentadas as entrevistas realizadas com os responsáveis pelos empreendimentos que foram financiados pelo PRONAT, conforme o grupo no qual o projeto se enquadra.

4.2.1 Grupo do leite

Neste grupo, foi entrevistado um representante do empreendimento que recebeu o projeto de Construção de barracão de 115m² e aquisição de diversos equipamentos para recepção/processamento do leite, 03 cursos de capacitação, implantação de 05 unidades demonstrativas e outro representante de um empreendimento que recebeu recursos para a aquisição de 01 tanque isotérmico rodoviário para coleta de leite com capacidade mínima de seis mil litros, sendo os dois projetos vinculados ao leite. Estes passam a ser caracterizados na sequência.

Quadro 8- Identificação do projeto Cooperativa Dos Produtores de Leite de Virmond (COLERVI), em 2016.

Nome	Município sede	Ano de implantação	Volume de recursos
Construção de barracão de 115m ² e aquisição de diversos equipamentos para recepção/processamento do leite, 03 cursos de capacitação, implantação de 05 unidades demonstrativas	Virmond	2003	R\$ 257.714,70

Fonte: Elaboração dos autores, 2016.

Em Virmond, no ano de 2003 através do convênio entre a Prefeitura e Emater, via PRONAT, foi elaborado o projeto intitulado “Construção de barracão de 115m² e aquisição de diversos equipamentos para recepção/processamento do leite, 03 cursos de capacitação, implantação de 05 unidades demonstrativas”, com um valor de R\$ 257.714,70 para beneficiamento do leite. A ideia do projeto surgiu da prefeitura municipal de Virmond e “atualmente o empreendimento beneficia 65 famílias diretamente, mas indiretamente contempla treze municípios localizados no Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu” (ENTREVISTADO, 01).

O projeto tinha como objetivos manter o produtor no campo e a busca pela agregação de valor ao produto, segundo o entrevistado 01, estes foram alcançados, sendo que se manteve o produtor no campo e agregou valor ao produto.

Em relação às dificuldades no projeto, estas foram encontradas na hora de propor e desenvolver o projeto, bem como sobre a inspeção dos produtos, pois o entrevistado 01 considera a inspeção de origem animal rigorosa. Contudo conseguiram a inspeção estadual do

Paraná e comercializam o leite “barriga mole¹³” em municípios. As conquistas alcançadas a partir da implementação desse projeto consistiram na ampliação da estrutura, melhoria do emprego e renda dos beneficiados, o que ajuda a manter o produtor no campo.

Atualmente consideram que o maior desafio do empreendimento é manter o produtor como cooperado e tem o desafio do novo laticínio, o qual veio um recurso a fundo perdido para a COLERVI e foi criada uma nova estrutura física e para este falta a inspeção estadual.

Em relação às políticas públicas de desenvolvimento territorial, o entrevistado 01 considera que o PRONAT ajuda na superação da pobreza, contudo o entrevistado não sabe como é realizada a fiscalização da distribuição de recursos. Em sua opinião são ótimos os projetos financiados pelo PRONAT, pela questão de financiar empreendimentos.

O entrevistado não participou de nenhuma discussão do CONDETEC, então sentiu dificuldades em comentar como foi o trâmite do projeto com o conselho. Contudo, percebe-se que a COLERVI tem um grande potencial para crescer, já que possui uma nova estrutura física. Basta superar as dificuldades burocráticas para poder vender novos produtos como iogurte e queijos e assim agregar mais valor ao seu produto (leite). Outra dificuldade que se percebe é que por ser uma cooperativa, os seus cooperados não possuem um entendimento de quais são os princípios cooperativos e alguns acabam se desmembrando quando aparece um comprador de leite com um preço mais elevado.

No quadro 9 constam informações sobre o segundo projeto pesquisado, o qual foi beneficiado pelo PRONAT e se enquadra no grupo leite.

Quadro 9- Identificação do projeto que Cooperativa de Produtores de Leite de Laranjeiras do Sul (COLEUS), em 2016.

Nome	Município sede	Ano de implantação	Volume de recursos
Aquisição de 01 tanque isotérmico rodoviário para coleta de leite com capacidade mínima de seis mil litros	Laranjeiras do Sul	2005	R\$ 35.575,98

Fonte: Elaboração dos autores, 2016.

Em Laranjeiras do Sul, através do apoio da Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul e dos Movimentos Sociais, no ano de 2005 o PRONAT financiou a elaboração de um projeto intitulado “Aquisição de 01 tanque isotérmico rodoviário para coleta de leite com capacidade

¹³ O leite barriga mole trata-se do leite tipo C que é vendido em sacos plásticos e cujo prazo de validade é mais curto.

mínima de seis mil litros”, com um valor de R\$ 35.575,98. Atualmente integram a cooperativa 60 famílias de Laranjeiras do Sul.

Os objetivos que o projeto tinha eram: baratear os custos e facilitar a captação do leite. Estes objetivos segundo o entrevistado 10, foram alcançados, sendo que barateou os custos, facilitou a captação do leite, enfim fomentou um desenvolvimento da cadeia leiteira.

Em relação às dificuldades no projeto, estas foram encontradas na hora da elaboração do projeto, em que se teve de refazer várias vezes, por isso demorou a vinda desse tanque (o entrevistado 10 evidencia que o tanque veio somente no ano de 2007). As conquistas alcançadas a partir da implementação desse projeto, para o entrevistado 10 aumentaram “quanto mais recursos, houve mais espaço para colocar o produto” (ENTREVISTADO 10).

Atualmente consideram que o maior desafio do empreendimento é a concorrência desleal com as grandes empresas, assim buscam terceirizar as linhas de coleta do leite.

Em relação às políticas públicas de desenvolvimento territorial, considera que “as políticas são muito boas, desde que sejam bem administradas e geridas, senão fica dinheiro público no lixo” (ENTREVISTADO 10). Contudo as pessoas que estão envolvidas neste empreendimento não atuam na discussão do CONDETEC, somente o entrevistado participou durante uns 04 anos.

O entrevistado 10 acredita que por ser uma região de baixo IDH, o território da cidadania da Cantuquiriguaçu foi bem atendido pelo governo Dilma, mas principalmente nos oito anos do governo Lula e no final do governo do Fernando Henrique Cardoso. Acredita que os territórios só não estão melhores por falta de gerenciamento tanto nos empreendimentos como também do CONDETEC.

O PRONAT ajuda na superação da pobreza, pois beneficiou famílias de baixa renda. O entrevistado 10 não sabe se existe fiscalização na distribuição dos recursos, bem como acredita que um pouco do dinheiro que vai para distribuição dos projetos, deveria ser deslocado para pagar um fiscal, garantindo assim o funcionamento e gestão do projeto.

Percebe-se que a COLEUS enfrenta as dificuldades em relação a cadeia do leite, pois as grandes empresas acabam conquistando o mercado mais fácil que estes. Contudo no seu gerenciamento conta com agricultores que estão à frente da COLEUS desde o início, permitindo um conhecimento amplo das potencialidades e limites que esta possui.

Abaixo se encontram os projetos que foram beneficiados pelo PRONAT e se enquadram no grupo capacitação.

4.2.2 Grupo capacitação

Neste grupo foi entrevistado um representante do empreendimento que recebeu o projeto de Construção de Centro de Formação de Jovens formado por 03 blocos com 18 alojamentos e outro representante de um empreendimento que recebeu recursos para a Ampliação da base física da casa familiar rural, sendo os dois projetos vinculados a capacitação. Estes são expostos a seguir.

Quadro 10- Identificação do projeto Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO), em 2016.

Nome	Município sede	Ano de implantação	Volume de recursos
Construção de Centro de Formação de Jovens formado por 03 blocos com 18 alojamentos	Rio Bonito do Iguaçu	2009	R\$ 306.655,63

Fonte: Elaboração dos autores, 2016.

Em Rio Bonito do Iguaçu, a união entre movimentos sociais, CONDETEC e prefeitura via PRONAT, resultou na elaboração de um projeto no ano de 2009 para Construção do Centro de Formação de Jovens formado por 03 blocos com 18 alojamentos no valor de R\$ 306.655,63. “O empreendimento já beneficiou aproximadamente 170 estudantes, muitos destes da região e alguns de outros estados, mas principalmente da região Sul” (ENTREVISTADO, 03). Os cursos ofertados, segundo o entrevistado são: técnico em agroecologia, técnico em meio ambiente e gestão em cooperativas e especialização do leite.

O objetivo do projeto era ser um espaço para capacitação de agricultores e seus filhos, segundo o entrevistado 03, estes foram alcançados, com a formação das turmas, acredita-se que este objetivo tenha sido alcançado. As conquistas alcançadas a partir da implementação desse projeto, para o entrevistado 03, consistiram na formação das turmas, reuniões, oficinas, seminários, encontros de jovens, mulheres, entre outros.

Em relação às dificuldades no projeto, estas foram encontradas na documentação da área, licitações, mas a aprovação do projeto em si foi rápida, considera o entrevistado 03.

O entrevistado 03 considera que há vários benefícios para o território através dos projetos financiados pelo PRONAT, dentre eles o desenvolvimento da capacitação e da permanência dos jovens no campo.

O CEAGRO possui um bom gerenciamento de suas atividades e possui parcerias com a UFFS¹⁴, isto tende a melhorar, pois continuará sendo um local em que se formam alunos capacitados. Pensando que estes podem continuar na região e ajudando em seu desenvolvimento.

A seguir se encontra outro projeto que foi beneficiado pelo PRONAT e se enquadra no grupo capacitação.

Quadro 11- Identificação do projeto Casa Familiar Rural de Nova Laranjeiras, em 2016.

Nome	Município sede	Ano de implantação	Volume de recursos
Ampliação da base física da casa familiar rural	Nova Laranjeiras	2008	R\$ 113.178,27

Fonte: Elaboração dos autores, 2016.

Em Nova Laranjeiras, no ano de 2008, o PRONAT financiou a elaboração de um projeto intitulado “Ampliação da base física da casa familiar rural”, com um valor de R\$ 113.178,27. O empreendimento beneficia aproximadamente 48 famílias, destas os filhos estudam na casa familiar. Os jovens são oriundos de diversos municípios como: Nova Laranjeiras, Laranjeiras do Sul, Ibema, Campo Bonito, Pinhão, Diamante do Sul e Guaraniaçu.

Os objetivos que o projeto tinha quando foi implementado eram melhorar a estrutura da casa familiar e fortalecer o ensino do campo. Segundo o entrevistado 11 estes foram alcançados, pois a estrutura da casa familiar foi ampliada e fortaleceu o ensino do campo.

Em relação às dificuldades do projeto, o entrevistado 11 coloca que na questão da elaboração foi bem tranquilo, pois se tem a documentação e o terreno. Contudo estes enfrentam algumas dificuldades em relação ao apoio da atual gestão municipal. Para ele, este apoio faz falta, pois “a organização que atualmente apoia o empreendimento é a Arcafar Sul enquanto anteriormente (gestão anterior) a prefeitura de Nova Laranjeiras também apoiava” (ENTREVISTADO 11). Este apoio vindo da prefeitura municipal seria na questão de ajuda financeira.

As conquistas alcançadas a partir da implementação desse projeto para o entrevistado 11 consistem na manutenção dos jovens do campo, dando-lhes estrutura adequada para manter estes no campo. Considera que “atualmente o empreendimento possui vários desafios, pois precisa de reformas, uma melhor estrutura no internato, banheiros, camas, colchões.

¹⁴ Atualmente o espaço do CEAGRO é utilizado pelos alunos do curso Interdisciplinar em Educação do Campo (regime de alternância). Mas esta cessão de espaço é feita via contrato e o CEAGRO é pago pelos serviços prestados.

Questão de lazer também faz falta, e o ponto forte é a alimentação” (ENTREVISTADO 11). Na casa familiar rural de Nova Laranjeiras é ofertado o curso de técnico agrícola juntamente com o ensino médio.

O entrevistado 11 considera importantes as políticas públicas de desenvolvimento territorial para o território Cantuquiriguaçu, evidencia que no governo Dilma não houve benefícios satisfatórios para o território porque teve poucos projetos. Em relação aos projetos financiados pelo PRONAT, estes “trazem benefícios, não são mais significativos porque o problema é maior” (ENTREVISTADO 11). Este entrevistado considera um problema estrutural do Brasil a falta de programas realmente efetivos para os territórios.

Em relação à gestão do empreendimento, percebe-se que o que falta de imediato é o apoio financeiro da prefeitura municipal, ajudando a casa familiar a receber os seus alunos com maior qualidade na sua estrutura do internato.

Abaixo se encontram os projetos que foram beneficiados pelo PRONAT e se enquadram no grupo agroindustrialização/comercialização.

4.2.3 Grupo agroindustrialização/comercialização

Neste grupo, foi entrevistado um representante do empreendimento que recebeu o projeto de Apoio a produção, transformação e comercialização de produtos da agricultura familiar e outro representante de um empreendimento que recebeu recursos para o Apoio, beneficiamento, classificação e comercialização da produção da agricultura familiar, estes são expostos e comentados a seguir.

Quadro 12- Identificação do projeto Chalé do produtor em Candói, em 2016.

Nome	Município sede	Ano de implantação	Volume de recursos
Apoio a produção, transformação e comercialização de produtos da agricultura familiar	Candói	2006	R\$ 214.667,78.

Fonte: Elaboração dos autores, 2016.

Em Candói no ano de 2006 o PRONAT financiou um projeto para Apoio à produção, transformação e comercialização de produtos da agricultura familiar, no valor de R\$ 214.667,78.

O entrevistado 07 elenca que a proposta foi elaborada em 2006, mas foi implementado em nome de uma Associação, sendo comprados os equipamentos. Contudo este chalé nunca chegou a funcionar, foi um erro da prefeitura que colocou no nome da associação, e esta não

conseguiu funcionar. Houve falta de coordenação e liberação do DNIT, pois se encontra perto da BR. Assim, buscaram uma finalidade para este chalé, que ficou como um ponto de entrega do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA e para armazenamento dos produtos que serão vendidos para este programa. Em que a prefeitura liberou no ano de 2016 para recebimento do PAA, já tentaram várias opções, mas como é longe do centro, acaba não atingindo o público alvo.

Um dos objetivos que o projeto tinha quando foi implementado, segundo o entrevistado 07 consistia em ser um ponto de comercialização do produtor. Sendo que os objetivos não foram alcançados pelo motivo mostrado no parágrafo anterior, o entrevistado 07 acrescenta que “no projeto pensou-se em adquirir os recursos, mas não foi dada sequência, e nem foi articulado com a comunidade”. Sendo que neste local já se teve equipamentos roubados e a estrutura danificada. Pois a prefeitura quando pensou nesse projeto não viu com a cooperativa que ia repassar o local para gerenciar se estes tinham interesse. E acabou que este interesse não aconteceu e não acharam uma solução para fazer funcionar o Chalé e atender o seu objetivo.

No momento, com a utilização do local para o PAA, são contempladas 63 famílias, estas somente de Candói. Isto consistiu na “melhoria da renda, fortalecimento da agricultura familiar, diversificação da produção” (ENTREVISTADO 07).

Atualmente os principais desafios enfrentados para funcionamento da comercialização do Chalé são “a falta de recursos, burocracia pra regulação, liberação DNIT, reforma do chalé, regularização da documentação” (ENTREVISTADO 07).

A seguir se encontra outro projeto que foi beneficiado pelo PRONAT e se enquadra no grupo agroindustrialização/comercialização.

Quadro 13- Identificação do projeto Cooperativa Regional de Produção, Agroindustrialização e Comercialização de Agricultores Familiares de Nova Laranjeiras (MONJOLO), em 2016.

Nome	Município sede	Ano de implantação	Volume de recursos
Apoio, beneficiamento, classificação e comercialização da produção da agricultura familiar	Nova Laranjeiras	2007	R\$ 102.057,33

Fonte: Elaboração dos autores, 2016.

Em Nova Laranjeiras, no ano de 2007, via PRONAT, houve a implementação de um projeto intitulado “Apoio, beneficiamento, classificação e comercialização da produção da agricultura familiar”, potencializando a comercialização da cadeia produtiva de

hortifrutigranjeiros, artesanais e agro industrializados, com um valor de R\$ 102.057,33. O empreendimento beneficia aproximadamente 130 produtores, a maioria dos produtores é de Nova Laranjeiras, mas há também produtores de Laranjeiras do Sul, Quedas do Iguaçu e Candói, os quais tem parcerias com o empreendimento.

Os objetivos que o projeto tinha quando foi implementado, segundo o entrevistado 12, eram melhorar a renda da agricultura familiar, incentivando hortifrutigranjeiros, venda de artesanatos para aproveitar o fluxo da BR 277, potencializar a comercialização e o atacado, dando assistência técnica. Estes objetivos em partes foram alcançados “Foi uma alternativa de renda, porém ficou bastante vinculada aos programas governamentais, faltou incentivo de produção de escala maior”. O entrevistado elenca outro problema em que no início teve apoio do poder público municipal¹⁵ e depois com a mudança de gestão pública do município houve uma diminuição, sendo que para ele, é essencial para as organizações o incentivo do poder público, em relação a assistência técnica e à estrutura”.

Em relação às dificuldades no projeto, o entrevistado 12 coloca que estas foram principalmente em relação a assistência técnica para os produtores. Em relação às conquistas alcançadas a partir da implementação desse projeto, para o entrevistado 12 estas consistem no “na melhoria da renda das famílias e na formação das pessoas, a qualidade de vida, pois passaram a ter acesso a coisas que não tinham até então, tais como: moradia, qualidade da alimentação, veículos, aumento da produção” (ENTREVISTADO 12).

O entrevistado 12 considera que se as políticas públicas de desenvolvimento territorial para o território da Cidadania da Cantuquiriguaçu forem pensadas de maneira que contemplem o início, meio e fim, elas são essenciais, e que não há outra forma de se desenvolver se não unir ações entre municípios, em prol de projetos. Em relação aos PROINF considera que deveriam ser mais completos os projetos, pois não adianta colocar a estrutura se não estiver casado com assistência técnica, não se viabilizando.

Em relação ao questionamento se o território tem recebido benefícios satisfatórios pelo governo Dilma, o entrevistado 12 considera que “está deixando a desejar, deveria ser mais satisfatório, as entidades estão tendo que se virar com as próprias pernas. Faz propaganda, mas de fato não acontece, vem o recurso, mas não há o acompanhamento técnico” (ENTREVISTADO 12). Este acompanhamento técnico, o entrevistado se refere que falta tanto da prefeitura como também da EMATER para auxiliar os agricultores.

¹⁵ Este conflito que acontece em Nova Laranjeiras foi bastante comentado pelos atores locais, os quais viam uma grande disputa política entre gestores desse município, relataram que o que um prefeito construiu em seu mandato, o outro não apoiava.

Sobre os projetos financiados pelo PRONAT, estes para o entrevistado 12 trouxeram benefícios, alavancaram a própria organização dos agricultores e a discussão também avançou. A vinda do recurso fortaleceu o debate e os principais frutos para o desenvolvimento do território.

No quadro 14 estão expostas as principais ideias dos entrevistados responsáveis pelos empreendimentos do PRONAT.

Quadro 14- Opiniões dos responsáveis pelos empreendimentos do PRONAT por grupo, em 2016.

Perguntas	Grupo Leite	Grupo Agroindústria /Comercialização	Grupo Capacitação
Dos objetivos que o projeto tinha quando foi implementado, estes foram alcançados?	Sim	Não/ Parcialmente	Sim
O empreendimento contempla quantas pessoas?	Aproximadamente 125 famílias	170 estudantes /48 famílias	63 famílias/130 produtores
Que organizações apoiam o empreendimento?	Prefeitura e Emater/Prefeitura	Prefeitura e as associações/ Sindicato	Movimentos Sociais, INCRA, Fiocruz, UFFS, Mondragón, prefeitura, CONDETEC, Instituto Federal do Paraná/Arcafar sul

Fonte: Elaboração dos autores a partir de entrevistas, 2016.

Através desse quadro, percebe-se que os objetivos que os projetos possuíam foram alcançados no grupo leite e no grupo capacitação. Porém no grupo agroindústria e comercialização, estes não foram alcançados ou foram parcialmente, esta resposta de parcialmente se refere ao fato de que o empreendimento é refém de programas institucionais¹⁶, como PAA e PNAE.

Outro fator responsável que explica esta resposta negativa neste grupo pode ser a localização, pois os dois empreendimentos encontram-se localizados perto da BR, (Candói-BR 373 e Nova Laranjeiras- BR 277) e na opinião de BISCHOL (2016) os centros de comercialização não dão certo perto de BR e sim devem ser feitos nos centros das cidades.

Outro fator essencial para um empreendimento conseguir ter sucesso é o apoio que este possui, contudo, segundo afirmações do entrevistado responsável pelo projeto, nota-se

¹⁶ São reféns desses programas institucionais, porque atualmente só vendem para estes, caso aconteça algum empecilho nestes programas a cooperativa não terá alternativas para comercializar a sua produção no momento.

que no Grupo Agroindústria e Comercialização, o empreendimento localizado no município de Nova Laranjeiras não possui apoio da atual gestão municipal. No município de Candói quando perguntado sobre apoios, este disse haver da prefeitura, contudo, o empreendimento não está sendo utilizado conforme seu objetivo proposto e sim a prefeitura busca alternativas para aproveitamento do local. Outro empreendimento que não possui apoio da prefeitura municipal é a Casa Familiar de Nova Laranjeiras que sente falta desse tipo de apoio do poder público.

Os outros empreendimentos, apesar das dificuldades que possuem, somente pelo fato de possuir um apoio do poder público, já fazem com que se sintam fortalecidos, sendo o caso da COLEUS, COLERVI e CEAGRO.

Na próxima seção está apresentada sobre gerenciamento e a adequação de projetos executados em relação aos objetivos estabelecidos pelo PRONAT.

4.3 GERENCIAMENTO E A ADEQUAÇÃO DE PROJETOS EXECUTADOS EM RELAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTABELECIDOS PELO PRONAT

Como um dos objetivos específicos deste trabalho consiste em analisar o gerenciamento e a adequação de projetos executados em relação aos objetivos estabelecidos pelo PRONAT, cabe mencionar novamente quais são os objetivos considerados neste programa

Promover o planejamento, a implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, bem como o fortalecimento institucional e a dinamização de sua economia; Articular governos municipais, estaduais e federal e organizações não governamentais, a fim de superar a fragmentação das diversas ações voltadas para o desenvolvimento rural e mobilizar os atores locais na construção de planos que aproveitem as potencialidades locais na integração econômica de diferentes atividades produtivas (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2015, p. 260).

A partir das entrevistas realizadas, constatou-se que entre 2003 a 2015 o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu recebeu recursos do PROINF por meio de 192 projetos de investimentos, totalizando um montante de R\$ 32.191.363,40. Desse total, somente 61 projetos foram discutidos e aprovados pelo CONDETEC, ao passo que os outros 131 projetos foram implementados, acredita-se, por via de emendas parlamentares. Estes resultados demonstram certa fragilidade no papel deliberativo CONDETEC para atingir os objetivos do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais. Apontando uma baixa injeção de recursos por meio da gestão social no território, resultando no não alcance dos seguintes objetivos do PRONAT: a promoção do planejamento, a autogestão no processo de

desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, a mobilização dos atores locais na construção de planos que aproveitem as potencialidades locais.

Favareto (2013) aponta que entre as mudanças que os colegiados trazem estão: a escala das ações passou a ser intermunicipal, a qual antes era no âmbito municipal. Contudo muitas vezes, percebe-se que os projetos continuam sendo municipalizados. Fato este que acontece no território da Cidadania Cantuquiriguaçu, pois os atores locais consideram essencial a articulação de governos municipais, estaduais e federal e sentem falta dessa articulação no território.

Contudo em relação a articulação com organizações não governamentais, isto é um fato que pode ser considerado positivo no CONDETEC, pois conforme o quadro 2 percebe-se que a maioria das entidades que participam do CONDETEC são não governamentais, bem como ocorre uma alternância da presidência do CONDETEC, sendo que uma gestão representa entidade governamental e na outra não governamental. Contudo, em alguns projetos que foram analisados há uma articulação com organizações não governamentais, mas ainda sentem falta do apoio financeiro do poder público. Contudo este apoio do poder público não precisaria ser necessariamente financeiro, pois nos projetos pesquisados percebe-se uma carência de apoio técnico adequado.

A partir desses fatos e dos projetos que foram pesquisados, constata-se que o PRONAT teve certa fragilidade no território da Cidadania da Cantuquiriguaçu, necessitando de melhoras, tanto no aumento do aporte de recursos ou na melhor gestão/viabilização dos projetos, quanto na articulação da esfera municipal, estadual e federal, na real autonomia dos conselhos. Ou seja, se os seus objetivos conseguissem ser efetivos já se teria um passo enorme para avançar para o desenvolvimento no território.

Fato este que deveria ser levado como exemplo para a criação de programas territoriais, buscando melhorias e depois de superados os entraves torná-los políticas, pois só assim poderão conseguir ter um resultado em longo prazo.

Brandão (2004) aponta que a emergência da territorialização das intervenções públicas é vista como algo que possa superar todos os problemas do desenvolvimento. Pretende-se que todos os atores sociais, econômicos e políticos estejam cada vez mais organizados em um determinado recorte territorial, buscando uma opção por substituir o Estado por uma nova compreensão de forças sociais e políticas (não sendo concretas) que passa a ser chamada de território. Assim, o território passa a ser como um grande regulador autômato de relações, dotado da propriedade de sintetizar e encarnar projetos sociais e políticos. Ou seja, sugere-se

que o mesmo tenha poder de decisão. Contudo, percebe-se que no território da Cidadania Cantuquiriguaçu esta expectativa ainda não se concretiza, existindo ainda como uma perspectiva, mas não uma realidade.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou responder a seguinte questão: como foram gerenciados projetos financiados pelo PRONAT no território Cantuquiriguaçu e referendados pelo CONDETEC no período de 2003 a 2015 e estes atendem aos objetivos do PRONAT? Para isso, utilizou-se do objetivo geral de analisar como foram gerenciados projetos financiados pelo PRONAT no território Cantuquiriguaçu e referendados pelo CONDETEC no período de 2003 a 2015. E dos seguintes objetivos específicos: a) Abordar teoricamente o papel do Estado no desenvolvimento de regiões a partir da implementação de políticas públicas regionais e territoriais; b) Identificar os projetos referendados pelo Conselho de Desenvolvimento do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu- PR (CONDETEC) no período de 2003 a 2015; c) Analisar o gerenciamento e a adequação de projetos executados e referendados pelo CONDETEC, em relação aos objetivos estabelecidos pelo PRONAT.

O primeiro objetivo específico foi alcançado no capítulo 2 deste trabalho, ao realizar o debate teórico sobre a intervenção do estado através de políticas regionais e territoriais, utilizando a abordagem de diferentes autores. O segundo objetivo específico foi alcançado no capítulo 4 através de dados dos projetos do SGE e das consultas às atas do CONDETEC. O terceiro objetivo específico foi alcançado através das entrevistas com os atores locais e com os responsáveis pelos empreendimentos que foram beneficiados por PROINFs. Com estes objetivos alcançados, foi possível atingir o objetivo geral deste trabalho e responder a sua questão de pesquisa.

A partir dos projetos que foram pesquisados, constata-se que o PRONAT teve certa fragilidade no território Cantuquiriguaçu, necessitando de melhoras, sendo no aumento do aporte de recursos ou na melhor gestão/viabilização dos projetos, seja na articulação da esfera municipal, estadual e federal, na real autonomia dos conselhos. Os projetos possuem falhas desde a sua elaboração e implementação acarretando problemas na execução. O que se evidencia é uma fragilidade técnica tanto na gestão dos projetos, na sua aprovação, implantação e implementação.

Contatou-se que a política territorial perdeu espaço no governo Dilma Vana Rousseff (2011 a agosto de 2016), isto foi evidenciado pela diminuição de recursos alocados neste período, bem como, pelas entrevistas que foram realizadas. Contudo neste período foram criados os NEDETs, os quais fornecem assessoramento técnico aos Colegiados Territoriais.

Em relação às emendas parlamentares, estas foram realizadas em sua maioria no território da Cidadania Cantuquiriguaçu ao se comparar com a deliberação do CONDETEC,

sendo que todos os projetos não discutidos ou aprovados pelo CONDETEC foram financiados por emendas parlamentares. As emendas parlamentares são uma forma de dominar politicamente os projetos e dispensar uma discussão que envolva a sociedade via CONDETEC.

Percebe-se que os projetos que não possuem um apoio técnico, financeiro do poder público, possuem menos chances de manterem sua continuidade. Cursos de capacitação em gestão são necessários tanto para os atores locais como também nos empreendimentos.

Como este estudo não pode pesquisar profundamente o CONDETEC, sugere-se como tema para novas pesquisas analisar a participação dos conselheiros dentro do CONDETEC.

REFERÊNCIAS

ALVES, Adriana Melo; NETO, João Mendes da Rocha. **A nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR II: entre a perspectiva de inovação e a persistência de desafios.** Disponível em:

<<http://www.revistappr.com.br/artigos/extra/5525776c88b67.pdf>> Acesso: 01 de Jun. de 2016.

ALVES, Thaís Guimarães; VERÍSSIMO, Michele Polline. **Crise Financeira, Estado e Política Monetária: Uma Abordagem Principalmente Keynesiana.** Disponível em:

<<http://www.nea.ie.ufu.br/artigos/Artigo1%20Alves.pdf>>. Acesso: 05 de Maio de 2016.

BISCHOL, Mary Stela. **Alternativas de mercados para agricultura familiar.** Laranjeiras do Sul. EMATER. 19 de out. de 2016, palestra.

BOISIER, Sérgio. **Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político.** IPEA: Planejamento e Políticas Públicas. Nº 13. Junho de 1996.

BORJA, Bruno Nogueira Ferreira. **A Formação da Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado.** Disponível em:

<http://www.ie.ufrj.br/images/posgraduacao/pepi/dissertacoes/Tese_Bruno_Borja.pdf> Acesso: 01 de Maio de 2016.

BRANDÃO, Carlos Antonio. **Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado.** REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, Curitiba, n.107, p.57-76, jul./dez. 2004.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico 2010.** – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em. Acesso em: 05 de maio de 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria do Desenvolvimento Territorial. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais.** Brasília: SDT/MDA, 2005a. (Série Documentos Institucionais n. 2).

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Da Macroeconomia Clássica à Keynesiana.** Disponível em:<https://ufr.br/economia/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=135:7&id=17:textos-macro&Itemid=234>. Acesso: 07 de Novembro de 2016.

_____. **Heterodoxia e Ortodoxia no Plano Bresser.** Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1993/93-HeterodoxiaOrtodoxia-PlanoBresser.pdf>>. Acesso: 20 de Novembro de 2016.

BRUE, Stanley L. **História do Pensamento Econômico**. Tradução Luciana Penteadó Miquelino. São Paulo, 2006.

CANQUERINO, Yogo Kubiak; *et al.* **ESTRUTURA PRODUTIVA DO TERRITÓRIO DA CANTUQUIRIGUAÇU COM ABORDAGEM INSUMO-PRODUTO PARA O ANO DE 2010**. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/gestaoedesenvolvimento/article/download/12247/8629>>. Acesso: 20 de Nov. de 2016.

CANTUQUIRIGUAÇU. **Associação dos Municípios**. Disponível em: <http://www.cantuquiriguacu.com.br/exibenoticia.php?url=laranjeiras-do-sul-intervencaodos-governos-e-otimizacao-do-setor-educacional-elevaram-o-idh-em-ls#.VEO1Z_IdXJc>. Acesso: 05 de Set. de 2015.

_____. **Condetec**. Disponível em: <<http://www.cantuquiriguacu.com.br/condetec.php>>. Acesso: 20 de Out. de 2015.

_____. **Histórico CONDETEC**. Disponível em: <http://www.cantuquiriguacu.com.br/pdf/historico_condetec.pdf> Acesso: 15 de Out. de 2015.

CARVALHO, Ananda de; DAVID, Cesar De. **Possibilidade e Limites do Programa Territórios da Cidadania a partir da sua realização no Território Região Central e no Município de Santa Maria/ RS**. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/download/55800/59209>> Acesso: 14 de Jun. de 2016.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO-CGU. **Controle Social - Orientações aos cidadãos para participação na gestão pública e exercício do controle social**. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/control-social/arquivos/controlsocial2012.pdf>>. Acesso: 08 de Nov. de 2016.

CEPAL. **Comissão Econômica para América Latina e Caribe**. Disponível em <<http://www.cepal.org/brasil/>>. Acesso: 15 de mar. de 2015.

CERVO, Amado Luiz; *et al.* **Metodologia Científica**. 6. ed. SP: Pearson Prentice Hall, 2007.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas & FERNANDES, Bernardo Mançano. **Assentamentos rurais: territórios do território Cantuquiriguaçu, Estado do paraná**. UNESP, 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Estevan%20Leopoldo%20de%20Freitas%20Coca.pdf>>. Acesso: 02 de mar de 2016.

COELHO, Francisco Silva & GRANZIERA, Rui Guilherme (orgs). **Formação econômica do Brasil: edição comemorativa dos 50 anos de publicação: 1959-2009**. Prefácio Fernando Henrique Cardoso. São Paulo, Editora Atlas, 2009.

CONDETEC. **Regimento do CONDETEC**. Arquivos internos do CONDETEC, 2016.

CORAZZA, GENTIL. **Teoria econômica e estado (de Quesnay a Keynes)**

Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/teses/digitalizacao/teses_11.pdf>. Acesso: 03 de Abril de 2016.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Desenvolvimento Regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?** 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010. 212 p.

_____. **Desenvolvimento Territorial: políticas públicas brasileiras, experiências internacionais e a Indicação Geográfica como referência.** 1ª ed. São Paulo: Ed. LiberArs, 2014.

DECKERT, Cristiele Tomm. **A Gestão Social no Território da Cidadania Noroeste Colonial do Rio Grande Do Sul.** UNIJUÍ - UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Dissertação, 2012. 178 p.

DINIZ, Clelio Campolina. **Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional.** In COELHO, Francisco da Silva; GRANZIERA, Rui Guilherme orgs. Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil: edição comemorativa dos 50 anos de Publicação (1959-2009). São Paulo: Atlas, 2009.

DINIZ, Clelio Campolina. **Dinâmica regional e ordenamento do território brasileiro: desafios e oportunidades.** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2013.

FAVARETO, Arilson. **Retrato das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil.** Documento de Trabajo N° 26. Programa Dinámicas Territoriales Rurales. Rimisp, Santiago, Chile, 2009.

_____. **Um balanço das políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil - uma década de experimentações.** Disponível em: <<http://www.rimisp.org/wpcontent/uploads/2013/03/15.pdf>> Acesso: 06 de Maio de 2016.

FUNAI. **Índios no Brasil.** Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso: 20 de Novembro de 2016.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Círculo do Livro S.A. 1974.

_____. **Prefácio a Nova Economia Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.**

_____. **Teoria e Política do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GERHARDT, T. & SILVEIRA, D. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso: 13 de nov. de 2015.

GREUMAUD, Amaury Patrick. **Manual de Macroeconomia: Básico e Intermediário**. São Paulo: Editora ATLAS, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo, Atlas, 2008.

_____. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. Ed. São Paulo, Atlas, 2010.

GREGOLIN, Marcos Roberto Pires; *et al.* **O "Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais" e sua operacionalização no Centro Sul do Paraná**.

Disponível em:

<<http://www.nucleus.feituverava.com.br/index.php/nucleus/article/view/1380>>. Acesso: 20 de Abril de 2016.

IBGE. **IBGE-Cidades**. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=412090>> Acesso: 15 de Nov. de 2016.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA).

Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil Avanços e Desafios. Brasília:

IICA, 2010. Disponível em: <[http://www.iicabr.iica.org.br/wp-](http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-12-Pol%C3%ADticas-de-Desenvolvimento-Territorial-Rural-no-Brasil-Avan%C3%A7os-e-Desafios.pdf)

[content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-12-Pol%C3%ADticas-de-](http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-12-Pol%C3%ADticas-de-Desenvolvimento-Territorial-Rural-no-Brasil-Avan%C3%A7os-e-Desafios.pdf)

[Desenvolvimento-Territorial-Rural-no-Brasil-Avan%C3%A7os-e-Desafios.pdf](http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-12-Pol%C3%ADticas-de-Desenvolvimento-Territorial-Rural-no-Brasil-Avan%C3%A7os-e-Desafios.pdf)> Acesso: 02 de Maio de 2016.

_____. **Políticas de Desenvolvimento Rural Territorial: Desafios para Construção de um Marco Jurídico Normativo**. Disponível em:

<<http://www.iicabr.iica.org.br/publicacoes/politicas-de-desenvolvimento-rural-territorial-desafios-para-construcao-de-um-marco-juridico-normativo-serie-drs-volume-13/>>. Acesso: 03 de Maio de 2016.

_____. **Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil**. Brasília: IICA, 2013. Disponível em: <www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Série-DRS-vol-19.pdf>. Acesso: 03 de Junho de 2016.

INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS (ITCG). **Comunidades Quilombolas e Negras Tradicionais**. Disponível em:

<<http://www.itcg.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=62>>. Acesso: 20 de Novembro de 2016.

IPARDES. **Diagnóstico Socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/territorio_cantuquiriguacu.pdf>. Acesso: 03 de Maio de 2016.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Brasil em desenvolvimento 2011: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2012.

IPEA. **Desenvolvimento territorial e a implantação de políticas públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva**. Disponível em:

<http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/091220_boletimregional3_cap3.pdf> Acesso: 01 de Maio de 2016.

JACOBS, Patrícia. **O Território da Cidadania do Planalto Norte Catarinense: Uma análise dos três eixos configurados nas matrizes de ações voltadas ao Desenvolvimento Regional**. UNIVERSIDADE DO CONTESTADO – UnC. Dissertação, 2014. 194 p.

KEYNES, JOHN MAYNARD. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

LEITE, Sergio Pereira; JÚNIOR, Valdemar João Wesz. **Um estudo sobre o financiamento da política de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320032012000400004#footnote-12964-1> Acesso: 01 de Maio de 2016.

MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS Eva. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo, Atlas 2003.

MDA. **Orientações Gerais Para a Elaboração e Qualificação do PTDRS**. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/planosdedesenvolvimentoterritorial/file-storage/view/oficina-estadual-de-roraima/guia_planejamento_ptdrs.pdf> Acesso: 15 de Mar. de 2016.

MIN (Ministério da Integração Nacional). **Boletim Regional**. Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional -Brasília/ DF, 2010.

_____. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Disponível em: <<http://slideplayer.com.br/slide/1477403/>>. Acesso: 07 de Jun. de 2016.

_____. **I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional**. Secretaria de Desenvolvimento Regional. Texto de Referência (Resumo Executivo). Brasília, julho de 2012.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Desenvolvimento Territorial e Regional**.

Disponível

em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=https%3A%2F%2F3gov.planejamento.gov.br%2Ftextos%2Flivro2%2F2.6_Desenvolvimento_Territorial_e_Regional.pdf&ei=hJ8WVcWFHpSLsQTUp4CYBw&usq=AFQjCNF2WEx1dl0Mt9oLCi3GThveoks4Pw&sig2=V_h8O45grog4JAGsyN6o0A&bvm=bv.89381419,d.cWc>. pdf. Acesso: 25 de janeiro de 2015.

MORAES, Vitor De. **A Disputa Territorial e o Controle das Políticas no Território Cantuquiriguaçu – Estado do Paraná: A Participação Dos Movimentos Socioterritoriais e o Papel do Estado**. Presidente Prudente: FCT UNESP, 2013.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, dec. 2001. ISSN

1806-9592. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9825>>. Acesso: 12 de maio 2016.

OLIVEIRA, Luiza Zitzke. **Análise do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat): O caso do território Meio Oeste Contestado (SC)**. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/129042>>. Acesso: 15 de março de 2016.

OLIVEIRA, L.V.N.; LIMA, J. F. de. **Política Nacional de desenvolvimento regional: um processo em construção**. In ETGES, V.E.; AREND, S.C. (orgs.). CEPAL: leituras sobre o desenvolvimento latino-americano. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer Pesquisa Qualitativa**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2007.

PAIVA, Carlos Águedo. **Evolução das desigualdades territoriais no Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

PERAFÁN, MIREYA EUGENIA VALENCIA. **O Território do Desenvolvimento e o Desenvolvimento dos Territórios: o Novo Rosto do Desenvolvimento no Brasil e na Colômbia**. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1982/1/Tese_Mireya%20Eugenia%20Valencia%20P.pdf> Acesso: 03 de maio de 2016.

PEREIRA, Cláudia Gonçalves. **Celso Furtado e a Teoria do Subdesenvolvimento**. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=386&Itemid=171> Acesso: 10 de Maio de 2016.

PORTAL DA CIDADANIA. **Territórios da Cidadania**. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>> Acesso: 03 de Jun. de 2015.

PORTAL DOS NEDETS. **Caderno de Informações Territoriais**. Brasília: 2016.

RESENDE, GUILHERME. **Avaliação de Políticas Públicas no Brasil: uma análise de seus impactos regionais**. Revista IPEA, Rio de Janeiro, 2014.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; *et al.* **POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO TERRITÓRIO DA CANTUQUIRIGUAÇU**. REVISTA BRASILEIRA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2016. No prelo.

SEBRAE. **Cantuquiriguaçu**. Disponível em:
<<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:sAiesJpFqGYJ:https://sgcwem.pr.sebrae.com.br/PortalSebrae/sebraeaz/Cantuquiriguaçu+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso: 23 de set. de 2016.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIEDENBERG, Dieter Rugard (org.). **Desenvolvimento Sob Múltiplos Olhares**. Ijuí: Ed. Unijui, 2012.

SILVA, LEONARDO XAVIER DA. **Estado e Políticas Públicas**. Disponível em:
<<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad010.pdf>> Acesso: 01 de Maio de 2016.

SILVA, Pedro Luiz Barros; COSTA, Nilson do Rosário. **A Avaliação de Programas Público: reflexões sobre a experiência brasileira. Relatório Técnico**. Cooperação Técnica BID-IPEA. Brasília, IPEA, 2002.

SILVA, Leonardo Xavier da (org.). **Estado e Políticas Públicas**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2010.

SISTEMA DE GESTÃO ESTRATÉGICA (SGE). **PROINFs do território Cantuquiriguaçu**. Disponível em: <<http://sge.mda.gov.br/sge/index.html>>. Acesso: 01 de Maio de 2016.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Ed. Atlas, 2009.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **Formulação, administração e execução de políticas públicas**. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/5x595ziU0wuEf5yA63Zw.pdf>> Acesso: 02 de Junho de 2016.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 5. Ed. São Paulo, Atlas, 2004.

VIEIRA, Ima Célia Guimarães; *et al.* **Bertha Becker e a Amazônia**. Disponível em:
<<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1103-4.htm>> Acesso: 03 de Maio de 2016.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi. 2.ed. Porto Alegre : Bookman, 2001.

ANEXO 1 – Roteiro de entrevistas aplicado junto aos responsáveis pelos empreendimentos coletivos do PRONAT.

1. Dados da entrevista:

1.1 Número de entrevista: _____

1.2 Município: _____

1.3 Data: _____

2. Identificação do entrevistado:

2.1 Formação/escolaridade: _____

2.2 Profissão: _____

2.3 Há quanto tempo está vinculado ao empreendimento? _____

2.4 Cargo que ocupa no empreendimento?

2.5 Há quanto tempo o Senhor (a) está vinculado ao Território ou às políticas públicas de desenvolvimento territorial?

2.6 Já colaborou em alguma ação no Território?

() sim, quais?

() não

3. Identificação do empreendimento:

3.1 Nome: _____

3.2 Ano em que iniciaram a elaboração do projeto: _____

3.3 Ano em que receberam os recursos financeiros para iniciar as atividades:

3.4 Ano de inauguração: _____

4. Em relação ao empreendimento:

4.1 Qual a finalidade do empreendimento (Grupo leite, capacitação, ater, agroindústria e comercialização)?

4.2 Quais os objetivos que o projeto tinha quando foi implementado?

4.2.1 Quais dos objetivos mencionados na questão anterior que foram alcançados?

4.3 Como ficaram sabendo da existência do projeto (recurso)?

4.4 Quantas famílias integram o grupo?

4.5 O recurso/empreendimento contempla famílias de quantos municípios?

4.5.1 Quais municípios?

4.6 Os Beneficiários Participaram de alguma reunião do Território (no Colegiado Territorial)?

4.7 Quem elaborou o projeto?

4.8 Quem propôs a elaboração do projeto e a captação dos recursos para os investimentos?

4.9 Que organizações apoiam o grupo (Prefeitura, Sindicato, MST, etc.)?

4.10 Em relação à burocracia: quais foram as principais dificuldades para propor/elaborar/desenvolver o projeto?

4.11 Quais foram as conquistas alcançadas a partir da implementação do projeto (manutenção de jovens no campo, melhoria de renda das famílias, etc)?

4.12 Atualmente quais são os principais desafios enfrentados para funcionamento do empreendimento?

5. Em relação às políticas públicas de desenvolvimento territorial:

5.1 Qual a importância das políticas públicas de desenvolvimento territorial (para o município ou para o Território)?

5.2 As pessoas envolvidas no empreendimento atuam na discussão ou possuem envolvimento com as políticas públicas de desenvolvimento territorial?

5.3 Os Territórios Rurais têm sido alvo de benefícios satisfatórios pelo atual Governo Federal?

sim

não. Identificar o motivo

5.4 Em sua opinião, o PRONAT tem provocado um fortalecimento e uma dinamização da economia nos Territórios Rurais?

(O Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), foi instituído com vistas à redução das desigualdades regionais e sociais. Uma de suas ações orçamentárias é o Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf) que tem como finalidade o apoio financeiro para que o município implante projetos que visem o desenvolvimento local sustentável e o fortalecimento da agricultura familiar. Estes são projetos territoriais formulados a partir do PTDRS e implementados por entidades parceiras do Colegiado Territorial).

5.5 Na tua opinião, o PRONAT visa ou atua na superação da pobreza?

5.6 Tem informação de como e feita a fiscalização da distribuição dos recursos?

(como tem sido aplicado o recurso/ tem sido bem aplicado em sua opinião/poderia melhorar).

5.7 Qual a tua opinião sobre os projetos financiados pelo PRONAT (benefícios para o Território ou município)?

ANEXO 2 – Roteiro de entrevistas para atores locais na área de desenvolvimento territorial.

1. Dados da entrevista:

1.1 Número de entrevista: _____

1.2 Município: _____

1.3 Data: _____

2. Identificação do entrevistado:

2.1 Formação/escolaridade: _____

2.2 Profissão: _____

2.3 Atuação profissional (organização e cargo que ocupa)?

2.4 Há quanto tempo está vinculado ao Território ou às políticas públicas de desenvolvimento territorial? _____

2.5 Participou de alguma ação no Território? Participou do Colegiado Territorial?

3. Em relação às políticas públicas de desenvolvimento territorial:

3.1 Os Territórios Rurais têm sido alvo de benefícios satisfatórios pelo atual Governo Federal?

sim

não. Identificar o motivo

3.2 O desenvolvimento territorial sustentável recomendado pelo governo ocorre na prática?

3.3 São diretrizes propostas pelo MDA (...) priorizar a redução das desigualdades econômicas e sociais, atuando preferencialmente em espaços de elevada concentração de agricultores familiares.

Esta redução vem ocorrendo de fato no Território Cantuquiriguaçu?

sim

não. Identificar o motivo

3.4 Em sua opinião, o PRONAT tem provocado um fortalecimento e uma dinamização da economia nos Territórios Rurais? (*O Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), foi instituído com vistas à redução das desigualdades regionais e sociais.*)

Uma de suas ações orçamentárias é o Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf) que tem como finalidade o apoio financeiro para que o município implante projetos que visem o desenvolvimento local sustentável e o fortalecimento da agricultura familiar. Estes são projetos territoriais formulados a partir do PTDRS e implementados por entidades parceiras do Colegiado Territorial).

3.5 Na tua opinião, o PRONAT visa ou atua na superação da pobreza?

3.6 Tem informação de como e feita a fiscalização da distribuição dos recursos?
(como tem sido aplicado o recurso/ tem sido bem aplicado em sua opinião/poderia melhorar).

3.7 Qual a tua opinião sobre os projetos financiados pelo PRONAT (benefícios para o Território)?

3.8 Qual a principal dificuldade destes projetos (elaboração, aprovação ou estabilidade no funcionamento)?

3.9 O PRONAT é para beneficiar que parcela da população? Ou de maneira geral, quais são os segmentos sociais mais beneficiados pelo PRONAT?

3.10 Qual a sua opinião sobre o PRONAT? (críticas e sugestões).

3.11 Qual a importância das políticas públicas de desenvolvimento territorial (para o município ou para o Território)?

ANEXO 3- Lista de projetos apresentados pelo Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu no período de 2003 a 2015 para o MDA

Ano	Cód.Op	Proponente	Município	Objeto	Valor	Sit.Contrato	Sit.Obra	%Obra	Vingência
2003	0157411	PM VIRMOND	Virmond	CONSTR BARRACAO 115M2 E AQUIS DIVERSOS EQUIPTOS P/ RECEPCAO/PROCESSAMENTO LEITE,03 CURSOS CAPAC.IMPLANT 05 UNID DEMONSTR	257,714.70	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	12/02/2008
2004	0170245	PM RIO BONITO I	Rio Bonito do Iguacu	AQUISICAO DE 01 TANQUE ISOTERMICO RODOVIARIO E IMPLANTACAO DE 01 UNIDADE DEMONSTRATIVA DE PASTAGEM PERENE DE VERA0	43,332.36	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	08/01/2006
2004	0167484	PM RIO BONITO I	Rio Bonito do Iguacu	AQUISICAO DE MATERIAL DE CONSUMO E DE 01 VEICULO ZERO KM	20,982.04	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	13/08/2005
2004	0167479	PM GUARANI ACU	Guaraniaçu	CONSTRUCAO DE UMA CASA FAMILIAR RURAL, AQUISICAO DE UM VEICULO O KM, UM MICROCOMPUTADOR, MATERIAL DE CONSUMO E CURSOS	202,002.59	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	12/01/2007
2004	0167487	PM TRES BARRAS	Três Barras do Paraná	AQUISICAO DE UM VEICULO O KM E MATERIAL DE CONSUMO DIVERSOS	22,287.17	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	23/08/2005
2004	0167488	PM VIRMOND	Virmond	AQUISICAO DE 04 VEICULOS ZERO KM, AQUISICAO DE 03 COMPUTADORES E 04 CURSOS DE FORMACAO DE AGRICULTORES	96,565.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	18/10/2005
2004	0170235	PM MARQUINHO	Marquinho	AQUISICAO DE 01 TANQUE ISOTERMICO RODOVIARIO E IMPLANTACAO DE UNIDADE DEMONSTRATIVA DE PASTAGEM PERENE DE VERA0	29,387.90	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	22/03/2006
2004	0167477	PM CANDOI	Candói	AQUISICAO DE VEICULO DE PASSEIO E MATERIAL DE CONSUMO	22,501.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	20/10/2005
2004	0170236	PM NOVA LARANJE	Nova Laranjeiras	AQUISICAO DE 01 TANQUE ISOTERMICO RODOVIARIO 8000 LITROS,01 IMPLANTACAO DE UNIDADE DEMONSTRATIVA	41,416.84	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	13/12/2005
2004	0167483	PM PORTO BARREI	Porto Barreiro	AQUISICAO DE UM VEICULO ZERO KM E MATERIAL DE CONSUMO	23,901.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	20/10/2005
2004	0167481	PM PINHAO	Pinhão	AQUISICAO DE UM VEICULO AUTOMOTOR P TRANSPORTE DE PASSAGEIROCAPACIDADE PARA CINCO PESSOAS	22,568.40	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	19/08/2005
2004	0170242	PM QUEDAS IGUAC	Quedas do Iguacu	AQUISICAO 01 TANQUE ISOTERMICO RODOVIARIO E IMPLANTACAO DE 01 UNIDADE DEMONSTRATIVA DE PASTAGEM PERENE DE VERA0	39,596.64	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	13/12/2005
2005	0178032	PM CANDOI	Candói	AQUIS VEICULO,DATASHOW,NOTEBOOK,COMPUTADOR C/ IMPRESORA,SILOISOTERMICO,04 SECADORES PLANTAS MED E 39 EQUIP LAB ANAL VEG	227,991.73	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	21/03/2009
2005	0187789	PM GOIOXIM	Goioxim	AQUISICAO DE 01 RETROESCAVADEIRA	227,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	27/12/2006
2005	0186445	PM DIAMANTE SUL	Diamante do Sul	CONSTRUCAO DE 01 PONTE	48,667.60	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	28/01/2008
2005	0186446	PM GOIOXIM	Goioxim	CONSTRUCAO DE CENTRO DE APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR - 300M2	83,922.31	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	26/05/2007
2005	0177104	PM NOVA LARANJE	Nova Laranjeiras	CONSTRUCAO DE 424,53 M2 EM ALVENARIA PARA COMERCIALIZACAO DEPRODUTOS AGRICOLAS ARTESANAIS	121,113.34	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	07/05/2008
2005	0178035	PM FOZ JORDAO	Foz do Jordão	AQUISICAO DE VEICULO AUTOMOTIVO 1000 CC	24,394.73	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	30/05/2007
2005	0186557	PM NOVA LARANJE	Nova Laranjeiras	CONSTR CENTRAL DE COMERCIALIZACAO DA AGRIC FAMILIAR,AQUIS DE04 COMPUTADORES E 02 MAQUINAS EMISSORAS DE CUPOM FISCAL	664,294.05	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	24/03/2010
2005	0178033	PM CATANDUVAS	Catanduvas	AQUISICAO DE 01 VEICULO AUTOMOTIVO 1.0	24,749.91	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	26/12/2006
2005	0178037	PM GOIOXIM	Goioxim	AQUISICVAO DE 02 VEICULOS 1000, MINIMO 65CV	44,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	12/12/2006
2005	0178040	PM MARQUINHO	Marquinho	AQUISICAO DE 01 COMPUTADOR COM IMPRESSORA	4,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	21/12/2006
2005	0178034	PM DIAMANTE SUL	Diamante do Sul	AQUISICAO DE 01 VEICULOPASSEIO NOVO 1.0L, MINIMO 65CV, E 02 COMPUTADORES COM IMPRESSORAS A LASER	30,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	09/12/2006
2005	0178043	PM PORTO BARREI	Porto Barreiro	AQUISICAO DE 02 VEICULOS AUTOMOTIVOS E CONSTRUCAO 01 SECADORCONTINUO DE PLANTAS MEDICINAIS	48,740.38	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	22/04/2007
2005	0187791	PM RESERVA IGUA	Reserva do Iguacu	AQUISICAO 04 MAQUINAS DESPONTADEIRAS,01 MAUINA PREGAR COS,01TRAVELET ELETRONICO,01 FECHADEIRA BRACO E 01 MINI CALDEIRA	41,197.96	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	29/12/2006

2005	0178044	PM RESERVA IGUA	Reserva do Iguau	AQUISICAO 01 VEICULO AUTOMOTIVO,01 COMPUTADOR C/ IMPRESSORA,01 TANQUE ISOTERMICO P/ COLETA DE LEITE - 6000 LITROS	60,632.96	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	09/12/2006
2005	0178039	PM LARANJE IRAS	Laranjeiras do Sul	AQUISICAO DE 01 TANQUE ISOTERMICO RODOVIARIO PARA COLETA DE LEITE COM CAPACIDADE MINIMA DE 6 MIL LITROS	35,575.98	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	30/03/2007
2005	0186823	PM NOVA LARANJE	Nova Laranjeiras	AQUISICAO DE 01 TRATOR AGRICOLA E 01 GRADE ARADORA	109,347.49	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	27/02/2007
2005	0178042	PM PINHAO	Pinhão	CONSTRUCAO CASA FAMILIAR RURAL COM 456M2, CONSTRUCAO SECADOR DE PLANTAS MEDICINAIS E AQUISICAO DE 01 TANQUE ISOTERMICO	260,721.33	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	09/12/2008
2005	0186452	PM NOVA LARANJE	Nova Laranjeiras	CONSTRUCAO DO CENTRO DE APOIO E FORMACAO DO AGRIC FAMILIAR	83,583.42	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	30/05/2008
2005	0178041	PM NOVA LARANJE	Nova Laranjeiras	AQUISICAO DE 03 VEICULOS AUTOMOTIVOS E DE 01 MICROCOMPUTADOR/ IMPRESSORA, INSTALACAO 01 SECADOR P/ PLANTAS MEDICINAIS	77,557.24	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	13/03/2008
2005	0187787	PM GUARANI ACU	Guaraniaçu	AQUISICAO DE 01 TRATOR E 01 PLANTADEIRA ADUBADEIRA	102,605.57	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	29/06/2007
2005	0186459	PM RESERVA IGUA	Reserva do Iguau	CONSTRUCAO DO CENTRO DE ATENDIMENTO A AGRICULTURA FAMILIAR -100 M2	56,872.26	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	26/09/2007
2005	0186461	PM RIO BONITO I	Rio Bonito do Iguau	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA PLATAFORMA DE RECEPCAO, DE RESFRIAMENTO E DE ARMAZENAMENTO DE LEITE	154,239.35	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	27/12/2008
2005	0178069	PM VIRMON D	Virmond	AQUISICAO 01 PRENSA C/ 03 ESTAGIOS DE DECANTACAO E EXTRACAO DE OLEOS VEGETAIS	37,802.34	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	28/02/2007
2005	0178036	PM GUARANI ACU	Guaraniaçu	AQUISICAO DE 01 TANQUE ISOTERMICO RODOVIARIO PARA COLETA DE LEITE - 6000 MILTROS	33,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	14/12/2006
2005	0178038	PM IBEMA	Ibema	AQUISICAO DE 01 MICROCOMPUTADOR COM IMPRESSORA	4,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	13/12/2006
2005	0186562	PM VIRMON D	Virmond	AQUISICAO DE 02 COLHEDEIRAS DE FORRAGENS, 03 MOENDAS DE CEREAIS, 03 SEC ERVAS MEDICINAIS, 1 CLASSIFICADOR E 3 CALCAREAD.	79,561.94	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	28/01/2008
2005	0178045	PM RIO BONITO I	Rio Bonito do Iguau	AQUIS VEICULO AUTOMOTIVO 0 KM C/ NO MINIMO 1000 CC POTENCIA E 01 SECADOR DE PLANTAS MEDICIAIS	25,112.82	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	16/05/2007
2005	0178068	PM TRES BARRAS	Três Barras do Paraná	AQUIS 01 VEICULO AUTOMOTIVO C/ MINIMO 1000CC E DE 01 TANQUE ISOTERMICO,INSTAL 01 SECADOR CONTINUO DE PLANTAS MEDICINAIS	57,421.42	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	02/05/2007
2006	0198820	PM GOIOXIM	Goioxim	CONTRUCAO DA CASA DE APOIO AOS AGRICULTORES FAMILIARES	54,273.31	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	23/12/2007
2006	0193896	PM CANDOI	Candói	ORGANIZACAO ARMAZENAMENTO TRANSPORTE COMERCIALIZACAO DA PRODUCAO AGRICOLA E LEITERIA	138,581.48	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	05/12/2011
2006	0193900	PM NOVA LARANJE	Nova Laranjeiras	AQUISICAO DE VEICULOS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	264,517.89	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	14/07/2009
2006	0200764	PM GUARANI ACU	Guaraniaçu	UM TRATOR	78,310.63	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	15/12/2007
2006	0198902	PM LARANJE IRAS	Laranjeiras do Sul	CONSTRUCAO DE BARRACAO PREMOLDADO NA COMUNIDADE OITO DE JUNHO	27,038.22	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	16/09/2008
2006	0193893	PM IBEMA	Ibema	AQUISICAO DE UM TANQUE RODOVIARIO ISOTERMICO PARA COLETA DE LEITE A GRANEL	38,148.92	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	10/12/2007
2006	0193898	PM FOZ JORDAO	Foz do Jordão	UM CAMINHAO	123,480.69	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	06/12/2007
2006	0193894	PM CATAND UVAS	Catanduvas	INDUSTRIALIZACAO E COMERCIALIZACAO DA PRODUCAO DA UVA AGRIC ULTURA	366,140.41	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	18/06/2010
2006	0198858	PM PORTO BARREI	Porto Barreiro	AQUISICAOD E PATRULHA	87,527.29	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	31/12/2007
2006	0193895	PM CAMPO BONITO	Campo Bonito	CONSTRUCAO DE PLATAFORMA DE RECEBIMENTO DE LEITE E EQUIPAMENTOS	252,066.85	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	16/03/2009
2006	0200085	PM CANDOI	Candói	APOIO AQ PRODUCAO TRANSFORMACAO E COMERCIALIZACAO PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR	214,667.78	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	21/02/2008
2006	0193013	CASA FAM NV LAR	Nova Laranjeiras	MOBILIZACAO E ACOMP DAS ACOES ATORES SOCIAIS PRODUCAO DE RELATORIOS DA GESTAO E PLANEJAMENTO DO TERRITORIO CANTAQUIRIGUA	63,328.14	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	26/04/2008
2006	0198924	PM CANTAG ALO	Cantagalo	CONSTRUCAO DE UNIDADE DE FORMACAO PROFISSIONAL	92,826.53	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	16/12/2008
2006	0198853	PM GOIOXIM	Goioxim	AQUISICAOD E UM VEICULO DE PASSEIO E UM VEICULO UTILITARIO	77,002.39	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	18/12/2007
2006	0193899	PM PINHAO	Pinhão	AQUISICAO E INSTALACAO DE UM REFRIGERADOR	91,414.32	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	06/12/2008

2006	0193897	PM DIAMANT E SUL	Diamante do Sul	AQUISICAO DE TANQUE RODOVIARIO ISOTERMICO PARA COLETA DE LEITE	36,555.92	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	10/12/2007
2006	0198855	PM PINHAO	Pinhão	UM TRATOR AGRICOLA	96,161.77	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	16/12/2008
2006	0198859	PM RESERVA IGUA	Reserva do Iguau	AQUISICAO DE QUATRO TANQUES DE EXPANSAO	52,551.01	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	21/12/2007
2006	0200762	PM TRES BARRAS	Três Barras do Paraná	AQUISICAO GRADE ARADORA E ARADO SUBSOLADOR	23,259.79	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	16/06/2008
2007	0235773	PM VIRMOND	Virmond	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE REDE DE DISTRIBUICAO DE AGUA	142,820.90	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	12/05/2013
2007	0234066	PM CANTAGALO	Cantagalo	AQUISICAO DE PREENSA EXTRUSORA COM FILTRO PREENSA, E MOTO	47,650.45	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	19/03/2010
2007	0230213	PM RIO BONITO I	Rio Bonito do Iguau	CONSTRUCAO DE ALOJAMENTOS, COZINHA, REFEITORIO NO ASSENTAMENTO IRENO ALVES SANTOS	322,442.28	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	25/04/2012
2007	0240483	PM PORTO BARREI	Porto Barreiro	APOIO ESTRUTURACAO COLEGIADO TERRITORIAL DO CANTUQUIRIGUACU	48,889.78	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	27/03/2010
2007	0245754	PM DIAMANT E SUL	Diamante do Sul	FORTALECIMENTO CAPACIDADE PRODUTIVA	160,804.06	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	31/03/2010
2007	0241350	PM PINHAO	Pinhão	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	140,139.98	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	31/03/2010
2007	0232846	PM TRES BARRAS	Três Barras do Paraná	FORTALECIMENTO CAPACIDADE PRODUTIVA, RESERVA ALIMENTO PARA ANIMAIS E APOIO AO ESCOAMENTO DA PRODUCAO	164,307.92	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	19/03/2011
2007	0230183	PM RIO BONITO I	Rio Bonito do Iguau	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTACAO UNIDADE DE EXTRACAO OLEOS VEGETAIS A FRIO	128,856.24	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	31/12/2010
2007	0238806	PM GUARANI ACU	Guaraniaçu	FORTALECIMENTO CAPACIDADE PRODUTIVA	90,687.09	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	31/03/2010
2007	0239369	PM LARANJE IRAS	Laranjeiras do Sul	AQUISICAO DE RESFRIADORES DE IMERSAO	42,776.75	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	29/03/2010
2007	0245671	PM CANDOI	Candói	AQUISICAO PLANTADEIRA ADUBADEIRA, PULVERIZADOR, CARRETA HIDRAULICA, ARADO SUBSOLADOR E GRADE NIVELADORA	49,877.17	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	31/03/2010
2007	0245757	PM RIO BONITO I	Rio Bonito do Iguau	FORTALECIMENTO CAPACIDADE PRODUTIVA, APOIO CADEIA PRODUTIVA LEITE E ESTRUTURACAO CENTRO DE FORMACAO AGROECOLOGIA	390,928.13	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	31/03/2011
2007	0237981	PM PORTO BARREI	Porto Barreiro	IMPLANTACAO DE MINI USINA DE OLEO VEGETAL	282,216.10	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	31/03/2011
2007	0231829	PM TRES BARRAS	Três Barras do Paraná	AQUISICAO DE CARRETAS AGRICOLAS, ENSILADEIRA, MICROCOMPUTADOR, NOTEBOOK, IMPRESSORA MULTIUSO, MOTO CROSS	41,214.19	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	17/03/2010
2007	0241439	PM GUARANI ACU	Guaraniaçu	APOIO PECUARIA LEITEIRA	69,183.72	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	27/03/2010
2007	0245753	PM CANTAGALO	Cantagalo	APOIO CADEIA PRODUTIVA DO LEITE	181,989.13	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	31/03/2010
2007	0235769	PM NOVA LARANJE	Nova Laranjeiras	RECUPERACAO DE ESTRADAS VICINAIS - COMUNIDADES DE PAIQUERE, POÇO GRANDE E MONTE BELO.	625,561.61	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	19/12/2011
2007	0230212	PM NOVA LARANJE	Nova Laranjeiras	APOIO BENEFICIAMENTO, CLASSIFICACAO E COMERCIALIZACAO DA PRODUCAO DA AGRICULTURA FAMILIAR	102,057.33	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	17/10/2009
2007	0230189	PM RESERVA IGUA	Reserva do Iguau	AQUISICAO DE 20 TANQUES DE IMERSAO 300L	42,097.87	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	20/11/2008
2007	0230200	PM RIO BONITO I	Rio Bonito do Iguau	AQUISICAO DE UM VEICULO UTILITARIO E UM VEICULO DE PASSEIO	64,352.83	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	05/11/2008
2007	0241471	PM CANDOI	Candói	FORTALECIMENTO CAPACIDADE PRODUTIVA	143,275.07	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	31/03/2010
2007	0247385	CASA FAM NV LAR	Nova Laranjeiras	PROMOVER PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO E GESTAO PARTICIPATIVA DAS ACOES TERRITORIAIS	62,417.30	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	31/03/2010
2007	0245755	PM NOVA LARANJE	Nova Laranjeiras	FORTALECIMENTO CAPACIDADE PRODUTIVA	155,854.82	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	31/03/2010
2007	0240378	PM NOVA LARANJE	Nova Laranjeiras	IMPLANTACAO 8 POSTOS DE FISCALIZACAO E AQUISICAO DE BALANCAS DE ANIMAIS	91,921.81	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	31/03/2010
2008	0276656	PM GUARANI ACU	Guaraniaçu	AQUISICAO DE TANQUE ISOTERMICO RODOVIARIOS 4000L, TANQUE ISOTERMICO RODOVIARIO 6000L E MOTOCICLETAS	126,461.83	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	27/08/2010
2008	0282186	PM QUEDAS IGUAC	Quedas do Iguau	RECUPERACAO CENTRO COMUNITARIO 10 DE MAIO	118,304.77	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	31/12/2011
2008	0258508	PM LARANJE IRAS	Laranjeiras do Sul	APOIO ESCOAMENTO E COMERCIALIZACAO DE LEITE	105,372.06	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	14/12/2009

2008	0276577	PM CANDOI	Candói	AQUISICAO DE EMPACOTADORA DE LEITE, HOMOGENEIZADORA DE LEITE E MOTOCICLETAS	122,357.79	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	30/09/2011
2008	0266660	PM PORTO BARREI	Porto Barreiro	AQUISICAO DE 05 ENSILADEIRAS E 12 ORDENHADEIRAS	106,318.90	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	30/09/2011
2008	0263742	PM GOIOXIM	Goioxim	FORTALECIMENTO CAPACIDADE PRODUTIVA	103,054.60	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	14/12/2009
2008	0264457	PM RESERVA IGUA	Reserva do Iguau	AQUISICAO DE TRATOR,PULVERIZADOR C/TANQUE,GRADE ARADORA,DIST FERTILIZANTE,CARRETA AGRIC,PLANTAD MANDIOCA E ESCARIFICADOR	120,039.66	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	22/04/2010
2008	0276655	PM GUARANI ACU	Guaraniaçu	AMPLIACAO BASE FISICA CASA FAMILIAR: CONSTRUCAO 2 SALAS AULA, 1 BIBLIOTECA, 1 QUARTO E 1 BANHEIRO COLETIVO. 3A AMPLIAC	123,829.74	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	29/09/2011
2008	0282195	PM PINHAO	Pinhão	AQUISICAO DE TRATOR AGRICOLA E GRADE NIVELADORA	106,490.53	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	31/07/2010
2008	0278787	PM GUARANI ACU	Guaraniaçu	AMPLIACAO DA CASA FAMILIAR RURAL: CONSTRUCAO DE REFEITORIO, QUARTOS E BANHEIRO COLETIVO. 2A AMPLIACAO.	139,728.98	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	29/04/2012
2008	0258463	PM LARANJE IRAS	Laranjeiras do Sul	FORTALECIMENTO CAPACIDADE PRODUTIVA	180,788.55	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	10/09/2010
2008	0278786	PM PORTO BARREI	Porto Barreiro	CONSTRUCAO CENTRO DE APOIO E FORMACAO DA AGRICULTURA FAMILIAR	125,744.64	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	29/07/2011
2008	0281758	CASA FAM NV LAR	Nova Laranjeiras	MOBILIZACAO E ACOMPANHAMENTO DAS ACOES E ATORES SOCIAIS E PRODUCAO DE RELATORIOS TERRITORIO CANTUQUIRIGUACU	75,429.73	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	27/10/2011
2008	0276658	PM NOVA LARANJE	Nova Laranjeiras	AQUISICAO DE TRATOR,GRADE NIVELADORA,CARRETA AGRICOLA FORRAGERIA BASCULANTE,E FORRAGEIRA P COLHEITA DE PANTADAS EMLINHA	103,742.43	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	29/04/2010
2008	0276679	PM CANDOI	Candói	AQUISICAO DE PULVERIZADOR AGRICOLA, ARADO SUBSOLADOR, TRATOR 75 CV E PLANTADEIRAS	157,359.71	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	30/04/2010
2008	0278802	PM NOVA LARANJE	Nova Laranjeiras	PAVIMENTACAO ESTRADA MUNICIPAL VEREADOR JOAO ANTONIO WOLFF ENTRE KM 0 ATE KM 4,2	320,834.37	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	30/10/2010
2008	0276742	PM CANTAGALO	Cantagalo	AQUISICAO DE TANQUES ISOTERMICOS RODOVIARIOS E MOTOCICLETAS	109,708.60	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	28/09/2010
2008	0276659	PM NOVA LARANJE	Nova Laranjeiras	AMPLIACAO BASE FISICA CASA FAMILIAR RURAL	113,178.27	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	29/10/2010
2008	0278846	PM PORTO BARREI	Porto Barreiro	CONSTRUCAO DE BARRACAO PARA IMPLANTACAO ESPACO COMUNITARIO PARA PROMOCAO SOCIAL E GERACAO DE TRABALHO E RENDA	187,782.48	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	23/10/2012
2008	0276660	PM PORTO BARREI	Porto Barreiro	CONSTRUC 2 SALAS AULA, 2 ALOJAMENTOS, GALPAO ALVENARIA P/ INSTALACAO MINI USINA OLEO VEGETAL E AQUIS DE 2 MICRO COMPUTAD	259,575.45	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	23/10/2012
2008	0278819	PM CANDOI	Candói	AQUISICAO DEBULHADOR, GRADE ARADORA, TRATOR, CARRETA AGRICOLA, PULVERIZADOR E ARADO	104,793.94	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	30/05/2010
2008	0258468	PM LARANJE IRAS	Laranjeiras do Sul	AQUISICAO DE 14 TANQUES RESFRIADORES DE LEITE	106,759.89	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	14/03/2010
2008	0278818	PM GUARANI ACU	Guaraniaçu	AQUISICAO DE IMPLEMENTOS AGRICOLAS	105,155.54	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	30/04/2010
2008	0258509	PM PINHAO	Pinhão	AQUISICAO DE MOTOCICLETA, CAMINHAO, PROJETO MULTIMIDIA, MICRO COMPUTADOR E SEMEADORA ADUBADORA	184,002.75	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	29/11/2010
2009	0307270	PM RIO BONITO I	Rio Bonito do Iguau	AQUISICAO DE 01 TRATOR AGRICOLA, 01 PLANTADEIRA, 01 COLHEDEIRA DE FORRAGENS E 01 CARRETA AGRICOLA FORRAGEIRA	126,646.68	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	29/07/2011
2009	0305430	PM RIO BONITO I	Rio Bonito do Iguau	CONSTRUCAO DE CENTRO DE FORMACAO DE JOVENS, FORMADO POR 03 BLOCOS COM 18 ALOJAMENTOS	306,655.63	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	29/12/2011
2009	0305441	PM TRES BARRAS	Três Barras do Paraná	Ampliação da estrutura física em alvenaria da Casa Familiar.	154,908.11	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	21/01/2012
2009	0309579	PM QUEDAS IGUAC	Quedas do Iguau	AQUISICAO DE TRATOR AGRICOLA,CARRETA E DISTRIBUIDOR DE UREIA	104,363.36	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	30/10/2011
2009	0305429	PM RIO BONITO I	Rio Bonito do Iguau	Ampliação da infraestrutura física da Casa familiar Rural.	196,505.52	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	29/12/2011
2009	0309562	PM GOIOXIM	Goioxim	AQUISICAO DE 82 (OITENTA E DOIS) RESFRIADORES DE LEITE POR IMERSAO	156,897.23	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	25/09/2011
2009	0307271	PM CANDOI	Candói	AQUISICAO DE 02 MULTIPLANTADEIRAS SEMEADEIRAS E 02 TRATORES 4X4	226,066.98	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	29/07/2011
2009	0306616	PM LARANJE IRAS	Laranjeiras do Sul	AQUISICAO DE 03 VEICULOS S/ ARCONDICIONADO E 01 VEICULO C/ ARCONDICIONADO	110,607.16	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	27/03/2012
2009	0305446	PM CANDOI	Candói	AMPLIACAO DA BASE FISICA DA CASA FAMILIAR RURAL	159,467.62	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	30/11/2014

2009	0310316	PM CAMPO BONITO	Campo Bonito	Aquisicao de Retroescavadeira	218,209.24	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	30/05/2011
2009	0311642	CASA FAM NV LAR	Nova Laranjeiras	Promover o processo de acompanhamento para a Gestao Participativa das Acoes do Territorio da Cantuquiriguacu	109,440.00	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	78.0	28/10/2014
2009	0305549	PM NOVA LARANJE	Nova Laranjeiras	PAVIMENTACAO ASFALTICA NA ESTRADA MUNICIPAL JOAO ANTONIO WOLFF	421,601.55	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	16/06/2012
2009	0306627	CEAGRO	Cantagalo	Organizacao de eventos voltados para pequenos agricultores e assentados de reforma agraria do Territorio da Cantuquirigu	137,997.87	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	29/10/2014
2009	0307239	PM NOVA LARANJE	Nova Laranjeiras	REFORMA E AMPLIACAO DE BARRACAO, AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS	178,602.14	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	31/10/2012
2010	0322668	PM PORTO BARREI	Porto Barreiro	AQUISICAO DE PATRULHA MECANIZADA	264,305.61	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	01/08/2012
2010	0337597	PM QUEDAS IGUAÇU	Quedas do Iguaçu	Aquisicao de Trator Agrícola, Carreta Agrícola nova, Colheitadeira de Forragem e Grade Aradora	132,418.47	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	30/03/2012
2010	0323711	PM PORTO BARREI	Porto Barreiro	AQUISICAO DE 01 MOTONIVELADORA	533,074.36	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	01/08/2012
2010	0337593	PM LARANJE IRAS	Laranjeiras do Sul	AQUISICAO DE VEICULOS E TANQUES RESFRIADORES DE LEITE	108,354.71	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	06/11/2012
2010	0327246	PM QUEDAS IGUAÇU	Quedas do Iguaçu	Aquisicao de Caminhao Cacamba Basculante Truck	200,390.79	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	18/06/2012
2010	0321703	PM LARANJE IRAS	Laranjeiras do Sul	CONSTRUCAO DO CENTRO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO TERRITORIO DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUACU E AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	448,600.00	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	85.0	22/12/2016
2010	0335777	PM FOZ JORDAO	Foz do Jordão	Aquisicao de Semeadeira e Tanques resfriadores.	106,579.25	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	13/05/2012
2010	0322680	PM PINHAO	Pinhão	AQUISICAO DE TRATOR, GRADE ARADORA, BATEDOR DE CEREAIS E CARRETA AGRICOLA	204,592.18	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	30/10/2012
2010	0334011	PM DIAMANT E SUL	Diamante do Sul	Construcao do Centro de Comercializacao de Produtos Agricolas E AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	203,534.14	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	29/07/2014
2010	0323691	PM CANDOI	Candói	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS.	197,123.95	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	10/03/2012
2010	0345986	PM CANDOI	Candói	Aquisicao de um (01)Trator(novo) e um (01) Automovel(novo)	107,581.91	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	30/09/2012
2010	0323700	PM NOVA LARANJE	Nova Laranjeiras	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS P/ IMPLANTACAO DE AGROINDUSTRIA DE FUBA	117,854.52	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	28/10/2012
2010	0321701	PM PINHAO	Pinhão	AMPLIACAO DA ESTRUTURA FISICA DA CASA FAMILIAR RURAL DE PINHAO	112,715.65	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	30/11/2012
2010	0344382	PM VIRMOND	Virmond	AQUIS DE 01 VEICULO PASSEIO, 01 VEIC UTILITARIO, 18 FREEZS 18 FOGOES INDUSTRIAIS E 02 NOTEBOOKS	103,589.28	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	31/10/2012
2010	0327259	PM MARQUINHO	Marquinho	AQUISICAO DE 08 TANQUES DE EXPANSAO RESFRIADORES DE LEITE.	105,199.95	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	20/06/2012
2010	0334957	PM MARQUINHO	Marquinho	AQUISICAO DE TRATOR, CARRETA AGRICOLA, ENSILADEIRA, BOTIJA DE CRIOGENIO, VEICULO E RETROESCAVADEIRA HIDRAULICA	415,606.21	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	09/05/2012
2010	0334959	PM LARANJE IRAS	Laranjeiras do Sul	AQUISICAO DE VEICULOS	117,027.88	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	05/10/2013
2011	0370660	PM CATANDUVAS	Catanduvas	Aquisicao de um trator agricola com potencia minima de 75 CV e equipamentos.	102,907.45	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	26/03/2013
2011	0374538	PM CANTAGALO	Cantagalo	Aquisicao de trator e equipamentos agricolas	103,972.60	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	31/03/2013
2011	0374222	PM DIAMANT E SUL	Diamante do Sul	AQUISICAO DE 01 TRATOR AGRICOLA E 01 COLHEIDORA DE FORRAGEM(ENSILADEIRA)	103,828.51	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	14/08/2014
2011	0371413	PM CAMPO BONITO	Campo Bonito	IMPLANTACAO E CONSOLIDACAO DA UNIDADE DE LATICINIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR COM AQUISICAO E INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS	155,429.56	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	26/04/2014
2011	0363915	PM PORTO BARREI	Porto Barreiro	AQUISICAO DE CAMINHAO BASCULANTE	294,168.33	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	02/05/2013
2011	0371381	PM DIAMANT E SUL	Diamante do Sul	AQUISICAO DE 01 TRATOR AGRICOLA,01 PULVERIZADOR,01 GRADE ARADORA, 01 PLANTADEIRA/ADUBADEIRA	161,868.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	14/08/2014
2011	0370647	PM GOIOXIM	Goioxim	Readequacao e cascalhamento de 14,159 Km de estradas rurais NOS ASSENTAM STA TEREZINHA, 29 DE AGOSTO E NS DAS VITORIAS.	127,440.93	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	30/11/2014
2011	0371384	PM QUEDAS IGUAÇU	Quedas do Iguaçu	Aquisicao de Trator Agrícola, Grades Aradoras, Carretas Agrícolas e Colheitadeiras de Forragem	155,313.77	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	26/03/2013
2011	0368370	PM PINHAO	Pinhão	Aquisicao de Equipamentos Agricolas	164,768.39	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	30/05/2015

2011	0363918	PM PINHAO	Pinhão	AQUISICAO DE TRATOR, GRADE ARADORA, CARRETA AGRICOLA, BATEDOR DE CEREAIS E PULVERIZADOR AGRICOLA	138,166.17	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	29/02/2016
2011	0363921	PM CANDOI	Candói	AQUISICAO DE TRATOR AGRICOLA E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS PARA APOIAR A PRODUCAO DA AGRICULTURA FAMILIAR.	123,363.50	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	31/10/2013
2011	0375643	PM QUEDAS IGUAÇU	Quedas do Iguaçu	AQUISICAO DE DOIS TRATORES, 01 GRADE ARADORA, 01 CARRETA AGRICOLA E 01 ENSILADEIRA	215,352.42	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	31/05/2014
2012	0401977	PM GOIOXIM	Goioxim	AQUISICAO DE CAMINHAO 4 X 2 TIPO COMBOIO	216,183.55	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	28/12/2013
2012	0401144	PM CATANDUVAS	Catanduvas	Aquisicao de 01 Plantadeira, 01 carreta agricola, 01 Distribuidor de Fertilizantes e 01 Colhedeira de Forragens.	128,338.25	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	27/06/2015
2012	0396690	PM RESERVA IGUA	Reserva do Iguaçu	Aquisicao de um trator e equipamentos agricolas	128,007.63	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	20/04/2014
2012	1003357	PM GUARANI ACU	Guaraniaçu	Aquisicao de uma Motoniveladora nova potencia minima de 140hp.	469,989.98	PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL	CONCLUIDA	100.0	31/08/2014
2012	0396688	PM GOIOXIM	Goioxim	Aquisicao de um trator e equipamentos agricolas	163,871.40	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	20/04/2014
2012	0387444	PM QUEDAS IGUAÇU	Quedas do Iguaçu	AQUISICAO DE: 01 TRATOR DE PNEUS, 02 COLHEDEIRAS DE FORRAGEMNOVAS, 04 CARRETAS AGRICOLAS E 01 GRADE ARADORA	158,818.88	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	09/03/2014
2012	0398586	PM GOIOXIM	Goioxim	Aquisicao de um Trator Agricola , uma Ensiladeira colhedora e picadora de forragens, uma Carreta Agricola Hidraulica, um	161,051.88	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	20/04/2014
2012	0399415	PM LARANJEIRAS	Laranjeiras do Sul	AQUISICAO DE CARRETA AGRICOLA, COLHEDEIRA DE FORRAGEM E RESFRIADOR DE LEITE	157,971.94	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	31/10/2014
2012	0401701	PM CANTAGALO	Cantagalo	AQUISICAO DE CAMINHAO CACAMBA TRACAO 4X2	207,382.83	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	28/08/2014
2012	0401722	PM VIRMOND	Virmond	AQUISICAO DE CAMINHAO BASCULANTE 4X2	205,298.79	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	28/11/2014
2012	0397066	PM NOVA LARANJE	Nova Laranjeiras	Implantacao de acesso a Estacao Nova Laranjeiras, BR 277 Km 470 + 487,81M, PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO	621,012.03	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	8.8	14/09/2016
2012	0396691	PM NOVA LARANJE	Nova Laranjeiras	AQUISICAO DE TRATOR TRACADO, ARADO SUBSOLADOR E SEMEADORA ADUBADORA	165,063.17	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	27/03/2015
2012	0389676	PM TRES BARRAS	Três Barras do Paraná	AQUISICAO DE UM TRATOR, GRADE ARADORA E PLANTADORA DE ARRASTO	158,519.97	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA	100.0	24/11/2013
2013	1010851	PM DIAMANTE SUL	Diamante do Sul	Aquisicao de Patrulha Agricola - Escavadeira Hidraulica.	400,000.00	PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL	PARALISADA	96.2	30/05/2016
2013	1009822	PM CANDOI	Candói	Aquisicao de Patrulha Mecanizada	420,257.67	PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL	PARALISADA	94.1	30/03/2015
2013	1011972	PM CATANDUVAS	Catanduvas	Aquisicao de Patrulha Agricola.	122,550.00	PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL	PARALISADA	96.9	24/06/2015
2013	1011440	PM TRES BARRAS	Três Barras do Paraná	Aquisicao de um Caminhão, uma Minicarregadeira e um distribuidor de adubo orgânico	358,000.00	PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL	PARALISADA	99.4	19/04/2015
2013	1011961	PM NOVA LARANJE	Nova Laranjeiras	Aquisicao De Equipamentos e Veiculos Visando Melhorias nas Atividades Junto aos Agricultores de Nova Laranjeiras	102,050.00	EM SITUACAO NORMAL	PARALISADA	98.1	31/03/2016
2013	1011920	PM FOZ JORDAO	Foz do Jordão	AGROINDUSTRIA DE PROCESSAMENTO DE FRUTAS E VEGETAIS, REFORMA DA SEDA DA ASSOCIACAO E AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA PROD	217,707.20	PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL	PARALISADA	20.0	29/02/2016
2013	1009620	PM IBEMA	Ibema	Aquisicao de Maquina e Equipamentos Agricolas.	128,180.00	PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL	PARALISADA	91.4	17/08/2015
2013	1011470	PM QUEDAS IGUAÇU	Quedas do Iguaçu	Aquisicao de 04 Plantadeiras	160,000.00	EM SITUACAO NORMAL	NAO INICIADA	0.0	30/08/2016
2013	1011559	PM GOIOXIM	Goioxim	Aquisicao de 01 Veiculo Utilitario e Equipamentos para Agroindustria Artesanal de Doces.	102,500.00	EM SITUACAO NORMAL	PARALISADA	0.0	30/04/2016
2013	1011968	PM QUEDAS IGUAÇU	Quedas do Iguaçu	Aquisicao de 01 Trator Agrícola, 01 Grade Aradora, 02 Colhedoras de Forragem e 01 Carreta Agrícola	154,140.00	PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL	PARALISADA	98.8	30/10/2015
2013	1008741	PM LARANJEIRAS	Laranjeiras do Sul	Aquisição de 01 Carreta Agrícola, 01 trator com potência de 25CV e 02 tratores com potência mínima de 75CV	210,300.00	PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL	PARALISADA	100.0	12/05/2015
2013	1011472	PM CANTAGALO	Cantagalo	AQUISICAO DE 01 Plantadora Adubadora, 01 Distribuidor de Semente, 01 Carreta com eixo simples e 01 Trator Agrícola	156,200.00	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	98.7	30/06/2016
2013	1011919	PM CATANDUVAS	Catanduvas	Aquisicao de Equipamentos Agricola	102,500.00	PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL	PARALISADA	98.5	24/04/2015
2014	1021868	PM RIO BONITO I	Rio Bonito do Iguaçu	Aquisição de Patrulha Agrícola Mecanizada e infraestrutura de feira composto por 03 Tendas para Feira 100 Caixas Vazadas, 02 Trator de Pneus 4x4, 01 Rolo Faca, 01 Pulverizador de Barras, 01 Segadeira de Disco, 01 Ancinho Enleirador e Espalhador e outros...	1,010,879.00	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	47.7	29/11/2016
2014	1018863	PM PINHAO	Pinhão	Aquisicao de um caminhao 3/4.	104,020.00	PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL	PARALISADA	97.1	30/07/2016

2014	1018998	PM GUARANI ACU	Guaraniaçu	AQUISIÇÃO DE 02 CAMINHÕES 6 X 2 COM CAÇAMBA.	421,700.00	PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL	CONCLUÍDA	100.0	05/11/2016
2014	0462292014	CONSORCIO MUNICIPAL DA CANTUQUAIRIGUA CU – CMC	Nova Laranjeiras	Aquisição de veículos para transporte dos produtos da Agricultura Familiar; e Aquisição de veículos e equipamentos para serviços de Inspeção Sanitária – SISBI/POA (SUASA)	274,928.79	EM SITUAÇÃO NORMAL	NORMAL	0.0	
2014	1019073	PM LARANJEIRAS	Laranjeiras do Sul	Aquisição de caminhão com baú refrigerado novo.	151,000.00	PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL	CONCLUÍDA	100.0	12/04/2016
2014	1019036	PM PORTO BARREI	Porto Barreiro	Aquisição de Patrulha Mecanizada.	140,450.00	EM SITUAÇÃO NORMAL	PARALISADA	96.0	05/06/2016
2014	1019077	PM ESPIGÃO A IG	Espigão Alto do Iguçu	Aquisição de Retroescavadeira.	213,590.00	PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL	CONCLUÍDA	100.0	30/08/2015
2014	1019019	PM CATANDUVAS	Catanduvas	Aquisição de uma Retroescavadeira	308,000.00	PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL	PARALISADA	99.8	29/09/2015
2014	1021869	PM LARANJEIRAS	Laranjeiras do Sul	Aquisição de Máquinas, Veículos, Móveis, Equipamentos agrícolas, de informática, eletrônicos e móveis para estruturação da produção, beneficiamento e comercialização de produtos agroecológicos	1,048,444.00	EM SITUAÇÃO NORMAL	PARALISADA	0.3	19/12/2016
2014	0244262014	LARANJEIRAS DO SUL	Laranjeiras do Sul	OBJETO	120,000.00	EM SITUAÇÃO NORMAL	NORMAL	0.0	
2015	1025536	PM CATANDUVAS	Catanduvas	Pavimentação Polidrica com Pedras Irregulares.	1,034,000.00	CONTRATADA COM CLAUSULA SUSPENSIVA	NAO INICIADA	0.0	26/10/2018
2015	1025575	PM GOIOXIM	Goioxim	Aquisição de Implementos Agrícolas e Resfriadores de leite	504,758.00	CONTRATADA COM CLAUSULA SUSPENSIVA	NAO INICIADA	0.0	30/12/2017
2015	1025556	PM GUARANI ACU	Guaraniaçu	Pavimentação Polidrica.	416,000.00	CONTRATADA COM CLAUSULA SUSPENSIVA	NAO INICIADA	0.0	10/09/2018
2015	1025586	PM CAMPO BONITO	Campo Bonito	Aquisição de implementos agrícola e veículos, para apoiar o desenvolvimento sustentável de Territórios Rurais.	100,110.00	EM SITUAÇÃO NORMAL	NAO INICIADA	0.0	14/03/2017
2015	1025568	PM CAMPO BONITO	Campo Bonito	Aquisição de trator agrícola, Carreta agrícola Metálica Basculante, Colhedora de Forragem e Distribuidor de Fertilizantes	140,141.00	EM SITUAÇÃO NORMAL	NAO INICIADA	0.0	14/03/2017
2015	1025523	PM PINHAO	Pinhão	Aquisição de Retroescavadeira e equipamentos agrícolas.	254,100.00	CONTRATADA COM CLAUSULA SUSPENSIVA	NAO INICIADA	0.0	30/10/2017
32,418,466.39									

Fonte: SGE/MDA, 2016.

